

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

ANA MARIA DA MATA ALMEIDA

**OLHARES, PERCEPÇÕES E PATRIMÔNIO CULTURAL:
A EDUCAÇÃO ESCOLAR E O PARQUE NACIONAL SERRA DA
CAPIVARA – PIAUÍ**

São Leopoldo – Rio Grande do Sul

2019

ANA MARIA DA MATA ALMEIDA

**OLHARES, PERCEPÇÕES E PATRIMÔNIO CULTURAL:
A EDUCAÇÃO ESCOLAR E O PARQUE NACIONAL SERRA DA
CAPIVARA – PIAUÍ**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em História, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Rogge

São Leopoldo – Rio Grande do Sul

2019

A447o Almeida, Ana Maria da Mata.
Olhares, percepções e patrimônio cultural: a educação escolar e o Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí / Ana Maria da Mata Almeida. – 2019.
118 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2019.
“Orientador: Prof. Dr. Jairo Rogge.”

1. Patrimônio Cultural. 2. Educação – História. 3. Parque Nacional da Serra da Capivara (PI). 4. Guidon, Niède, 1933-. I. Título.

CDU 94

ANA MARIA DA MATA ALMEIDA

**OLHARES, PERCEPÇÕES E PATRIMÔNIO CULTURAL:
A EDUCAÇÃO ESCOLAR E O PARQUE NACIONAL SERRA DA
CAPIVARA – PIAUÍ**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em História, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em: 20 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Jairo Rogge
Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Co Orientadora Profa. Dra. Heloísa Capovilla Ramos
Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Prof. Dr. Marcus Beber
Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Prof. Dr. Marlon Pestana
FURG

Profa. Dra. Samara Mendes Araújo Silva
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Stanley Braz de Oliveira
UNINASSAU/Teresina-PI.

São Leopoldo – Rio Grande do Sul

2019

Pai, o senhor partiu antes que esse momento chegasse, eu era apenas uma criança. Partiu, deixando uma imensa saudade e um grande vazio. Hoje, especialmente diante dessa vitória, tentarei preencher sua ausência com recordações do seu abraço forte e dos seus gestos de carinho. Ao meu Vó Padre, sei que está muito orgulhoso de mim e, mesmo que não esteja mais entre nós, sinto sua presença, o seu abraço, e seus puxões de orelha.

AGRADECIMENTOS

Meu Deus, não tenho palavras para agradecer—lhe por tudo de bom que fez na minha vida, obrigada, por me amparar nos momentos difíceis, me dar força interior para superar as dificuldades, mostrar os caminhos nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades.

À minha família, em especial à minha mãe, pelo contínuo apoio, ensinando-me, principalmente, a importância da construção e da coerência de meus próprios valores; à minha irmã Cristiana, pela colaboração mútua para a realização desse curso; vocês sempre me socorreram nos momentos de desespero e aflição.

Aos meus irmãos, Otávio, Maria Amélia e Ivo, eu amo muito vocês, obrigada por tentarem entender minhas dificuldades e minhas neuroses, sempre me incentivando a seguir em frente, não me deixando desistir.

Aos meus sobrinhos, Maria Cândida, Bárbara e Sueton Neto, que sempre tiveram o poder de arrancar sorrisos fáceis e lágrimas. Titia ama muito vocês.

Ao meu orientador, e amigo, Prof Dr. Jairo Rogge, por acreditar em mim, compreendendo, mostrando o caminho a trilhar. Que orientações e que exemplo que é de ser humano, levarei comigo tudo que aprendi com esse convívio. Não tenho palavras para lhe agradecer.

Ao meu amigo, José Armando, por estar sempre disposto a ouvi, escutar sem julgar, quantas lamentações e neuroses você escutou, sempre disposto a ajudar e contribuir. É um amigo muito especial, não tenho palavras para lhe agradecer por todas as vezes que cuidou de mim.

Aos meus familiares, amigos e conhecidos que sempre torceram por mim e acreditaram em mim. O meu imenso obrigada.

RESUMO

No Brasil, as reflexões e ações sobre patrimônio tiveram seu germe e difusão ainda em princípios do século XX, com a implantação do IPHAN e ações, momento no qual o país vivia transformações intensas no cenário urbano e social. Nesse contexto, propomos identificar o discurso e práticas relativas à preservação patrimonial empreendidos pela arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon, através de atuação no Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no município de Coronel José Dias, integrante da macrorregião de São Raimundo Nonato, situado no semiárido do Estado do Piauí. Fundadora do Museu do Homem Americano, Niède Guidon se debruça sobre uma diversidade de achados arqueológicos no Piauí desde a década de 1960, descobrindo vários sítios arqueológicos e lutando por sua preservação, tanto por sua importância histórico-arqueológica quanto ambiental. Pretende-se assim, explicitar e compreender as ações e práticas educacionais referentes às questões patrimoniais e preservação do(s) acervo(s) que Niède Guidon e o grupo de pesquisadores (arqueólogos, professores e outros profissionais), sob sua supervisão, propõem para os habitantes das comunidades que vivem no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Inserimos nossas análises das ações de educação patrimonial, na região que hoje é o Parque Nacional Serra da Capivara, entre as décadas de 1960 e 2010. Esse recorte temporal justifica-se por este ser um período em que a região passa a ser inserida em novas diretrizes educacionais sobre a catalogação, preservação e conservação dos bens patrimoniais, devido a chegada da equipe da Missão Francesa (1975) e a conseqüente criação do Parque Nacional Serra da Capivara, em 1979. Como contexto social, este trabalho abrange a área dos municípios piauienses de Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí e São Raimundo Nonato. O corpus documental analisado é formado por jornais, entrevistas, artigos, livros e revistas, resultando em análise de questionários quali/quantitativos colocados a professores e alunos de escolas próximas do Parque Nacional Serra da Capivara. Além disso, foi utilizada a trajetória de Niède Guidon como interlocutora privilegiada, por fazer parte de todo o processo de preservação e registro da área do Parque Nacional Serra da Capivara enquanto patrimônio cultural, e por representar a principal agente idealizadora das práticas de educação patrimonial, pesquisa e desenvolvimento da região, por meio dos trabalhos que desenvolve na Fundação do Homem Americano. No universo conceitual, que norteia o presente estudo, destacam-se os conceitos sobre patrimônio material e imaterial, educação patrimonial de autores como Françoise Choay, patrimonialização de Luchiani, de lugar social de Michel de Certeau, e de capital científico proposto por Pierre Bourdieu. Argumenta-se que, através das práticas de educação patrimonial propostas por Niède Guidon e o seu grupo, para as comunidades residentes no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, é possível a construção de identidades e o sentimento de preservação e conservação dos bens materiais e imateriais na região.

Palavras-chave: Patrimônio. Educação Patrimonial. Políticas Educacionais. Serra da Capivara. Niède Guidon.

ABSTRACT

In Brazil, the reflections and actions on heritage had their germ and diffusion in the early 20th century, with the implementation of IPHAN and actions, a time when the country was experiencing intense transformations in the urban and social scenario. In this context, we propose to identify the discourse and practices related to heritage preservation undertaken by the Franco-Brazilian archaeologist Niède Guidon, through activities in the Serra da Capivara National Park, located in the municipality of Coronel José Dias, part of the São Raimundo Nonato macro-region, situated in the semi-arid region of the State of Piauí. Founder of the Museum of American Man, Niède Guidon focuses on a diversity of archaeological finds in Piauí since the 1960s, discovering various archaeological sites and fighting for their preservation, both for their historical-archeological and environmental importance. It is intended, therefore, to explain and understand the educational actions and practices related to heritage issues and preservation of the collection (s) that Niède Guidon and a group of researchers (archaeologists, teachers and other professionals) propose to the inhabitants of the communities living around the Serra da Capivara National Park. We inserted our analyzes of heritage education actions in the region that today is the Serra da Capivara National Park, between the 1960s and 2010. This time frame is justified because this is a period in which the region is included in new educational guidelines on the cataloging, preservation and conservation of heritage assets, due to the arrival of the French Mission team (1975) and the consequent creation of the Serra da Capivara National Park, in 1979. As a social context, this work covers the area of the Piauí municipalities of Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí and São Raimundo Nonato. The analyzed documentary corpus consists of newspapers, interviews, articles, books and magazines, resulting in the analysis of qualitative / quantitative questionnaires placed with teachers and students from schools close to the Serra da Capivara National Park. In addition, Niède Guidon's trajectory was used as a privileged interlocutor, for being part of the entire process of preserving and registering the Serra da Capivara National Park area as a cultural heritage, and for representing the main idealizing agent of heritage education practices, research and development of the region through the works he develops at the Fundação do Homem Americano. The conceptual universe that guides this study highlights the concepts of material and immaterial heritage, heritage education of authors such as Françoise Choay, Luchiani's heritage, Michel de Certeau's social place, and scientific capital proposed by Pierre Bourdieu. It is argued that, through the heritage education practices proposed by Niède Guidon and her group, for the communities living around the Serra da Capivara National Park, it is possible to build identities and the feeling of preservation and conservation of material and immaterial goods in the region

Keywords: Patrimony. Patrimonial Education. Educational Policies. Serra da Capivara. Niède Guidon.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa do Estado do Piauí e a microrregião de São Raimundo Nonato.....	38
Mapa 2 – Mapa do Piauí. Paisagem da área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara.	39
Mapa 3 – Mapa de Localização do Parque Nacional Serra da Capivara.....	39

LISTA DE SIGLAS

CDAR-PI – Clube dos Defensores da Arte Rupestre do Piauí

CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais

CONDEPHATT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo

FUNDHAM – Fundação Museu do Homem Americano

FUNDEC – Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí

IEPHA/ MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

PARNA – Disciplina sobre o Parque Nacional Serra da Capivara presente no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Cactos

PNSC – Parque Nacional Serra da Capivara

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA: PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE.....	25
1.1 A Política Patrimonial: uma concepção Histórica	26
1.2 A Criação do Parque Nacional da Serra da Capivara e o legado de Niède Guidon	37
1.3 A Serra da Capivara enquanto Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural.....	48
2 EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO, ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE.....	58
2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs: diretrizes conceituais para o ensino de História.....	60
2.2 A formação de professores de História para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental no semiárido do Piauí e a educação patrimonial	68
3. ARQUEOINFORMAÇÃO: ENTRE O DISCURSO DOS PROFESSORES E A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS.....	81
3.1 Design da investigação: os caminhos percorridos	82
3.1.1 Análise Quali/quantitativa dos Questionários Semiestruturados Aplicados aos Professores.....	87
3.1.2 Análise Quali/quantitativa dos Questionários Semiestruturados Aplicados aos Alunos	91
3.2 Criando um Sentimento: identidade local e regional para a valorização do Patrimônio Cultural	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

Entendido, originalmente, como aquilo que se constituía como propriedade de um indivíduo ou família, o conceito de patrimônio modificou-se ao longo dos anos, ampliando as significações e conotações. No século XX, em especial, o conceito de patrimônio enquanto herança coletiva se modificou significativamente, e pode-se dizer que o patrimônio, mais que um conjunto de bens, passou a ser uma construção social.¹

Isso porque as noções e questões acerca do que é patrimônio têm convergido para a percepção de que é a sociedade, ou seja, nós, quem damos sentido e conteúdo ao patrimônio, reconhecendo determinados edifícios, lugares, objetos, costumes e pessoas como sendo relacionados à nossa identidade coletiva. Porém, para se chegar até essa definição no mundo e no Brasil, por exemplo, percorreu-se um longo caminho.

O termo patrimônio procede da palavra de origem latina *patrimonium*, ligada à ideia de propriedade. Segundo Françoise Choay², define-se patrimônio da seguinte maneira: do latim *patrimonium*, herança, bens de família ou *paters familia* que uma pessoa tenha herdado de seus ascendentes. Porém, quando se fala de patrimônio cultural, a referência é feita não a propriedades em termos de posse, posto que não temos, por que não somos seus proprietários diretos; ao contrário, falamos de uma propriedade coletiva da sociedade que desfrutamos e, no caso dos brasileiros, de um direito reconhecido na Constituição.

Além disso, deve-se recordar que culturas não ocidentais possuem outro conceito para o que é herança comum, e que esta diversidade deve ser respeitada. O patrimônio cultural, portanto, é a herança de uma cultura, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).³

No Brasil, as reflexões e ações sobre patrimônio tiveram seu germe ainda no início do século XX⁴, quando o país vivia intensas transformações no cenário urbano e social. As

¹ PRATS, L. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

² CHOAY, F. *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1996.

³ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em 1946, foi importante nos avanços do campo de legislação internacional para a proteção e conservação do patrimônio no mundo inteiro.

⁴ No Brasil, as primeiras iniciativas políticas relativas ao Patrimônio Nacional datam do ano de 1937, durante a política do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas. Ainda que na década de 1920 algumas articulações intelectuais chamassem a atenção para a preservação dos bens culturais existentes no país, as demandas advindas de grupos preocupados com a necessidade de registro de bens patrimoniais foram possíveis a partir da instauração do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937. Para mais informações sobre o assunto ver: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: HUCITEC, 2005; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN, 1997.

modificações feitas nas cidades, para parecerem europeias, provocaram, entre alguns artistas e intelectuais, um sentimento de preocupação com aquilo que, para eles, evocava a identidade nacional.

Tais intelectuais achavam que as derrubadas dos prédios antigos, e a introdução de novas formas de sociabilidades, suplantaria a arte genuinamente brasileira que, segundo eles, estava no passado colonial. “O patrimônio” no Brasil surge nesse contexto. Nessa tentativa de um delineamento de uma práxis preservacionista, a atuação do Estado brasileiro na proteção do patrimônio cultural registra alguns momentos distintos.

Exemplo desse movimento pode ser observado através das considerações feitas por Antônio Gilberto Ramos Nogueira⁵. O referido autor, com o objetivo de compreender como se deu o projeto de catalogar todas as manifestações do povo brasileiro, especialmente através da trajetória política e intelectual de Mário de Andrade, observa como a instauração desse registro e a consequente salvaguarda das manifestações culturais do Brasil estavam ligados aos anseios de construir uma “estética genuinamente nacional, e categoricamente, de uma identidade nacional”.⁶

De acordo com Nogueira, é necessário entender o movimento modernista brasileiro da década de 1920 para compreender a própria trajetória de Mário de Andrade. Dentro do movimento, e do contexto da cidade de São Paulo, Antônio Gilberto Ramos Nogueira mostra como as viagens feitas por Mário de Andrade ao interior do país articulam uma tentativa de construção da nação. Para Mário, o Brasil se tornaria civilizado quanto mais se afastasse da imitação do modelo europeu, principalmente o francês, e criasse sua própria identidade, estabelecesse seus ideais.

Dessa maneira, seu olhar se volta para o interior do país, menos ou nada contaminado pelo espírito da Belle Époque. Nos registros de sua viagem por Minas Gerais, o poeta expressa a preocupação de preservar aquela arquitetura do século XVIII, em grande parte religiosa católica. E, ao não reconhecer, na população das pequenas cidades visitadas, condições para identificar e dialogar com esse patrimônio descoberto, reafirma o papel dos intelectuais modernistas na tarefa de guarda da memória nacional.⁷ Isto posto, observa-se o fato de o modernismo, ao romper com representações idealizadas da cultura, que eram, na maioria das vezes, influências estrangeiras sobre produções culturais dos artistas e/ou literatos brasileiros, passou a orientar um “olhar” para dentro da realidade brasileira.

⁵ NOGUEIRA, A. G. R. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

⁶ NOGUEIRA, 2005, p. 20.

⁷ Ibid.

Nessas perspectivas, integrantes do movimento modernista entraram em órgãos públicos ligados à cultura e exportaram, desses lugares de estratégias políticas, sociais e culturais, suas concepções de Brasil para a sociedade. Se nesse período, pelo final dos anos de 1930, as justificativas de preservação e conservação, para que determinadas construções históricas fossem consideradas patrimônio artístico e arquitetônico nacional, consistiam na representação da nacionalidade brasileira, nas décadas seguintes observou-se um movimento voltado para as questões patrimoniais que apresentassem relações com os aspectos culturais e identitários da humanidade, que ultrapassassem os anseios da nação.

Criado em 1937, pelo Decreto-Lei nº 25, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), inicialmente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, prestava, como definiam seus primeiros diretores, um serviço à nação na preservação do patrimônio. As abordagens, recortes e olhares sobre o patrimônio do Brasil foram definidos, por muito tempo, pelo grupo à frente do SPHAN na época e devem, portanto, ser analisadas conjuntamente, buscando não excluir outros institutos de memória criados pelo Estado Novo com esse mesmo propósito.

Segundo Mariza Veloso Motta Santos⁸, a Academia SPHAN era um local de discussão sobre o que se constituía patrimônio, sendo este definido como o “conjunto de bens representativos de uma nação.” A ideia de uma nação brasileira era então compartilhada e estruturada por intelectuais e artistas, que, reunidos sob tutela estatal, mantinham convicções bastante claras a respeito das variações de “passado”, “identidade” e “diversidade”, os quais eram entendidos como produtos da certeza de que, além de uma existência “evidente” e “óbvia”, essas entidades seriam passíveis de resgate.

Para tanto, retomamos a divisão sugerida por Fonseca⁹, já tornada clássica, e que enfoca dois momentos-chave na história do órgão nacional responsável por definir e difundir as políticas públicas de proteção, preservação e educação patrimonial: a fase heroica, que abrange as três décadas seguintes à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, e a fase moderna, que se inicia na década de 1970.

Ao destacar essas duas fases cronológicas, Fonseca constrói sua análise institucional ao redor das gestões de dois diretores: Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor-fundador do SPHAN, no período de 1937 a 1967, e de Aloísio Magalhães, diretor-fundador do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e diretor da Fundação Pró-Memória. Assim, no

⁸ SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

⁹ FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN, 1997.

primeiro momento, prevaleceu o valor artístico; em outro, o valor histórico; em outro, o valor histórico como valor de documento.

Com as transformações sociais e políticas das décadas de 1950 e 1960, percebemos algumas mudanças entorno do SPHAN, período denominado de “fase moderna” pelos pesquisadores. A partir das aspirações econômicas de desenvolvimento, que configuraram a política brasileira desse contexto, a concepção de patrimônio modificou-se. O que era visto como expressão concreta da história do país nos anos anteriores, as construções arquitetônicas da colonização, deu lugar a uma concepção econômica do patrimônio cultural, passando a serem atreladas possibilidades turísticas de utilização dos bens tombados.

Ainda que a ideia do que seria um patrimônio cultural estivesse ligada às construções materiais do passado brasileiro, esses novos olhares permitiram que a estética dos bens por eles mesmos se reconfigurasse e passassem a ser preservados e conservados por representarem a história que dialogava, essencialmente, com o momento presente, o que retirava a ideia de identificação e não utilização do bem tombado.

À frente desta nova dimensão cultural, que buscou reunir a história e a arte da fase anterior, estava Aloísio Magalhães. Na coordenação do Centro de Referência Cultural (CRC) em 1975, diretor da Fundação Pró-Memória, Aloísio Magalhães promoveu políticas que reuniu os aspectos culturais, históricos e artísticos no que se refere à política voltada às expressões culturais brasileiras e ao patrimônio do país.

Aloísio Magalhães procurou, assim, implementar, entre 1979 e 1983, uma nova política de patrimônio cultural brasileiro, usando um viés mais antropológico, e procurando dar visibilidade à diversidade cultural do Brasil, que ele considerava portadora de uma rica singularidade. A noção de bens culturais por ele adotada enfatizava uma referência ao passado, reinterpretada com olhos no futuro, e estabelecendo vínculos com as populações locais do presente. Paralelamente às novas propostas do conceito de patrimônio, ocorria a inserção de novos atores na área da preservação cultural.

É nesse contexto que começam a ser criados os primeiros órgãos estaduais de preservação na região Sudeste, como o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHATT) e a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo (SECULT).¹⁰

¹⁰ O acervo pode ser consultado na página da internet dos órgãos estaduais, a saber: <http://www.inepac.rj.gov.br/>, <http://www.iepha.mg.gov.br/>, <http://www.condephaat.sp.gov.br/> e <http://www.secult.es.gov.br>

Até 1975 as ações governamentais de incentivo à cultura concentravam-se na Secretaria de Cultura do Estado. A partir de então, foram criadas mais duas instituições, com atuações específicas: a Fundação Cultural do Piauí, com atuação principalmente no resgate das manifestações folclóricas e da memória do Estado e a FAGEPI, com o objetivo de fomentar o esporte piauiense nas mais diversas categorias. Em 1997, foi criada a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA E DO DESPORTO DO PIAUÍ (FUNDEC), através da fusão da Fundação Cultural do Piauí e a Fundação de Assistência Geral aos Desportos do Piauí – FAGEPI. Em 2003, aconteceu a separação das fundações, criando-se então a Fundação Estadual de Esportes do Piauí (Fundespi) e a Fundação Cultural do Piauí (Fundac). Com a entrada de novos atores nesse cenário, a atribuição de valores se torna mais complexa, provocando reflexões por parte dos próprios agentes dos órgãos de preservação a respeito de seus pareceres técnicos e de suas análises valorativas.¹¹

Nessa fase, as perspectivas históricas começaram a ganhar mais espaço nas análises valorativas dos bens culturais. Alguns bens, antes valorizados exclusivamente do ponto de vista artístico, passaram a ser olhados também como documentos de uma determinada fase do desenvolvimento das cidades, do universo histórico e social, caracterizando-se como documentos a serem analisados e interpretados, em relação aos quais o enfoque deveria se dar não apenas na parte tangível, mas também no cotidiano, nas relações e em todo o universo intangível que a eles dá vida.

Além disso, com a descentralização das práticas preservacionistas e a abertura para a possibilidade de tombamentos estaduais e municipais, começou a ficar mais difusa a definição do que seria um bem de valor nacional. Junto com o CRC, os trabalhos do SPHAN, que se transformou em IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos anos 1980, se definiram pela diversidade cultural, que tomou conta das discussões e práticas patrimoniais. Com o apoio da Constituição de 1988, há mudanças na noção de patrimônio cultural no século XX, passando a incluir o patrimônio natural, por exemplo, fazendo com que as políticas de registro e preservação do IPHAN se ampliem consideravelmente, e a produção artística e cultural de outros grupos sociais passa a ser percebida.

A partir do Decreto 3.551/2000, a reflexão sobre o tema concentrou-se na conceituação de uma nova dimensão do patrimônio, que passou a ser conhecida como patrimônio cultural material e imaterial, o que abarcou um conjunto de formas de cultura, permitindo – e exigindo, inclusive – novas formas de gestão do patrimônio cultural. Tal noção, empreendida com a promulgação da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, busca agregar os valores de conjunto – urbano, rural, natural, imaterial – e outras multiplicidades de valores a serem destacados.

¹¹ Disponível em : <http://www.fundac.pi.gov.br/historico.php>

Tais associações, até então inéditas no campo de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, foram possíveis por intermédio do encontro interdisciplinar de áreas tais como História, Arquitetura, Antropologia, a Arqueologia, a Sociologia, a Geografia e a Ciência Política, entre outras, que proporcionaram um diálogo entre as áreas de conhecimento, e que reivindicavam seus lugares, convocando teorias e métodos próprios diante das questões relativas ao patrimônio, trazendo inúmeras contribuições para o entendimento das práticas de patrimonialização de bens culturais nacionais.

No mais, no que se refere às discussões contemporâneas sobre a preservação do patrimônio cultural, a educação tem desempenhado com tenacidade um papel essencial, pois a práxis educacional figura como um suporte primordial no processo de formação de sujeitos críticos e ativos, permitindo-lhes o pleno exercício da cidadania, responsabilidade social e tomada de decisões, tornando-os protagonistas de sua própria história¹². O processo educativo, seja em qualquer área do conhecimento, leva o indivíduo a utilizar suas capacidades intelectuais para a obtenção de habilidades e conceitos que serão utilizados na vivência cotidiana.

Um dos objetivos que a educação centrada no patrimônio cultural propõe, segundo Horta, Grunberg e Monteiro¹³, é estimular situações de aprendizagem sobre os processos culturais, seus produtos e manifestações que, doravante, despertarão nos sujeitos o interesse em resolver assuntos significativos para sua vida individual e/ ou coletiva.

Essa proposta se afirma cada vez mais nas políticas preservacionistas e difusão do conhecimento do patrimônio do Brasil. O envolvimento simétrico das comunidades se torna, essencialmente, a ação mais importante quando o assunto é preservação, fruição e sustentabilidade cultural, pois, como afirma Funari, a comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio, inclusive as principais recomendações nacionais e internacionais de proteção do patrimônio assumem essa importância.¹⁴

Nesse contexto, identificamos o Projeto de idealização e preservação da área que atualmente compreende o Parque Nacional Serra da Capivara - PNSC, no município de Coronel José Dias¹⁵, que faz parte da macrorregião de São Raimundo Nonato,¹⁶ localizado no

¹² FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹³ HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

¹⁴ FUNARI, P. P. A. *Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, v. 41, p. 23-32, 2001.

¹⁵ O município de Coronel José Dias está localizado na região nordeste, no sudeste do Piauí. Seu clima é quente e seco, sua superfície é de 1.796,3 km², e tem uma população de 4.416 habitantes.

¹⁶ São Raimundo Nonato se encontra inserido no sudeste do Estado do Piauí. É o município-polo da microrregião administrativa de mesmo nome, onde, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no

semiárido do Estado do Piauí. A idealização, preservação, e legalização do Parque Nacional Serra da Capivara teve muito dos esforços de Niède Guidon, arqueóloga franco-brasileira que, na década de 1960, começou suas pesquisas arqueológicas e históricas na região.

Cientes da importância do patrimônio cultural e de sua preservação para o cenário nacional, optamos por realizar um estudo na comunidade do município Coronel José Dias, que foi diretamente afetada pela criação do Parque Nacional Serra da Capivara, com o objetivo central de perceber as relações estabelecidas entre a comunidade e o Parque Nacional Serra da Capivara no que se refere a Educação Patrimonial.

Muitas dificuldades surgiram com a criação do Parque, sobretudo no município de Coronel José Dias, pois nessa região viviam muitas famílias instaladas no território que fora delimitado para a criação da Unidade de Conservação. Na lista dos problemas enfrentados, citam-se as expropriações de um segmento da comunidade, sem uma devida preparação prévia, restringindo drasticamente os modos de vida relacionados ao manejo da terra e ao usufruto simbólico daquele território, ora delimitado como Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Devido à complexidade dos problemas enfrentados, as ações de cunho socioeducativo tornaram-se prioridade, com a implantação de vários projetos envolvendo educação, saúde e desenvolvimento sustentável pelos órgãos gestores do Parque. Sua importância decorreu não apenas de uma necessidade de consolidar a proteção do PNSC, mas de um dever de contribuir para a formação da cidadania, apoiada também em um conhecimento emancipatório e em uma postura crítica.

Houve, no entanto, instabilidades na manutenção dos projetos pedagógicos implementados que provocavam constantes rupturas nos programas educacionais, fator que causou insatisfação na comunidade. A sua descontinuidade cortou um processo educacional, provocando imprecisão nos resultados alcançados e limitando o público que seria diretamente atingido.

A partir dessas considerações, o seguinte trabalho tem, por objetivo principal, abordar o discurso e práticas relativas à preservação patrimonial, empreendidos pela arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon, por meio de sua atuação no Parque Nacional Serra da

Brasil do ano de 2000, viviam cerca de 121.211 habitantes (4,27% da população Piauiense), numa área de aproximadamente 26.607,5 quilômetros quadrados (equivalente a 10,5% da superfície do Estado). De acordo com a última atualização do Atlas, com dados de 2010, na microrregião vivem hoje cerca 135.122 habitantes. O município está a uma distância de 436 quilômetros da capital, Teresina, tendo como principais acessos as rodovias BR – 020 E PI – 140.

Capivara, localizado no município de Coronel José Dias, integrante da macrorregião de São Raimundo Nonato, localizado no semiárido do Estado do Piauí.

Nesse sentido, inserimo-nos em uma discussão que contempla a significação da questão patrimonial dentro do círculo educacional, social e familiar, a demarcação de espaços políticos entre estudiosos acadêmicos e pessoas da comunidade, e a constituição, difusão e aceitação de um saber que proporcione a conservação da memória coletiva no âmbito da identidade de uma sociedade.

Ao partir dessa conjuntura, a problemática da pesquisa se estruturou em torno das questões norteadoras: dividi-lo em três capítulos, cujas temáticas estão relacionadas entre si, para responder o principal problema proposto: *Como as ações e práticas educacionais referentes à questões patrimoniais que Niède Guidon e o seu grupo de pesquisadores, arqueólogos, professores e outros profissionais propõem para os habitantes das comunidades que vivem no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, contribuíram para aproximar a comunidade de Coronel José Dias ao patrimônio cultural/arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara? Quais os elementos que deverão ser agregados para que a população possa se beneficiar plenamente desse patrimônio de forma sustentável, tendo as ações educativas como um instrumento que fomenta esse processo?*

No primeiro capítulo, intitulado o *Parque Nacional Serra da Capivara: Patrimônio Cultural da Humanidade*, procuramos identificar a(s) trajetória da construção do Parque Nacional Serra da Capivara, apresentando como Niède Guidon e o seu grupo de pesquisadores, arqueólogos, professores e outros profissionais se articularam para compor e instituir a legalização da área preservada enquanto um Parque Nacional. Pretendeu-se, assim, conhecer as ações e práticas educacionais referentes às questões patrimoniais do grupo de pesquisadores da arqueóloga Niède Guidon, nas comunidades que vivem no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.

Para tanto, montamos o contexto social desses indivíduos, apresentando características estruturais e sociais das políticas de patrimônio e de fomento para a criação do Parque Nacional em Coronel José Dias, que faz parte da macrorregião de São Raimundo Nonato, localizado no semiárido do estado do Piauí. Em *Educação e Patrimônio* problematizamos as ações orientadas para um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio cultural no âmbito das relações instituídas entre comunidade e Parque, alinhavadas ao estudo bibliográfico e a participação nos programas educativos implantados pela Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, e pelo Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico Cultural (IPHAN) de São Raimundo Nonato.

Por fim, no terceiro capítulo, que recebeu o título: *Arqueoinformação*: entre o discurso dos Professores e a percepção dos alunos, buscamos refletir sobre o “patrimônio” como uma construção social que se transforma com a sociedade e, a partir daí, de que maneiras foram elaboradas concepções de memória, história, passado e cultura para conscientizar e mobilizar jovens e crianças a atuarem junto da Educação Patrimonial. Corresponde, enfim, aos passos trilhados pela pesquisa após a aplicação de questionários na escola.

Como uma forma de responder às questões propostas, este estudo recorre a jornais, revistas, documentos do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, da Secretaria de Educação Básica, da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e de decretos voltados às questões patrimoniais e a educação no Brasil, para entender o período em análise, entre as décadas de 1960 e 2010. O patrimônio, o trabalho desenvolvido pela pesquisadora Niède Guidon, a abertura e o desenvolvimento do Parque Nacional Serra da Capivara, foram alguns dos principais temas abordados nos referidos documentos e textos, demonstrando diretrizes e valores sobre a conservação e preservação patrimonial da região, para a sociedade na qual estavam (estão) inseridos.

É nesta multiplicidade de transformações que se encontra o cenário em que esta pesquisa se situa, qual seja, a região que compreende a Serra da Capivara, principalmente no município de Coronel José Dias, que está inserido na área semiárida do estado do Piauí. A região em estudo se refere à zona rural de São Raimundo Nonato, área em que a equipe da Missão Arqueológica Francesa¹⁷ começou a atuar ainda na década de 1970. De acordo com os pesquisadores, para que a equipe passe a atuar nessa região, seria necessário integrar as circunstâncias sociais e econômicas aos estudos ambientais e arqueológicos.

Isso levou a Missão a desenvolver projetos e procurar parcerias para inclusão social e, assim, preservar e manter a fauna, a flora, o relevo e os sítios arqueológicos, bem como educar, conscientizar, formar e criar oportunidades de subsistência para as comunidades locais. Entretanto, a situação era grave e piorava gradativamente, pois a falta de assistência social e a carência de fiscalização pública de preservação ambiental eram incompatíveis e, até certo ponto, desproporcionais em relação ao potencial arqueológico da área.

Como recorte temporal, inserimos nossas análises das ações de educação patrimonial na região que hoje é o Parque Nacional Serra da Capivara, entre as décadas de 1960 e 2010. Essa seleção justifica-se por este ser um período em que a região passa a ser inserida em novas diretrizes educacionais sobre a catalogação, preservação e conservação dos bens

¹⁷ A *Mission Archéologique du Piauí* (Missão Francesa no Piauí), composta inicialmente por arqueólogos franceses, iniciou-se as pesquisas na região em 1975.

patrimoniais, devido a chegada da equipe da Missão Francesa (1975) e a consequente criação do Parque Nacional Serra da Capivara, em 1979. O recuo até a década de 1960 é para que tomemos como referência e entendamos as mudanças que passam a acontecer nos anos posteriores.

Por se tratar de uma pesquisa de campo, documentada e baseada na bibliografia sobre o tema, abordaremos, a seguir, os principais teóricos e autores utilizados na sua construção. Inicialmente, ao analisarmos a própria História enquanto uma disciplina, podemos pensar que ela faz parte de um lugar social. Aproveitando para apresentar a importância dos estudos de Michel de Certeau para a pesquisa, entendemos que, para o referido autor, “a escrita da história se constrói em função de uma instituição”.¹⁸ O autor baseia sua argumentação no fato de que é através dos interesses da instituição que a História, enquanto uma disciplina, vai se organizar. Os desejos institucionais vão atuar desde a metodologia empregada, ou até mesmo na seleção das fontes, para as pesquisas a serem elaboradas.

Certeau frisa ainda, em seus estudos, que é necessária a utilização de uma teoria para as produções historiográficas, evitando-se, desta forma, a construção de dogmas. O pensamento do autor é importante para relativizarmos as nossas ideias sobre os nossos objetos de estudo e não criarmos, em nossa escrita histórica, uma tendência à produção de verdades. Através destes apontamentos, Certeau nos faz refletir, também, sobre o peso que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem sobre a construção do discurso, extrapolando o caso dos historiadores. A partir dessas discussões, é possível inserimos a atuação de Niède Guidon na região do Parque Nacional Serra da Capivara, posto que a sua proposta de patrimônio, conservação e preservação da área citada parte dos seus estudos arqueológicos e históricos, diferenciando-a das percepções dos populares que viviam e vivem entorno do Parque.

Além disso, o que podemos ver seria a necessidade dos usos de técnicas e métodos científicos para legitimarmos uma pesquisa. Sobre esse aspecto, também nos amparamos em Pierre Bourdieu¹⁹ que, quando trata do “campo científico”, sugere que a pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Para o autor, sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. Nesse sentido, um trabalho de pesquisa, para que seja considerado científico, deve estar amparado em etapas que integram o processo de elaboração, resultando em ações que configuram um campo científico.

¹⁸ CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 66.

¹⁹ BOURDIEU, P. O campo científico. In: **Le champ scientifique**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

Nesses termos, o campo científico ao qual esta pesquisa está configurada se refere aos estudos históricos sobre o Patrimônio. Esse campo, no Brasil, tem se desenvolvido na análise da atuação dos órgãos estatais, a exemplo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Entretanto, muito antes que o termo patrimônio fosse usado no Brasil, as primeiras práticas patrimoniais em nosso território foram caracterizadas pela coleta, pesquisa, classificação e exposição de coleções e tiveram seu espaço no primeiro museu brasileiro, o Museu Real, posteriormente, denominado Museu Nacional. Foi justamente nessa instituição, que as primeiras práticas de escrita da história receberam acolhimento.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), considerado como um dos primeiros movimentos de construção de um saber e de uma escrita da história no Brasil, fora criado a partir da iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que mantinha estreita relação com o Museu Nacional. Nesse sentido, a entidade que congregou aqueles que tomaram a si a tarefa de escrita de uma determinada história, na primeira metade do século XIX, teve, como espaço de suas reuniões, a instituição que, naquele contexto, continha as nuances de um museu metropolitano de caráter universal e enciclopédico e que privilegiava as ciências naturais e etnográficas como áreas de especialização.²⁰

Saindo da Corte, ao lado do Museu Nacional e do IHGB, o Museu Paraense, o Museu Paulista e o Museu Paranaense constituíram-se nas primeiras instituições científicas aqui instaladas com o propósito de coletar, reunir e produzir conhecimento sobre as riquezas naturais e dos povos no Brasil. Inseridos numa rede internacional dos museus de ciências do século XIX, essas instituições estavam em sintonia com os pressupostos científicos positivistas e evolucionistas, a partir dos quais as riquezas naturais interessavam para fins de conhecimento científico e de exploração econômica e nas quais o estudo dos povos autóctones subordinava-se ao viés biológico, característica da configuração dos estudos etnológicos naquele contexto.

Pelo menos até as primeiras décadas do século XX, nessas instituições, e em outras que foram criadas nos mesmos moldes enciclopédicos, como o Museu Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, o maior investimento era direcionado à constituição das ciências naturais. A partir da matriz produzida pelo IHGB e disseminada em diversas províncias brasileiras, através dos institutos estaduais, outras iniciativas de escrita da história configuraram-se. Em vários contextos regionais do Brasil, especialmente a partir dos anos 1920, os museus foram

²⁰ LOPES, M. M.; MURRIELLO, S. E. Ciências e educação em museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 13-30, 2005.

estabelecidos como local de levantamento, reunião, criação e exposição de vestígios materiais, escritos e visuais do passado local e nacional.

Entretanto, todos esses movimentos de escrita da história tiveram assento no interior dos museus enciclopédicos, fundados com matizes vinculados às ciências naturais no século XIX ou início do século XX, e que reorientavam seus propósitos para a celebração do passado. Diferentemente, o Museu Histórico Nacional nascera com a função histórica na sua concepção.

Esse breve resumo tem o propósito de evidenciar que as práticas de escrita da história, empreendidas por esses sujeitos, sempre estiveram intimamente vinculadas às práticas de colecionamento, de conservação, de pesquisa e de exposição dos traços do passado, aos quais foi atribuído o sentido de patrimônio da nação nos moldes do projeto dos modernistas e do SPHAN. A esses primeiros “homens de letras” e “homens de museus” interessava coletar, reunir e compilar documentos escritos ou visuais com o objetivo de escrita de uma narrativa sobre o passado calcada em determinados aspectos julgados mais relevantes, tais como a ocupação territorial, a disputa das fronteiras, as efemérides, entre outros.

Embora alguns desses homens de museus também tivessem se dedicado à escrita de textos no modo tradicional de construção e divulgação do conhecimento histórico, por escrita da história consideramos aqui as práticas museológicas acima mencionadas e que implicam em seleção de aspectos do passado para a conformação de coleções e na criação de narrativas e representações da história, consubstanciadas nas exposições de documentos, sejam estes textos, imagens ou artefatos, e que situam o museu de história como um dos lugares de mediação com o passado.

Entretanto, além da preocupação com escritos, imagens e artefatos, alguns desses primeiros historiadores também direcionaram sua atenção para a preservação arquitetônica ou dos monumentos, a exemplo da Inspeção de Monumentos Nacionais, criada em 1934 por Gustavo Barroso à frente do Museu Histórico Nacional. E aqui entendemos os primórdios das relações entre História e Patrimônio no Brasil. Mas, e quanto a educação patrimonial? O que podemos inferir?

No âmbito específico dos estudos históricos, a inserção das questões relacionadas à memória, à cultura e ao patrimônio nos currículos de formação dos futuros historiadores certamente configurou aspecto que veio a incrementar a relação acadêmica com esse campo. No final dos anos 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da educação básica definiram não apenas a necessidade de valorizar o patrimônio e a diversidade cultural brasileira, como também situou essa exigência como forma de fortalecimento da cidadania e

da democracia. Desse modo, foram necessários investimentos por parte das instituições universitárias na criação de disciplinas, nas reformulações curriculares e na incorporação de bibliografias e estudos específicos, no sentido de atender essas premissas formais.

Pierre Bourdieu²¹ enfatiza que o campo não se restringe a um recorte corporativo – embora o espaço profissional possa funcionar como campo – mas um espaço de relações entre diferentes sujeitos que disputam o poder de construir, instituir e difundir práticas e representações. No caso do patrimônio, essas práticas e representações agem sobre os bens culturais.

O campo do patrimônio, desse modo, é necessariamente pluridisciplinar, por congrega profissionais de áreas diversas, como História, Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Direito, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, entre muitas outras. Não se alcançou, ainda, a configuração disciplinar desse campo, embora no Brasil possa ser observada a criação de inúmeras formações multidisciplinares em nível de pós-graduação tendo nos seus títulos termos como patrimônio, bens culturais, memória social, educação patrimonial, entre outras.

Talvez essas iniciativas sejam anúncios do imperativo de abordagem transdisciplinar de uma problemática que não se restringe às perspectivas disciplinares correntes. Portanto, para aproximações a esse objeto de estudo, em muitos contextos temporais, o viés disciplinar é absolutamente insatisfatório, pois o patrimônio caracteriza-se historicamente por agregar diferentes interações, abordagens e procedimentos oriundos de diversas áreas de conhecimento. No caso da História, o estudo das práticas relativas à conservação das coisas materiais pode indicar pistas sobre a configuração do ofício do historiador, como visto anteriormente.

No mais, utilizamos as considerações de Françoise Choay, que apresenta o papel relevante no estímulo à patrimonialização e à designação dos denominados patrimônios da humanidade, e de Luchiari, que afirma que a patrimonialização “é um processo histórico seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que engendram intervenções, decisões e escolhas balizadas por um projeto político que a estrutura social de cada tempo constrói”.²²

²¹ BOURDIEU, 1976.

²² LUCHIARI, M. T. D. A re-invenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. Revista **Geosp** – espaço e tempo, n. 17, p. 95-105, 2005.

1 O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA: PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

A criação de um Parque Nacional na região que compreende a Serra da Capivara, Coronel José Dias²³, região semiárida do estado do Piauí, especialmente no povoado Sítio do Mocó (área do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara), tornou-se necessária a partir do desenvolvimento de pesquisas sobre a interação dos grupos humanos com o ambiente, desde a pré-história aos dias atuais, e integrar a população local à preservação desse patrimônio. Assim, o Parque Nacional Serra da Capivara foi criado no dia 5 de junho de 1979, como resultado de um conjunto de trabalhos científicos e esforços culturais e políticos liderados por pesquisadores do Brasil e do exterior que descobriram na região o maior conjunto de sítios pré-históricos do Brasil.

Na época de sua criação, foi a primeira reserva federal a preservar o ambiente da caatinga com toda a sua biodiversidade. Atualmente, o Parque Nacional Serra da Capivara é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade, título conferido pela UNESCO em 1991, graças às centenas de sítios arqueológicos com pinturas e gravuras pré-históricas que contam detalhes da vida das antigas sociedades que ocuparam a região durante muitos milênios.

Essa integração se deu, principalmente, por intermédio da Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM²⁴, liderada pela pesquisadora Dra. Niède Guidon, por meio da implantação de um programa de preservação patrimonial que fomentava os cuidados com o meio ambiente e o desenvolvimento de uma política autossustentável, econômica e social nas comunidades, demonstrando, sobretudo, que as ações educativas centradas eram imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação consciente pelas comunidades. Mais adiante, em 2005, também contou com programa de educação patrimonial desenvolvido pelo Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), situado em São Raimundo Nonato.

Este capítulo tem o objetivo de compreender a visão/percepção e conceituação de patrimônio cultural adotada no Parque Nacional da Serra da Capivara, a qual é capitaneada pelas perspectivas e produções acadêmicas de Niède Guidon a respeito de patrimônio. No cenário simbiótico e dialógico que se constituiu entre a existência do Parque Nacional Serra

²³ O município de Coronel José Dias está localizado na região nordeste, no sudeste do Piauí. Seu clima é quente e seco, sua superfície é de 1.796,3 km², e tem uma população de 4.416 habitantes.

²⁴ Equipe de pesquisadores de uma cooperação científica bi-nacional (França-Brasil), responsável pelas pesquisas realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara, onde tais pesquisadores criaram a Fundação Museu do Homem Americano, uma entidade científica, filantrópica, social civil (OSCIP), sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, estadual e federal, e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social. Fonte: www.fumdam.org.br. Acesso em: 10 de jul. 2018.

da Capivara e as produções acadêmico-científicos de Niède Guidon, é preciso que compreendamos antes sua relação com o Parque Nacional Serra da Capivara, pois suas ações e diálogos sobre patrimônio são produtos de estudos acadêmicos, mas também de suas experiências de vida, de relações com as pesquisas e com a população do Piauí. Seu discurso é sempre localizado, específico e produtos dos desafios daquela região, pois, como propõe Michel de Certeau, falamos sempre a partir de um lugar.

Para tanto, será apresentada, resumidamente, a análise dos relatórios, das publicações e da participação efetiva da arqueóloga Niède Guidon nesses programas, a fim de apresentar a contribuição, os processos e as discontinuidades dos programas educativos desenvolvidos no município de Coronel José Dias pelas instituições supracitadas.

1.1 A Política Patrimonial: uma concepção Histórica

Segundo Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues²⁵, o conceito de patrimônio como entendemos hoje tem sua gênese no final do século XVIII, após a Revolução Francesa de 1789, quando é pensado um projeto de nação baseado não na pessoa do rei, mas nos sentimentos coletivos do povo francês. A construção da identidade da nação se deu tanto pela formação de elementos comuns, como símbolos, bens e monumentos que foram atribuídos como propriedades do povo francês, como pela construção de um pertencimento coletivo desses bens, sendo o Estado responsável por sua manutenção e preservação, passando a ser patrimônio nacional.

Desta forma, o conceito de patrimônio é tomado pelo coletivo, sendo tanto bens privados individuais quanto coletivo, ou seja, consagrado como sendo bem de valor nacional — “aquele fundado num sentimento de pertencimento de uma comunidade, no caso a nação.”²⁶ Para Rodrigues, a palavra patrimônio, naquele contexto, estava relacionada aos monumentos, que significava tudo aquilo que fosse edificado intencionalmente para usufruto de uma determinada comunidade que as fizessem rememorar acontecimentos, fatos, rituais configurados naqueles espaços.²⁷ Assim, os monumentos tornaram-se um espaço de memória nacional, com a materialidade do monumento significando a garantia de perpetuação de

²⁵ RODRIGUES, M. H. da S. G. *Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade: Educação, Preservação e Fruição Social: Um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí-Brasil*. 2011. Dissertação. (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) – Departamento de Geologia da UTAD – Departamento de Território, Arqueologia e Património do IPT, Universidade Trás os Montes e Alto Douro e IPT- Portugal, 2011.

²⁶ FONSECA *apud* RODRIGUES 2011, p. 24.

²⁷ RODRIGUES, 2011, p.23.

identidade de determinados grupos sociais às gerações futuras. Na visão de Luiz Philippe Torelly²⁸

Os monumentos, as grandes expressões da arquitetura religiosa, civil e militar, os espaços públicos de intenso convívio social, a música, os documentos e os livros, assim como as obras de arte de feição erudita, formam na memória coletiva de então, capaz de assegurar a unidade política a identidade nacional necessária.

O monumento ganha valor simbólico na concepção de patrimônio, e passa a ser elemento privilegiado pelas elites políticas na construção da identidade nacional, sendo repassada à população como bens nacionais. É importante ressaltar que a noção daquilo que se considerou patrimônio naquele período é fruto de uma visão elitista, considerando bens apenas as grandes construções, as obras artísticas e literárias apreciadas pela elite.

Para Rodrigues, esta valorização da materialidade limitava a concepção de patrimônio apenas em termos históricos e artísticos. A relação de patrimônio exclusivamente relacionada à memória histórica predominou por muito tempo, chegando até o século XX, quando se pensa também o conceito de patrimônio nas relações culturais e antropológicas.

Ao mesmo tempo em que se criam os monumentos como elemento de identidade nacional tem-se uma preocupação de salvaguardar estes monumentos, receando sua perda ao longo do tempo. Era necessário salvaguardar os prédios públicos ou privados, objetos antigos, ou, ainda, elementos de expressão excepcional aos quais se atribuísse um valor nacional e que trouxessem, às gerações presentes, uma herança do passado.

Essa noção sobre o conceito de patrimônio foi alvo de reflexões e questionamentos durante o século XX. E, no Pós Segunda Guerra Mundial, deixou-se de valorizar apenas as criações estéticas, as belas artes, venerada pela elite, para valorizar também os bens de natureza popular. Assim, o patrimônio passou a ter um sentido de testemunho cultural da humanidade, nascendo então o conceito de bem cultural atribuído pela UNESCO²⁹ em 1954.

Uhelinton Fonseca Viana³⁰, dialogando com Jeudy³¹, afirma que este tece uma crítica sobre a construção do conceito de patrimônio com valores estéticos e históricos estabelecidos,

²⁸ TORELLY, L. P. Patrimônio cultural: notas sobre a evolução do conceito. Revista *Vitruvius*. Ano 13, out. 2012b. p. 3.

²⁹ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1962, elaborou um documento denominado **Recomendação de Paris** no qual se destaca a consideração feita sobre a necessidade de se “levar em conta a vida coletiva, sua evolução e o rápido desenvolvimento do progresso técnico” e que “deveriam refletir na urgência de adoção de medidas para salvaguardar a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios em toda parte” (GRIGOLETO, 2013, p. 63). Neste documento, foi utilizado o termo *patrimônio cultural*, não mencionado anteriormente.

³⁰ VIANA, U. F. **Patrimônio e educação**: desafios para o processo de ensino-aprendizagem. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2009.

apontando as problemáticas de um patrimônio legitimado. Por conta disso, propõe outras formas de conhecimento para dinamizar e ampliar a compreensão sobre o patrimônio.

A sensação de se construir um patrimônio coletivo ultrapassou as fronteiras das nações e passou a ser de âmbito internacional. Em meados do século XX, imaginou-se que a humanidade tem um patrimônio em comum e é responsável pela sua preservação. Esta ideia ganha força e é legitimada, sobretudo, pela criação da UNESCO, um órgão das Nações Unidas responsável pela preservação do patrimônio mundial, pela cultura, educação e ciência.

O conceito de bem cultural e patrimônio cultural “passou a ser pauta nos debates, convenções mundiais sobre a relevância de salvaguardar uma memória coletiva local, regional, nacional e planetária materializada nos monumentos, sítios arqueológicos, parques, cidades, entre outros”.³²

A partir de então, começaram a tecer leis de âmbito internacional para a preservação desses patrimônios. Outras concepções de cultura, como cultura material, passaram a ser consideradas patrimônio desde que houvesse um sentimento de pertencimento a um grupo ou país, e as “relevantes”, por seu caráter singular para a humanidade, foram colocadas na lista dos patrimônios mundiais da UNESCO.

Rodrigues lista os elementos que caracterizam patrimônio cultural segundo esta entidade, demonstrando que a criação da UNESCO foi de importância para a criação de políticas de proteção e preservação do patrimônio cultural e histórico no âmbito internacional.

1. Representar uma obra-prima do gênio criador humano 2. Testemunhar uma troca de influências considerável durando um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens. 3. Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecimento. 4. Oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana. 5. Constituir um exemplo eminente de fixação humana ou de ocupação do território tradicional, representativo ou de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis. 6. Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional.³³

No Brasil, os primeiros projetos para a política oficial de proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro nascem com a criação do IPHAN – Instituto do

³¹ Henri-Pierre Jeudy, filósofo, sociólogo e escritor francês que questiona a concepção do conceito de patrimônio limitada apenas no monumental, propondo um conceito de patrimônio que abrange uma abordagem voltada mais para o cultural, nas relações e experiências presentes da coletividade, e menos no histórico.

³² RODRIGUES, 2011, p. 28.

³³ Ibid.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.³⁴ Embora muito antes de sua criação se tenha formulado medidas de se aprovar leis que garantissem a preservação do patrimônio brasileiro³⁵, nenhuma surtiu grandes efeitos no âmbito nacional. Somente com a criação do IPHAN se tem a preocupação de criar medidas e mecanismos legais de forma sistemática neste sentido.

No entanto, os esboços para a criação desse órgão é muito anterior ao ano de sua fundação, podemos dizer que advém de um sentimento crescente de valorização da cultura nacional, sobretudo por alguns intelectuais, arquitetos e governantes preocupados com questões nacionalistas, assim como também é fruto de disputas entre intelectuais e profissionais, sobretudo arquitetos, pela autoridade de dizer o que era patrimônio no Brasil. Assim, a constituição do conceito e das políticas patrimonialistas no país, inicialmente, também foram disputas entre saberes e poderes. Entretanto, conscientizemos que a preocupação com a preservação do patrimônio brasileiro surge a partir da elite e não de uma preocupação do povo.

No contexto histórico do século XIX, quando era preciso construir uma identidade nacional, pois o país tornara-se independente a partir de 1822, procuraram-se elementos para esta identidade. Assim, sujeitos como os índios passaram a ser valorizados como filhos natos da nação, chegando a ser idealizados por escritores românticos do século XIX. Foi criado, ainda no decorrer deste século, por D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a finalidade de se estudar a história e a geografia da nação. Mesmo com esta preocupação com a Pátria, não houve nenhum requisito legal com relação ao patrimônio histórico e cultural do Brasil.

Somente na década de 1930 a política de proteção ao patrimônio cultural foi instituída.³⁶ Seu esboço, porém é da década de 1920, e nasceu por um grupo de intelectuais e artistas brasileiros que estavam preocupados em renovar a arte nacional, oferecendo uma nova cara cultural para o Brasil, recusando a imitação da *tal qual* da cultura europeia. Neste

³⁴ Segundo Grigoletto (2013, p. 88), este órgão preservacionista federal recebeu várias denominações ao longo de sua história, em função das suas diferentes estruturas e vinculações: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN (1937-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Pró-Memória (1979-1981); Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN (1981-1985); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN(1985-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, IBPC (1990-1994); e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN (desde 1994)”.

³⁵ É importante ressaltar que, no contexto, ainda não havia uma concepção formada do que seria patrimônio brasileiro como entendemos hoje. A expressão “patrimônio brasileiro” foi utilizada aqui no sentido de “algo produzido no país” e de grande valor segundo critérios definidos por uma elite dirigente e, com poucas exceções, calcados em elementos materiais.

³⁶ RODRIGUES, 2011, p. 29

sentido, o movimento modernista da década de 20, que culminou na Semana de Arte Moderna em 1922, e os neocolonialistas, tiveram papéis relevantes³⁷.

Rodrigues³⁸, citando Lima, define o movimento modernista como “um grupo de artistas, poetas e intelectuais que defenderam a construção de uma identidade nacional materializada inicialmente na arquitetura colonial e arte barroca, – o modernismo representou um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira, representava a busca de uma identidade cultural brasileira”. Para Torelly, o movimento modernista tratava o resgate de um Brasil de feição mestiça e desgarrado dos padrões europeus de então, mais indígena, mais africano, mais caboclo e caipira, que inicia uma nova síntese cultural procurando abarcar as múltiplas faces da brasilidade. Trata-se de reinventar o País, a partir da valorização de um passado até então desprezado³⁹.

Na década de 1920, a sociedade brasileira passava por transformações sociais, em que a classe média e burguesa começava a circular no cenário elitista juntamente com a antiga aristocracia rural do café. O início da industrialização e o crescimento das cidades modificavam a rotina e a dinâmica urbana no sudeste do país, onde agora aparecia uma pequena elite ligada à indústria e a classe operária, e que, portanto, buscavam novas formas e valores para explicar o Brasil. A influência do estilo de vida europeu, sobretudo francês, era nítida na vida da elite brasileira do final do século XIX e início do século XX. Atraídos pela modernidade e pelo ideal de civilização, esta elite, que no contexto da independência queria construir um ideal de identidade nacional, passou a supervalorizar a cultura europeia.

O sonho de se fazer no Brasil uma cópia fiel das cidades europeias predominava no pensamento desta elite que tinha a Europa como modelo de civilização e desenvolvimento. Desenvolver o Brasil significava colocá-lo nos moldes e padrões europeus. Assim, a arquitetura de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro ganhou ares de modernidade, criando a sensação de se estar vivendo na Europa.

Houve, então, a criação de projetos arquitetônicos com este objetivo, como, por exemplo, o projeto do prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, que “já nos primeiros anos do século XX (...) destaca-se, aí, o episódio da abertura da Avenida Central, entre 1904 e

³⁷ Em 1922, comemorava-se o primeiro centenário da Independência do Brasil, em um contexto no qual os brasileiros, especialmente a elite, se voltavam para a cultura europeia, enquanto outra parte dessa elite, intelectualizada e considerada artística, passava a pensar em apresentar uma arte genuinamente brasileira, objetivando trazer um resgate da construção da brasilidade iniciada a quase cem anos atrás. A Semana de Arte Moderna tornava-se então simbólica neste sentido.

³⁸ RODRIGUES, 2011, p. 29

³⁹ TORELLY, L. P. Notas sobre a evolução do conceito de Patrimônio Cultural. *Fórum Patrimônio*, v. 5, n. 2, 2012a, p. 4.

1906, que implicou no arrasamento de extensa área do antigo núcleo colonial da cidade, substituído por arremedos das mais modernas manifestações ecléticas europeias.”⁴⁰

Segundo Pinheiro, a focalização no progresso não permitia perceber o valor histórico e arquitetônico das obras que estavam sendo demolidas. A visão de progresso estava em oposição ao atraso e os prédios antigos tornaram símbolo do atraso do país. Com a demolição pretendia-se “esquecer, obliterar mesmo, o passado colonial, primitivo, retrógrado, tacanho, em nome do progresso”.⁴¹

Em reação a isso, houve críticas de alguns intelectuais, engenheiros e arquitetos, ainda na primeira década do século XX, que passaram a valorizar uma arquitetura construída no Brasil, sobretudo referente às artes arquitetônicas do período colonial⁴². A arquitetura barroca ganhou importância para estes homens. O objetivo era procurar uma arte nacional através do passado brasileiro e via, no período colonial barroco, esta arte genuína. Deste modo, os primeiros interessados partiram, sobretudo, para Minas Gerais, à procura de preservar e difundir a arte barroca como de caráter não apenas no âmbito mineiro, mas nacional⁴³.

Durante os anos 1920 houve, nos jornais, constantes reclamações sobre a retirada de objetos produzidos no Brasil para o exterior. Entretanto, a derrubada de prédios antigos pelo governo era silenciada. Pinheiro (2006) afirma que isso

admite várias explicações - a mais evidente das quais seria o seu próprio valor intrínseco, por serem geralmente executados em materiais nobres e caros, como metais preciosos. Por outro lado, a privatização de objetos artísticos por parte de brasileiros natos não parece ter suscitado qualquer reação – numa idiossincrasia típica das elites do início do século.⁴⁴

⁴⁰ PINHEIRO, M. L. B. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006, p. 5.

⁴¹ PINHEIRO, 2005/2006, p. 5.

⁴² Esses arquitetos e engenheiros, entre os quais se tem, como expoente, Ricardo Severo e José Mariano Filho, eram contra a visão de progresso arquitetônico pautado no ecletismo europeu e valorizavam uma arquitetura genuinamente brasileira. Eram conhecidos como neocolonialistas, porque acharam, na arte colonial, a tradição artística brasileira e buscaram qualifica-la como elemento de identidade nacional. Para Grigoletto (2013, p. 77), embora os neocoloniais e os modernistas pretendessem construir uma identidade nacional, as formas de como construir esta identidade eram diferentes, colocando a construção do patrimônio em um campo de disputas, pois “cada um desses grupos a lutar pela incorporação de seus saberes na esfera governamental mostram-nos também de que forma o campo preservacionista foi se constituindo em meio a disputas que tiveram como base a estruturação de campos de saberes e, conseqüentemente, os agenciamentos necessários para sua validação oficial”.

⁴³ Minas Gerais passou a ser símbolo da arte nacional, tanto que Ouro Preto foi considerada Monumento Nacional na década de 1930. Muitas foram as expedições à Minas Gerais, incluindo dos modernistas e neocolonialistas. O poeta modernista Mario de Andrade esteve no estado na década de 20, assim como estudantes de arquiteturas da Escola Politécnica Paulista professorado pelo arquiteto Alexandre de Albuquerque. Entre os alunos, aparecem Lúcio Costa, Nestor Figueiredo e Nereu Sampaio.

⁴⁴ PINHEIRO, 2005/2006, p. 6.

Essas críticas refletiram na política, fazendo surgir os primeiros projetos de lei relativos à proteção do patrimônio. O autor mencionado cita, ainda, o projeto complementar do poeta e deputado Augusto de Lima, de 1924, que visava, especificamente, impedir a saída de obras de arte consideradas como de valor inestimável para o país. Outros projetos de lei, que visavam proteger de furtos e vendas de patrimônio, foram apresentados, mas pouco logrou êxito.

Em 1930, o deputado Wesley de Araújo Pinto apresentou um projeto de lei na Câmara Federal com uma visão ampliada sobre o conceito de patrimônio da nação brasileira, pois incluía “todas as coisas imóveis ou móveis a que deva estender a sua proteção ao estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza”.⁴⁵

Podemos perceber que aparecem as palavras móveis e imóveis, ou seja, dava-se a entender que patrimônio já não era apenas entendido como algo material, tocável e fixo, mas perpassava uma noção de certa mobilidade. Ainda estava explícita a noção de beleza, valor histórico e artístico como fator que revelasse a necessidade de preservação desses patrimônios. Entre os intelectuais modernistas da década de 1920, o poeta Mário de Andrade foi aquele que ficou conhecido como mentor de um projeto amplo, nos moldes nacionais, de criação de um órgão que visava a catalogação e preservação do patrimônio cultural brasileiro pelo Estado.

Em 1935, foi criada a primeira “organização brasileira de estudos de coisas e de sonhos brasileiros”: o Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, do qual o primeiro diretor foi Mário de Andrade. No comando da instituição, Mário, com colaboradores, elaborou projetos que visavam pôr em prática os ideais modernistas na cidade de São Paulo e logo daria sua colaboração em dimensão nacional. Segundo Nogueira, com Mário de Andrade no comando da instituição podem:

(...) ser vistos os projetos para a Divisão de Bibliotecas, a Divisão de Educação e Recreio e principalmente a Discoteca Pública. A educação infantil e a recreação são vistas como necessárias no processo de resgate e reinvenção de práticas culturais populares que estavam se perdendo no amálgama cultural da cidade de São Paulo. A partir das festas e brincadeiras tradicionais, a criança e principalmente os filhos dos operários imigrantes poderiam ser incorporados no projeto nacional do Departamento.⁴⁶

⁴⁵ PINHEIRO, 2005/2006, p. 7.

⁴⁶ NOGUEIRA, 2005, p. 6.

A preocupação que transparece para os modernistas é o receio de que as culturas e as tradições populares se perdessem com a constante transformação da zona urbana e com o ideal de modernidade vigente. Outros modernistas também se relacionaram com o poder público e alguns ricos fazendeiros de café com o objetivo de construir órgãos para salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro.

Oswald de Andrade sugeriu, em 1926, ao presidente Washington Luís, a criação do Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil (DODEPAB). No Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade e seus colaboradores propuseram ampliar seus trabalhos e construíram um projeto de criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, projeto que foi abortado pelo golpe de Getúlio Vargas.

A criação e atuações do IPHAN, a legitimação de um projeto (ou órgão) de preservação do patrimônio brasileiro, foi um campo de disputas de saberes institucionais e políticos que envolveram intelectuais modernistas e arquitetos neocolonialistas, que se relacionaram com as mais diversas classes e instituições para conseguir a legitimação de sua visão sobre o que seria patrimônio brasileiro. Para Grigoletto⁴⁷, foram vários projetos e anteprojetos propostos, apresentados, formulados e mesmo recusados e que caracterizam a existência dessas lutas. No entanto, a autora ressalta que, à medida que o Estado entra na disputa, prevalece a tentativa de silenciar as demais correntes.

Assim, no seu dizer, foi iniciado um processo de construção de uma perspectiva preservacionista a partir da “incorporação de saberes e experiências pelo Estado; e de agenciamento para o silenciamento oficial de correntes, propostas e práticas para que o poder estatal pudesse centralizar/controlar as ações de proteção ao patrimônio e alocá-las a um plano governamental mais amplo.”⁴⁸ Já citamos que, entre as décadas de 20 e 30 do século XX, houve vários projetos delei que criavam organismo de preservação do patrimônio nacional. Outros foram apresentados.

Em 1923, o deputado Luiz Cedro projetou a Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil que deveria funcionar como uma das dependências da Escola de Belas Artes ou do Museu Histórico Nacional (MHN). No ano de 1925, o jurista Jair Lins elaborou um anteprojeto de Lei federal para organizar a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais. Já, em 1930, o deputado José Wanderley de Araújo Pinho elaborou um projeto para criação da Inspeção de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional como um departamento do MHN.⁴⁹

⁴⁷ GRIGOLETO, Maira Cristina. *Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 2013.

⁴⁸ GRIGOLETO, 2013, p.79.

⁴⁹ GRIGOLETO, 2013, p.80.

O caminho para a legitimação de medidas de proteção ao patrimônio ganhou folego na década de 1930. Em 1933, a cidade de Ouro Preto ganhou o título de Monumento Nacional pelo Decreto Federal nº 22. 928 de 1933. No mesmo ano, o diretor do Museu Histórico Nacional – MHN – solicitou, em relatório ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a criação de um órgão federal destinado a preservação dos monumentos nacionais. E, em 1934, Getúlio Vargas, então presidente do país, aprova a sugestão pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho, regulamentando a Inspetoria de Monumento Nacional, sendo posta ao fim em 1937. Neste instante, se esboçavam a ideia de criar um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), já em funcionamento experimental desde 1936.

A ideologia de nacionalismo do governo de Getúlio Vargas nos anos 1930 contribuiu para o favorecimento de criação dessas leis de proteção ao patrimônio nacional, pois o governo se baseava numa forte campanha propagandista com o discurso de amor à Nação e criava elementos de pertencimento nacional, sentimento nacional. Neste contexto, houve uma aproximação dos intelectuais modernistas e o Estado brasileiro na construção desta brasilidade. Mário de Andrade, que estava à frente do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo desde 1935, é convidado a elaborar uma proposta de lei que passou a ser tomada como um anteprojeto, uma base intelectual, para a criação legal do órgão preservacionista federal.

A partir de então, se encaminhava a fundamentação de uma política preservacionista brasileira, cujo princípio foi o da formulação de procedimentos e regulamentações para o estabelecimento legal e burocrático de formalidades no campo das ações protecionistas. Entretanto, o projeto de Mário de Andrade passou por reformulações até chegar a uma legislação definitiva. Em 1937, foi definitivamente regulamentado o projeto que criava o SPHAN pelo Decreto-lei nº 25/37 e em 13 de janeiro do mesmo ano, o SPHAN havia sido integrado ao novo ministério do governo federal, o Ministério da Educação e Cultura, o MEC. Grigoletto (2013), citando uma fonte jornalística, afirma.

Nos termos do Art. 1º do Decreto-lei 25/37, o patrimônio histórico e artístico nacional seria constituído pelo “[...] conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, f. 01). Pelo Parágrafo 1º, ficou especificado que “[...] os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo [...]” (BRASIL, 1937, f. 01).⁵⁰

⁵⁰ GRIGOLETO, 2013, p.84.

Aqui ressalta-se a preocupação de preservação do patrimônio e a importância que se deu para os bens de natureza material. Os tombamentos tornaram-se importantes, e o critério de tombamentos ainda estava baseado nas excepcionalidades e valores estéticos e artísticos. Nesse contexto, tomou posse, como diretora desse órgão federal de preservação ao patrimônio brasileiro, Rodrigo Melo Franca de Andrade, tendo permanecido no órgão entre 1937 a 1967. Neste instante outros intelectuais também compunham cargos no SPHAN, havendo uma interligação entre os intelectuais e o poder público.

Segundo Grigoletto, pode-se “compreender a certa autonomia do SPHAN, esta ligada à legitimidade intelectual e ética de muitos desses personagens que tinham trânsito livre pelas principais instâncias do sistema de poder estatal”.⁵¹ Uma fase que se denominou de *heroica* foi marcada pela centralidade do órgão, “onde o conhecimento sobre o campo do patrimônio era controlado pelo corpo de profissionais envolvido no trabalho de identificação e preservação.”⁵² E isto estava centralizado na personalidade do diretor.

Para Pinheiro⁵³, houve, neste período, uma concentração exacerbada de atividades preservacionistas na qual os bens eram selecionados, tombados e restaurados segundo critérios restritos a um grupo mínimo de profissionais. Na visão de Torelly “os montantes de tombamentos se deram pela preocupação desses profissionais frente a crescente urbanização e modernização do país, onde se corria o risco de perder esses patrimônios”, mesmo assim segundo ele “muita coisa se perdeu”⁵⁴.

No decorrer das décadas, o SPHAN se tornou consolidado e, em 1967, assume a diretoria do órgão Renato Soeiro, que governou entre 1967 a 1979. Neste período, o país vivia sob a opressão da Ditadura Militar, quando se tinha um governo centralizador. Neste momento, os rumos da política de preservação começam a se alterar. O Brasil começa a se inserir no cenário internacional no que diz respeito a preservação do patrimônio cultural. São enviados representantes brasileiros às conferências, debates e palestras a nível internacional.

Além disso, houve um maior diálogo entre o governo federal e os governos estaduais em relação às políticas de preservação estaduais, descentralizando as decisões, antes somente centralizada a nível federal. Houve então vários encontros neste sentido, como o Compromisso de Brasília (1970), o Compromisso de Salvador (1971), o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973) e o Programa de Cidades Históricas (1977).

⁵¹ GRIGOLETO, 2013, p.89.

⁵² Idem.

⁵³ PINHEIRO, 2006.

⁵⁴ TORELLY, 2012a, p. 7.

Ainda, entre os anos de 1970 e 1980, os Cursos de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) passaram a assumir um caráter mais sistemático. Neste sentido, houve várias especializações envolvendo parcerias entre o SPHAN e as universidades públicas espalhadas pelo país, e, além dessas especializações e profissionalizações, promoveram-se criações de subdivisões dentro do órgão, dando a ele uma formação mais especializada e sistemática.

Em 1979, entra para a diretoria do SPHAN Aloísio Magalhães e, em 1981, foi criado o Ministério da Educação e Cultura – MEC - ao qual o órgão estava subordinado. Aloísio Magalhaes realizou seminários com todos os órgãos do MEC, resultando em um documento denominado *Diretrizes para a operacionalização da política cultural do MEC*. Desde então, “construiu-se um novo campo discursivo, através do qual as ações patrimoniais começaram a se vincular ao tratamento e difusão da ideia de patrimônio cultural; entendido a partir da diversidade cultural”⁵⁵.

A visão de Aloísio Magalhães foi incluída no documento, no qual aparecem aspectos culturais, como patrimônio, que não mais estava restrito à noção de bens móveis e imóveis ligados ao valor histórico. Percebeu-se que os bens culturais eram elementos que levariam ao desenvolvimento harmonioso e valorizava a identidade cultural da nação. O discurso de Aloísio Magalhães se “disseminou e serviu de modelo para muitas propostas na área cultural brasileira na década de 1980, podendo ser reconhecido nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, os quais tratam sobre as deliberações no âmbito da cultura e do patrimônio no Brasil”.⁵⁶

De fato, a Constituição Federal, a partir de 1988, inclui os produtos da cultura como bens culturais e patrimoniais, enquanto elemento de identidade de um grupo no país. Assim, Rodrigues, citando a Constituição em seu artigo 216, diz que esta define patrimônio cultural:

pelas suas formas de expressão; de seus modos de viver; de seus modos de criar, fazer e viver e das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais aspectos destinados às manifestações artístico-cultural; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁵⁷

Desta forma, aparecem, no conceito de patrimônio, não apenas elementos pautados na materialidade, mas no aspecto cultural, incluindo o modo de agir e de fazer como algo cultural, podendo ser elemento de identidade de um grupo e ser legitimado como patrimônio

⁵⁵ GRIGOLETO, 2013, p. 91.

⁵⁶ GRIGOLETO, 2013, p. 92.

⁵⁷ RODRIGUES, 2011, p. 36.

cultural. Fazendo uma abordagem sobre as políticas patrimonialistas no Brasil de forma diacrônica, pudemos perceber que o conceito de patrimônio não permaneceu o mesmo ao longo do tempo, e que sua constituição foi também uma luta pela construção da identidade nacional.

Ao mesmo tempo, essa construção não foi mobilizada por todos os brasileiros, mas por uma elite letrada, por um grupo de intelectuais e artistas ansiosos por se firmar enquanto tal. Nesta luta por legitimidade, foi possível perceber a recorrência às autoridades e órgãos públicos como estratégias para conquistar um espaço de reconhecimento social. Entretanto, foram de grande importância os primeiros passos, mesmos que limitados, dos intelectuais e simpatizantes de uma nacionalidade brasileira.

1.2 A Criação do Parque Nacional da Serra da Capivara e o legado de Niède Guidon

O Parque Nacional Serra da Capivara⁵⁸, possui uma área de 129.140 hectares (Mapas 1 e 2). É o único Parque Nacional (Mapa 3) que comporta espécies de animais endêmicos e ameaçados de extinção.⁵⁹

A proteção ao Parque foi ampliada pelo Decreto de nº 99.143, de 12 de março de 1990, com a criação de Áreas de Preservação Permanentes adjacentes, com total de 35 000 hectares. Em 1993, foi inscrito no livro de Tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico pelo IPHAN como patrimônio Nacional.

A entrada do Parque Nacional Serra da Capivara, como patrimônio da humanidade, se dá pela diversidade biológica e pelas suas excepcionalidades nas pinturas rupestres pré-históricas existentes. Segundo Rodrigues, no item três dos critérios estabelecidos pela UNESCO, para que haja um patrimônio da humanidade está o de, “fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecimento.”⁶⁰A partir dessas considerações, as pinturas rupestres colocam a Serra da Capivara em uma excepcionalidade única, tornando um verdadeiro museu a céu aberto.

No Plano de Manejo⁶¹ do parque, elaborado pela equipe da FUMDHAM e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em

⁵⁸ O Parque Nacional Serra da Capivara é uma unidade de conservação brasileira, de proteção integral à natureza, que se localiza nos municípios piauienses de Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí e São Raimundo Nonato.

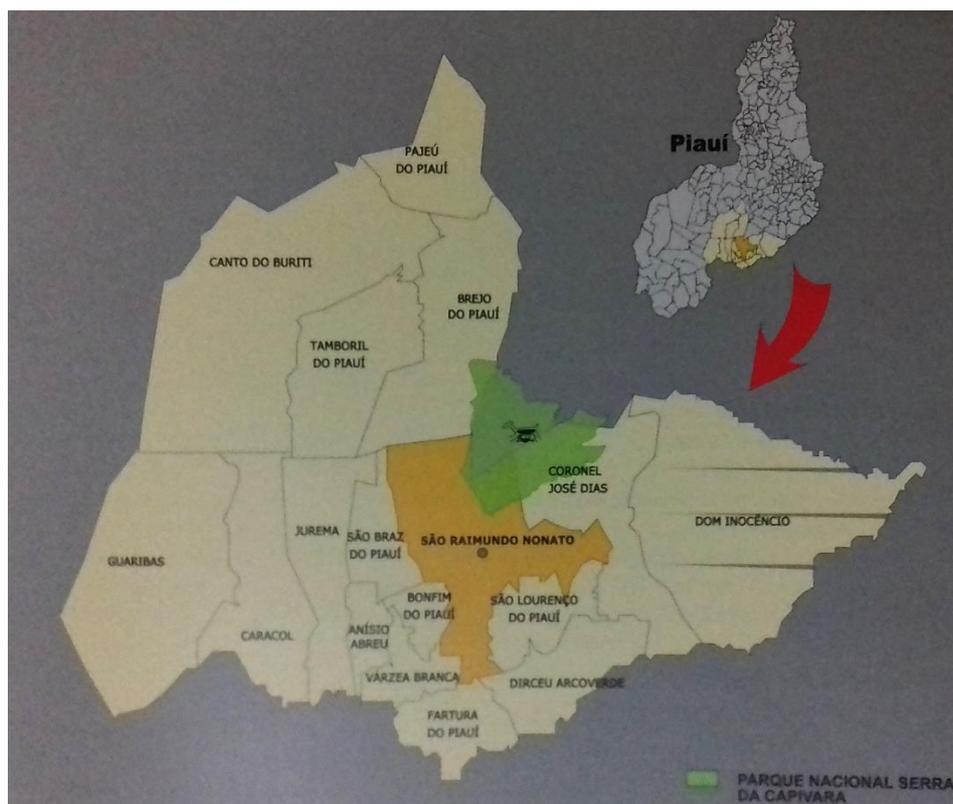
⁵⁹ COSTA, 2011, p. 10

⁶⁰ RODRIGUES, 2011, p. 28.

⁶¹ PESSIS, A. M. *Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/IBAMA/FUMDHAM, 1991. A documentação analisada nesse tópico

1990, afirma-se que as características que pesaram na criação do parque são diversas: ambientais, turísticas e culturais. Esta última se refere à “maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, a maioria com pinturas e gravuras rupestres, nos quais se encontram vestígios extremamente antigos da presença do homem – entre 50.000 e 60.000 anos antes do presente”⁶².

Mapa 1 –Mapa do Estado do Piauí e a microrregião de São Raimundo Nonato

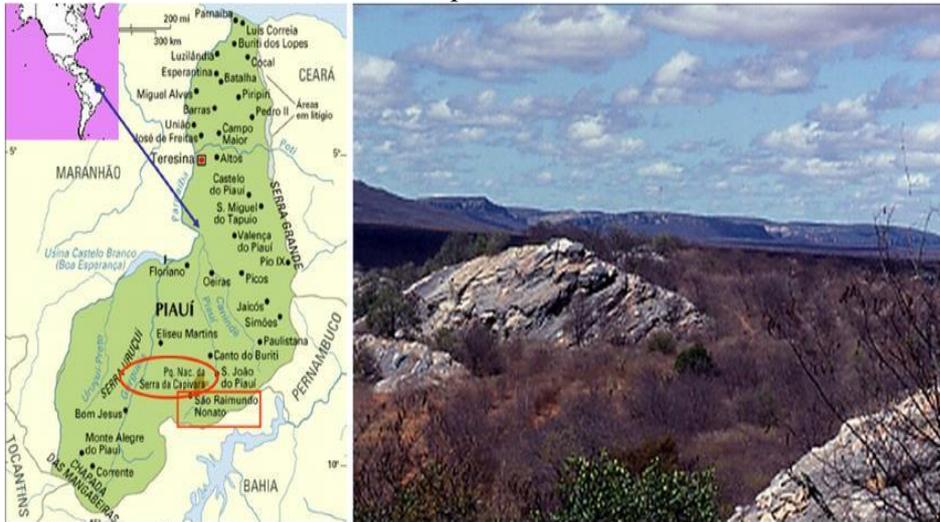


Fonte: MAIOR, 2016, p. 65.

consta do Processo 1322 – T – 92, referente à solicitação de tombamento do Parque Nacional Serra da Capivara.

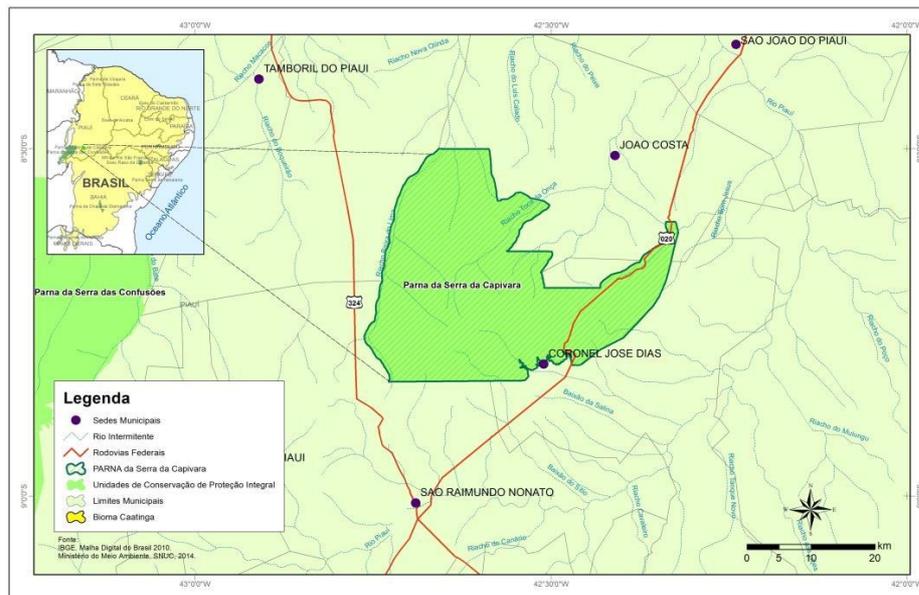
⁶² PESSIS, 1991, p. 11.

Mapa 2 – Mapa do Piauí. Paisagem da área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara.



Fonte: PEYRE, E., 2009. *In*: PEYRE, E., GRANAT, J., GUIDON, N., 2009, p. 64

Mapa 3 – Mapa de Localização do Parque Nacional Serra da Capivara.



Fonte: FREIRE, N. C. F. et al, 2017, p. 2.

A própria criação do Parque Nacional está intimamente ligada à figura da arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon, que, desde década de 1960, vem estudando os sítios arqueológicos no Piauí, e tornou-se uma personalidade influente no ramo das pesquisas científicas referentes àquela região e na sua preservação. Ao logo dos anos, a arqueóloga tem enfrentado desafios pela manutenção e conservação do Parque.

Niède Guidon foi graduada em História Natural pela Universidade de São Paulo e atuou inicialmente trabalhando em museus brasileiros e franceses na década de 1960. Ao

ouvir falar de que no sertão do Piauí havia pinturas nas paredes rochosas, ficou interessada em realizar viagens para a região com o objetivo de averiguá-las. Entretanto, em meados dos anos 1960, militares, que governavam o país nesse período, a consideraram comunista, e ordenaram que fosse exilada para a França.

Na Europa, continuou seus estudos universitários e tornou-se doutora em Arqueologia da Pré-História pela Sorbonne-França, onde, segundo a pesquisadora, “recomecei minha vida lá e fui professora da *Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS) em Paris, a partir de 1977⁶³”. Sua trajetória depois deste momento começa a se ligar com os sítios arqueológicos do Piauí.

Em 1970, vim em uma missão apoiada pelo governo francês para conhecer os índios de Goiás. Daí tive a oportunidade de prolongar o roteiro até a Serra da Capivara e consegui ver cinco sítios na região, que eram completamente diferentes e extraordinários. Com essa documentação, consegui coordenar uma missão francesa por lá, em 1973, com a participação de pesquisadores da USP. Em dois meses, descobrimos 55 sítios arqueológicos. Os moradores locais das áreas rurais de Várzea Grande nos ajudaram a fazer estas descobertas. Já em 1978, foi criada a missão francesa permanente do Piauí, que está sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores francesa, até hoje. Como chefe da missão, vinha anualmente com meus alunos franceses para fazer o trabalho de campo.⁶⁴

Com esta missão, Niède Guidon dava os primeiros passos para descobrir achados arqueológicos que modificariam as teorias sobre o povoamento das Américas. Alguns cientistas trabalham com a hipótese de que a América, assim como os continentes africano e asiático, contava com populações próprias ou nativas. No entanto, a tese do autoctonismo não se sustenta com afirmações materiais, pois ainda não foram encontrados fósseis humanos anteriores ao do *Homo Sapiens Sapiens*. Com isso, as correntes teóricas que defendem que grupos humanos teriam migrado de outros continentes para a América ganharam maior destaque.

Segundo a teoria migratória de maior destaque no contexto acadêmico, os primeiros grupos humanos a chegarem ao continente contavam com semelhanças físicas próximas das populações mongolóides e pré-mongolóides da Ásia. A chegada desses povos à América aconteceu graças ao congelamento do Estreito de Bering, que separa o continente asiático da porção norte da América. Há cerca de 12 mil anos, o congelamento do Estreito e a baixa no

⁶³ RESK.S. S. Niède Guidon, uma arqueóloga ecossistêmica. **Revista Página 22**. 05.01.2015. Online. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2015/01/05/niede-guidon-uma-arqueologa-ecossistemica/>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁶⁴ RESK.S. S., 2015, online.

nível das águas do Oceano Glacial Ártico permitiram a migração do homem pré-histórico asiático para a América.

Os defensores dessa tese migratória se embasam nos vestígios pré-históricos encontrados no sítio de Clóvis, localizado no Novo México (EUA). No entanto, essa tese sofre grande questionamento. Uma dessas suspeitas sobre a Teoria do Estreito de Bering aconteceu quando, em 1975, o fóssil de uma mulher foi encontrado na região de Lagoa Santa, situada no estado brasileiro de Minas Gerais. Apelidada de “Luzia”, o antigo fóssil tem uma datação equivalente à dos primeiros povos a ocuparem a América do Norte. Além disso, seus traços são negroides, como os das populações do continente africano ou dos aborígenes australianos.

Na época, havia sido descoberto, no interior de Minas Gerais, na região de Lagoa Santa, um esqueleto que era considerado o mais antigo já descoberto no Brasil. As atenções e escavações dos arqueólogos se concentravam naquela região. Baseado nessa descoberta revolucionária, a comunidade científica passou a trabalhar com uma terceira hipótese.

De acordo com esses estudos, as populações que ocuparam primeiro o continente vieram de regiões do sul asiático, da Polinésia e da Oceania. Tais grupos humanos teriam se deslocado por meio de navegações feitas em embarcações de pequeno porte. Com o passar do tempo, fixaram-se no litoral leste do continente americano e, posteriormente, buscaram áreas pelo interior da América. Entretanto, sem chegar a um consenso final, pesquisas arqueológicas e paleontológicas continuam sendo realizadas em várias regiões da América.

Como fontes arqueológicas, para essa terceira possibilidade teórica, temos a missão francesa organizada por Guidon, que se estendeu para o nordeste brasileiro, desviando o local das atenções para onde ninguém supunha ter havido a presença humana na pré-história, devido às condições climáticas atuais. A teoria explicativa para a presença do homem pré-histórico naquela região, proposta por Niède Guidon, é que, na pré-história, a região do Piauí era coberta por dois biomas e era úmida, não árida, como atualmente.

Os dois biomas eram a Floresta Amazônica de um lado e a Mata Atlântica do outro. Portanto, o sertão piauiense, que hoje é seco, possuía um clima úmido e fresco, propícios para habitações e convivências humanas. Segundo Niède Guidon

as pesquisas demonstraram que, até cerca de 10.000 anos BP, o clima local era tropical úmido; o setor norte da região estava coberto pela Floresta Amazônica e o setor sul fazia parte da Mata Atlântica, dois biomas úmidos. Até hoje, espécies

animais e vegetais originárias dos dois biomas, existem no Parque Nacional Serra da Capivara⁶⁵.

As pesquisas da equipe francesa liderada por Niède Guidon, em parceria com entidades brasileiras, descobriam que o homem pode ter iniciado a habitação no continente americano há mais de 37 mil anos, o que contraria a teoria dos cientistas americanos, que calculam a existência do homem na América em torno de 12 mil anos atrás. Em escavações realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara, especialmente no sítio arqueológico Pedra Furada, foram encontrados carvões que, pelas datações com carbono catorze, teriam sido produzidos acerca de 18 mil anos atrás. Os pesquisadores supõem que esses carvões são resquícios de uma fogueira feita por humanos, provavelmente para se aquecer do frio.

Partindo desta perspectiva, Niède Guidon formulou hipóteses e chegou à teoria que, diferentemente do que se pensava anteriormente, o homem americano pode ter vindo diretamente da África para o Brasil, e só então teria se espalhado pelo resto do continente americano. Nas palavras da arqueóloga, o mar estava então 140 metros mais abaixo do nível de hoje, a distância entre a África e a América era muito menor e havia muito mais ilhas⁶⁶. As ilhas permitiam que os homens atravessassem de barco uma por uma até chegar ao Brasil.

Entretanto, essa teoria é rebatida por cientistas mais tradicionais, que indagam a respeito do carvão encontrado na região da Pedra Furada. Eles argumentam que o carvão encontrado poderiam ser efeitos de raios e tempestades que ocorreram no período pré-histórico, pois a atmosfera da Terra era ainda diferente da atual. As críticas são rebatidas pelos arqueólogos que trabalham no Parque, sobretudo por Niède Guidon, que argumenta dizendo que, se fossem apenas produtos das tempestades e raios, haveria muito mais carvões espalhado pelo território adjacente, o que até o momento não foi encontrado, levando-a a reafirmar sua teoria.

Percebe-se que existe, entre esses teóricos, uma disputa – discurso científico – pela legitimação da fala, do fazer crer que aquilo que se diz é verdadeiro e, deste modo, conseguir espaço e um reconhecimento social. Como diz Pierre Bourdieu, “o que faz o poder das palavras (...) é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”.⁶⁷ A ciência também é um lugar de disputas de saberes e poderes, que, ao mesmo tempo em que constituem um corpus de conhecimento, essa constituição não se dá de forma harmoniosa ou

⁶⁵ GUIDON, N.; Pedra Furada : uma revisão. In: **Fundamentos**, n. 8, 2008, p. 381. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253548158_Pedra_Furada_uma_revisao. Acesso em: 12 dez. 2019.

⁶⁶ PIVETTA, M. Niède Guidon. In: *Pesquisa FAPESP*: suplemento especial Revolução Genômica, abr. 2008. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2014/01/073-077-niede-guidon.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

⁶⁷ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15.

homogênea, mas através de silenciamento e evocações de discursos fruto de disputas pela própria constituição da ciência enquanto saber.

O trabalho de Niède Guidon em São Raimundo Nonato⁶⁸ se iniciou mais precisamente em 1973 quando a pesquisadora, dirigindo uma missão francesa custeada pelo governo francês e com licença do governo brasileiro, pôde explorar os sítios arqueológicos na região do Piauí. Após os trabalhos de campo, amostras eram enviadas para França para análises em laboratórios e datações. Foi em uma dessas análises que se pôs em dúvida a teoria dos norteamericanos sobre o povoamento das Américas. A partir de então, a arqueóloga dedicou sua vida a trabalhos na região.

Com as pesquisas arqueológicas realizadas em São Raimundo Nonato, Niède Guidon e sua equipe perceberam a necessidade de proteção dos locais onde se encontram os sítios arqueológicos. Nessa perspectiva, através dos discursos pronunciados em jornais, revistas, blogs, sites, e por meio de suas ações, a arqueóloga chama a atenção para a necessidade de criação de um local de preservação do arsenal arqueológico encontrado na região, com o que podemos analisar como Guidon apreende o conceito de patrimônio e a maneira como ela objetiva preservá-lo.

Entretanto, devemos lembrar que suas ações estão voltadas para um caso específico do Parque Nacional Serra da Capivara, que constitui um lugar singular, com características sociais, econômicas, políticas, culturais, naturais/ecológicas próprias e que não é possível generalizar seus pensamentos para outro contexto. Contudo, pode ser tomado como exemplo e referência e, a partir da experiência desenvolvida em educação patrimonial com aquelas comunidades, pode-se formatar prospectos e/ou diretrizes para uma educação patrimonial consistente, efetiva e eficiente em nosso país.

A apreensão que podemos perceber da forma que Niède Guidon entende um bem enquanto patrimônio atende a alguns critérios estabelecidos pelas entidades internacionais e nacionais, como a UNESCO e o IPHAN, sobretudo no que diz respeito ao conceito de

⁶⁸ Aqui tratamos da região do município de São Raimundo Nonato porque nesse período não havia sido criado, legalmente, o município de Coronel José Dias. Em 1962 o Povoado Várzea Grande passou a município com o nome de Coronel José Dias. O senhor Batista Dias tomou posse do município no mês de janeiro de 1963, sendo prefeito da cidade, mas governou por pouco tempo, por ser o desmembramento ilegal. O deputado Edson Ferreira, irmão do senhor Gaspar Ferreira, cassou o mandato de Batista Dias por não ter havido plebiscito. Em 29 de abril de 1992 o Povoado Várzea Grande foi desmembrado do município de São Raimundo Nonato pela Lei 4.477, que foi votada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Antônio de Almeida Freitas Neto. Os grandes lutadores pelo desmembramento do povoado foram: Marcelo Castro, Valdemar Macedo, Expedito Rodrigues do Nascimento e o prefeito na época, Dr. Hamilton Baldoíno. Coronel José Dias está localizado na região nordeste, no sudeste do Piauí. Seu clima é quente e seco, sua superfície é de 1.796,3 km², tem uma população de 4.416 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/coronel-jose-dias/historico>. Acesso em: 12 set. 2019.

excepcionalidade. Analisemos o seguinte comentário de Niède a respeito do Parque Nacional Serra da Capivara.

A importância do Parque está no fato de que ele preserva áreas de Caatinga primária. Nessa área, há cerca de 9.000 anos, se encontravam dois biomas: a floresta amazônica e a mata atlântica. Até hoje temos espécies animais e vegetais de ambos biomas dentro do Parque. Nele se encontra a maior concentração de sítios rupestres do mundo. A pesquisa nesses sítios arqueológicos permitiu que demonstrássemos a antiguidade das culturas autóctones do Brasil. Sua capacidade tecnológica e sua arte, hoje declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade. Este acervo é comparável a qualquer dos mais famosos sítios do velho mundo. É o estudo desses sítios que poderá dizer a verdadeira origem dos primeiros homens que povoaram a região⁶⁹.

Vejamos os critérios definidos pela UNESCO sobre a concepção de patrimônio.

1. Representar uma obra-prima do gênio criador humano 2. Testemunhar uma troca de influências considerável durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens. 3. Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecimento. 4. Oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana. 5. Constituir um exemplo eminente de fixação humana ou de ocupação do território tradicional, representativo ou de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis. 6. Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional.⁷⁰

Observando o comentário de Niède Guidon, percebemos que, para ela, o Parque Nacional Serra da Capivara é um local onde há uma excepcionalidade de elementos que devem ser resguardados pela humanidade, pois constitui um patrimônio de todos, cabendo, portanto, no item três da UNESCO a respeito do patrimônio. Ao mesmo tempo, relata a noção de cultura ligada aos povos autóctones no Brasil através das pinturas rupestres, consideradas como obras de arte, caracterizando os sítios arqueológicos no item seis da UNESCO.

É interessante perceber que as “excepcionalidades” dessa região piauiense consistem na singularidade que seu conjunto humano e natural possui, pois existem espécies de animais e vegetais que tornam a própria natureza local como única, excepcional, pois coabitam, no mesmo espaço, animais que, naturalmente, pertencem a biomas diferentes. Neste sentido, o discurso evocado por ela passa a englobar, como patrimônio, elementos sob o critério da

⁶⁹ GORGULHO, S. Niède Guidon. *In*: Silvestre Gorgulho. Brasília, s.d. Disponível em: <https://www.gorgulho.com/?sessao=materia&idMateria=285&titulo=NIA%EF%BF%BDDE-GUIDON>. Acesso em: 11 ago. 2019.

⁷⁰ RODRIGUES, 2011, p. 28.

excepcionalidade: a fauna, a flora e os elementos artístico-culturais do homem pré-histórico; portanto, todos devem ser preservados, pois são patrimônios.

Ao identificarmos a preocupação da arqueóloga com o ambiente natural da região, e percebendo que este ambiente é visto como um lugar excepcional, único, também é possível identificar o critério da sua historicidade. Niède Guidon afirma que, há cerca de 9.000 anos, encontravam-se dois biomas: a floresta amazônica e a mata atlântica. O natural neste sentido passa a ter valor histórico, narrado sempre pela antiguidade dos artefatos encontrados em números de anos.

É histórico não no sentido de se tecer uma trama social constituída no tempo, mas na própria constituição do espaço natural e, portanto, geográfico, ao longo dos milhares de anos da formação da terra. Segundo Silva, a soma dos valores dos vestígios pré-históricos e do ambiente natural é concebido como patrimônio cultural, e cita alguns autores desse processo.

Os vestígios pré-históricos e/ ou históricos somados ao valor natural do entorno ao ser considerado estruturas remanescentes de matérias-primas modificadas em determinado espaço de tempo pela ação humana e inseridas novamente em um contexto natural em um tempo longínquo podem ser “[...] legítimos representantes do patrimônio cultural e natural da humanidade.”⁷¹

Neste sentido, corrobora com esta visão a carta de Patrimônio Cultural, que foi definida pela Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, escrita durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura em 1972. Pelas definições apresentadas é possível identificar o Parque Nacional como um patrimônio da humanidade. Assim diz o artigo primeiro da carta:

Para os fins da presente Convenção é considerado “patrimônio cultural”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico⁷².

Assim, percebe-se que transformação da área da Serra da Capivara em Parque Nacional, oficialmente regulamentada e legitimada pelo governo, foi fruto das preocupações

⁷¹ SILVA, 2012, p. 4

⁷² LAGE, M. C. S. M.; BORGES, J. F.; ROCHA JÚNIOR, S. Sítios de registros rupestres: monitoramento e conservação. *In: Mneme – Rev. Humanidades*, v. 6, n. 13, p. 1-24, 2004/2005, p. 5.

de Niède Guidon e equipe pela preservação da área dos sítios arqueológicos, o que a torna uma pesquisadora engajada na luta pela preservação daquele patrimônio, em particular. Na página *online* do Museu do Homem Americano conta-se a história da formação do Parque.

Foi enviado um relatório ao governo brasileiro mostrando a importância das descobertas arqueológicas e sobre o meio ambiente, solicitando que fosse criado um Parque Nacional que abrangesse toda a área ocupada pela Serra da Capivara e Serra das Confusões, locais até então não ocupados pela população atual. Na Serra das Confusões, ainda havia aldeias indígenas e, na Serra da Capivara, somente algumas casas abandonadas de antigos coletores do leite de maniçoba.

O mesmo relatório foi enviado ao governo francês que criou a Mission Archéologique du Piauí, dependente do Ministère des Affaires Étrangères. Niède Guidon foi diretora dessa missão até o ano de 1998. Atualmente, seu diretor é o Prof. Dr. Eric Boeda.

Em 1979, foi criado o Parque Nacional Serra da Capivara, tendo ficado fora a Serra das Confusões. Nenhum funcionário foi designado para se ocupar dele. Essa situação perdurou durante anos e isso deu origem a uma destruição marcada do meio ambiente. Caçadores e exploradores de madeira utilizavam o parque livremente.⁷³

Também foi de incumbência de Niède Guidon a criação de relatórios e apresentações de pedidos perante a UNESCO para transformar a área em patrimônio da humanidade. Assim, “atendendo a uma solicitação do Ministério da Cultura, Niède Guidon apresentou à UNESCO o pedido para que o Parque Nacional Serra da Capivara fosse declarado Patrimônio Cultural da Humanidade, o que ocorreu em 1991.”⁷⁴ No sentido de garantir melhorias para os trabalhos de pesquisadores e preservação do parque, Niède Guidon idealizou ainda, a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), na qual se tornou a presidente, cuja finalidade foi a de preservar patrimônio cultural do parque.

Entretanto, existe um discurso conservacionista de Niède Guidon relativo ao entorno do Parque Nacional Serra da Capivara que muitas vezes gera atritos entre ela e pessoas locais que não respeitam a legislação e devastam área de proteção com caçadas, queimadas, e outras ações depredadoras. A conservação do Parque como um todo, proposto pela pesquisadora e sua equipe, só é possível através de parcerias não apenas com os órgãos de governo, mas a própria comunidade.

Neste sentido, fez-se necessário criar formas e programas de educação patrimonial com as populações locais. Os conceitos de preservação patrimonial elaborados pelas instituições se repetiam a cada projeto, buscando despertar na população local o reconhecimento simbólico, uma identificação conjunta para preservação em um cenário no qual o patrimônio, da forma como era concebido, pouco interessava à comunidade.

⁷³ FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO – FUMDHAM. Disponível em: <http://www.fumdam.org.br/historico.html/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

⁷⁴ FUMDHAM online. Acesso em 20 jun. 2015.

A importância do patrimônio do Parque Nacional da Serra da Capivara aparecia nas reuniões e nos congressos científicos, que tinham a participação de pesquisadores de outras regiões, que enxergavam a importância do parque através do interesse científico voltado para a arqueologia, física, arte rupestre e povoamento das Américas. Nesse contexto, a população local demonstrava não entender a importância desse patrimônio, tendo desta forma um distanciamento entre as populações locais e o acervo arqueológico. Azevedo Netto faz uma reflexão crítica a esse respeito.

Estamos vivendo a era da explosão do patrimônio, como forma de delimitação de identidades e memórias. Os processos de preservação cultural e o arqueológico de modo mais contundente demandam uma série de questionamentos que implicam esclarecer quais patrimônios devem ser preservados, quem escolhe quais serão preservados e para quem é necessária essa preservação? E como todo questionamento complexo, tem a mesma complexidade como resposta. Para iniciar essa discussão, deve-se ter em mente que o principal instrumento de preservação que se pode dispor é a informação quanto ao patrimônio arqueológico, que tem como último recurso o tombamento.⁷⁵

Neste sentido, foi necessário envolver as populações locais com o trabalho de preservação do patrimônio cultural e natural do parque, criando sentimentos de pertencimento, por meio da educação patrimonial, principalmente nas escolas, para que as futuras gerações pudessem ser mais conscientes no que diz respeito a preservação. O Parque Nacional da Serra da Capivara nasceu pela intenção de preservar estes ambientes naturais, assim como a fauna e a flora da região, e pela influência que a devastação da fauna e da flora provoca nas pinturas rupestres. O site da FUMDHAM diz que:

A situação dos sítios de arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara seria bem diferente se não houvesse uma destruição acelerada do patrimônio natural. A preservação dos sítios com pinturas depende diretamente da preservação da fauna e flora da região. A maioria dos agentes causadores da destruição dos sítios é consequência de um desequilíbrio ecológico com quebra da cadeia alimentar. O caso dos cupins ilustra bem esta situação. A caça desordenada de animais (tamanduá, tatu) que se alimentam de cupim fez com que houvesse um aumento considerável destes que hoje constroem suas galerias sobre pinturas. Os desmatamentos e queimadas provocaram o desaparecimento de espécies nativas que protegiam a rocha da incidência solar e, hoje, em seu lugar, brotam apenas as plantas baixas, tipo capoeira.⁷⁶

Niède Guidon à frente da FUMDHAM tem promovido várias formas de preservação do parque, seja através de esforços próprios, doando dinheiro de prêmios para manutenção do

⁷⁵ AZEVEDO NETTO, C. X. de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, dez. 2008, p. 7. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2015.

⁷⁶ FUMDHAM online. Acesso em 20 jun. 2015.

parque, seja através de convênio da FUMDHAM com entidades públicas ou privadas, ou ainda através de organizações internacionais. Segundo a FUMDHAM, o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre patrimônio cultural, meio-ambiente e população, é o único caminho para garantir um real desenvolvimento.

Como modelo de desenvolvimento da região, Niède Guidon propõe o turismo ecológico, a apicultura e o cultivos de plantas nativas, como cactos, que, segundo ela, têm valor no mercado. Este modelo é uma alternativa à criação de gado extensiva e aos desmatamentos para outros tipos de lavoura que acabam modificando o equilíbrio ecológico do parque e, conseqüentemente, danificando o patrimônio natural e cultural da humanidade. Assim, a Fundação Museu do Homem Americano, entidade sem fins lucrativos, cumpre seu papel de apoiar as ações de conservação e divulgação do parque. Além disso, deu início a um trabalho de inserção da comunidade no processo de preservação e promoção turística do local.

A população local, segundo os dirigentes da FUNDAM, deve ser guia e operário das equipes de escavação; nesses termos, mulheres já foram empregadas na recepção e controle de acesso de turistas ao parque; jovens receberam aulas de como produzir artesanato se valendo de materiais rústicos da região; foi fomentada a produção de peças cerâmicas decoradas com motivos rupestres que alcançaram alto nível de qualidade e, hoje, são enviadas para lojas de todo o Brasil e mesmo do exterior; pousadas, restaurantes e lojas de souvenirs começaram a surgir e a aprimorar seus serviços para bem receber os turistas.

1.3 A Serra da Capivara enquanto Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural

Nesta seção, apresentamos, como tema central, o processo de patrimonialização do Parque Nacional, e a variabilidade conceitual acerca do tema patrimônio cultural, tendo em vista o corpo da legislação disponível para esse assunto em âmbito internacional, nacional e regional. Em um primeiro momento, esboçamos uma síntese conceitual sobre termos como Patrimônio e Patrimônio Cultural, procurando indicar a metodologia de análise utilizada e o significado conferido à variabilidade identificada entre as formas possíveis de um patrimônio da humanidade, especialmente no âmbito das ações da arqueóloga Niède Guidon e a sua equipe.

Após essas discussões, apresentaremos abordagens sobre relevância de medidas educacionais desenvolvidas no Parque Nacional. Além disso, trataremos das implicações que políticas de educação, empreendidas nas escolas e ao contexto social e cultural, além de político, acarretam para as cidades da região que compreendem o contexto do sul do estado do

Piauí. Como suporte documental, tomamos a legislação que rege as questões patrimoniais, que se constitui em um conjunto de estruturas fundamentais que buscam, no que se refere ao patrimônio cultural, “garantir a integridade física dos sítios arqueológicos e todos os objetos e expressões que contêm, salvaguardando-os das interferências naturais, sociais, econômicas”.⁷⁷

Assim, o processo de patrimonialização do Parque Nacional Serra da Capivara deve ser compreendido como o resultado das ações de desenvolvimento científico, político e econômico no campo da cultura, que nos remete, segundo Luchiari, “a um processo histórico seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que engendram intervenções, decisões e escolhas balizadas por um projeto político que a estrutura social de cada tempo constrói”.⁷⁸

Nesse processo, os elementos da cultura e da natureza se transformam e ganham significados especiais que se colocam “fora do seu tempo”, merecendo, portanto, serem conservados para ficarem para as gerações futuras, sem serem colocados ao lado dos itens normais do cotidiano da sociedade.⁷⁹

Segundo Silvio Figueiredo⁸⁰, o processo da patrimonialização da cultura e da natureza é um processo antigo, e tem o seu apogeu no contexto moderno francês, no qual houve uma maior preocupação em proteger os monumentos na França pós-revolução. É imprescindível entendermos esse processo para analisarmos o processo de patrimonialização no Brasil, que, por conseguinte, revela as fases pelas quais o Parque Nacional Serra da Capivara passou para se tornar, em 1991, Patrimônio Cultural Mundial.

De acordo com a literatura, há dois pontos fundamentais a serem observados: o primeiro é a utilização da legislação francesa para se pensar as políticas culturais do país; o segundo, a influência da escola de arqueologia francesa no desenvolvimento das primeiras pesquisas brasileiras, voltadas exclusivamente ao estudo da arte rupestre do país. Dito isto, é possível entendermos como as relações entre a trajetória pessoal da pesquisadora Niède Guidon e a escola francesa de arqueologia possibilitaram uma visibilidade maior sobre a região que hoje compreende o Parque Nacional, bem como os passos para a própria conservação e registro do bem enquanto patrimônio cultural.

⁷⁷ PARDI, M. L. F. *Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação*. 2002. 289 f. Dissertação (Mestrado) – IGPA, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002. p. 59.

⁷⁸ LUCHIARI, M. T. D. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *Revista Geosp – espaço e tempo*, n. 17, p. 95-105, 2005, p. 96.

⁷⁹ FIGUEIREDO, S. L. Turismo, visitação e uso público do patrimônio natural e cultural. In: FIGUEIREDO, S. L. (org.). *Turismo e gestão do patrimônio arqueológico*. Belém: IPHAN, 2012, p. 20.

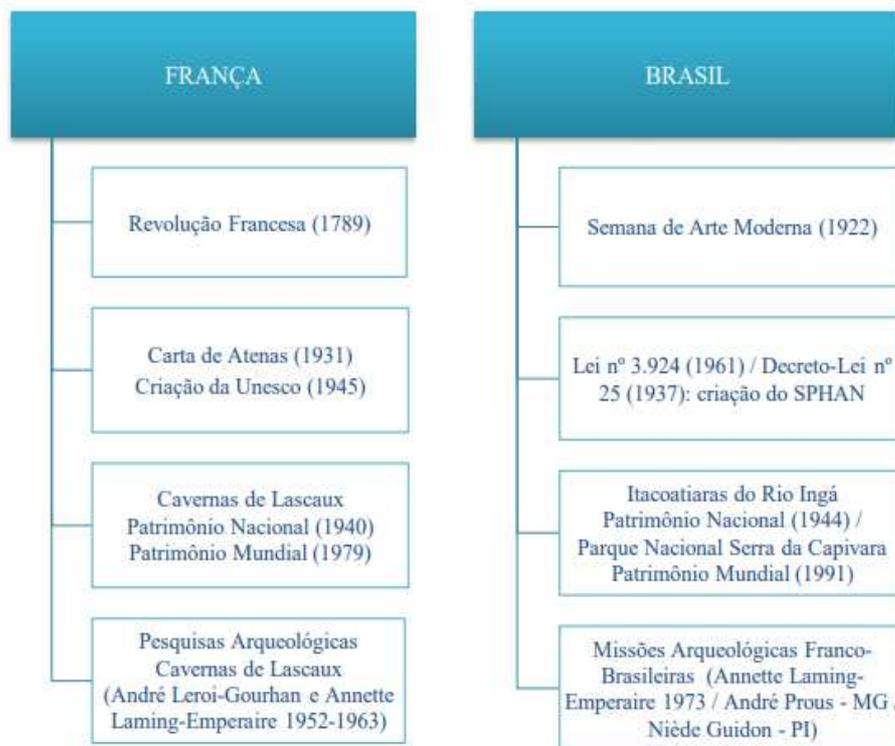
⁸⁰ FIGUEIREDO, S. L., 2012.

Desde o início, a política de preservação patrimonial no Brasil foi construída baseada na concepção francesa de patrimônio. Este fato, de certa forma, influenciou indiretamente as ações de preservação e estudo do patrimônio brasileiro, especialmente o patrimônio rupestre, tipo de bem patrimonial mais presente nos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara.

Ao longo da história, alguns fatos possibilitaram mudanças na percepção do patrimônio cultural. Com auxílio da bibliografia, especialmente da pesquisa feita por Getúlio Alípio Santos⁸¹, podemos observar abaixo um esboço sobre os acontecimentos políticos, sociais e científicos que, direta ou indiretamente, influenciaram a mudança da percepção do patrimônio cultural, em especial, no campo da arte rupestre (Quadro 1).

Através do quadro elaborado pelo autor, é possível entendermos a relação entre os processos históricos que ocorreram no Brasil e a percepção de um bem enquanto patrimônio cultural. Além disso, o quadro demonstra o quanto características da legislação patrimonial do país foram influenciadas pela francesa.

Quadro 1 – Síntese do processo de patrimonialização da arte rupestre.



Fonte: SANTOS, G. A. X. de J., 2015, p.19.

⁸¹ SANTOS, G. A. X. de J. *Patrimônio na pedra: gestão e preservação dos sítios de arte rupestre da zona arqueológica de Tapuruaba, Sobral – CE*. 2015. Dissertação. (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2015.

Como auge dessa influência, destacam-se as missões Arqueológicas Franco-Brasileiras que ocorreram na década de 1970, nas quais Niède Guidon esteve envolvida. Essas missões, assim como todas as fases do processo de patrimonialização, auxiliaram no conhecimento da chamada cultura material, que passou a ser reconhecida mundialmente como patrimônio cultural, qual seja, “o conjunto de bens móveis e imóveis que herdamos do passado e que decidimos preservar como parte de nossos sinais de identidade social e histórica”.⁸²

Enquanto principal instituição que rege as questões patrimoniais, culturais e educacionais no mundo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO dispõe de instrumentos jurídicos internacionais que normatizam as ações de proteção, pesquisa e gestão do patrimônio. A partir de tratados internacionais instituídos pela UNESCO, que funcionam como referências para serem adotadas pelos países membros, a legislação acerca do patrimônio foi sendo implantada em vários contextos existentes no mundo. Tais orientações buscaram ressaltar o papel inerente do patrimônio enquanto eixo para o desenvolvimento social, econômico e cultural das regiões onde este bem se inseria.

Nesse contexto, a UNESCO promoveu vários encontros e reuniões para discussão sobre o conceito de Patrimônio Cultural⁸³ que impulsionaram a atuação de políticas em projetos de restauro dos objetos e monumentos históricos, passando esta de auxiliar a eixo norteador no campo da preservação dos patrimônios mundiais. No caso brasileiro, a legislação que versa sobre a preservação e gestão do patrimônio arqueológico brasileiro foi pensada e construída por intelectuais como Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade desde o ano de 1937.

O chamado “Anteprojeto”, elaborado por Mário de Andrade em 1936, foi bastante significativo, pois embasou o texto final do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que regulamenta o tombamento de bens materiais, que, no art. 1º, define o que é um bem considerado patrimônio histórico e artístico nacional. De acordo com essa legislação, um bem patrimonial consiste no:

conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil,

⁸² QUEROL, M. Á. *Manual de gestión del patrimonio cultural*. Madrid: Akal, 2010, p. 11.

⁸³ Para mais informações sobre Cartas Patrimoniais, Normas, Recomendações e Convenções referente às noções de Patrimônio Cultural em reuniões entre vários países, ver: SANTOS, G. A. X. de J. *Patrimônio na pedra: gestão e preservação dos sítios de arte rupestre da zona arqueológica de Taperuaba, Sobral – CE*. 2015. Dissertação. (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2015.

quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁸⁴

Como podemos observar, apesar do Art. 1º não definir, em seu texto, o que venha a ser especificamente um patrimônio arqueológico de “excepcional valor”, a inserção dessas considerações possibilitou, no âmbito do sistema das políticas públicas culturais no Brasil, a preservação dos sítios arqueológicos e posteriores desdobramentos da legislação para este campo do patrimônio material.⁸⁵

Além dessa legislação, temos o sistema normativo de proteção do patrimônio arqueológico no Brasil que é integrado pela Constituição Federal, pela legislação específica sobre o patrimônio arqueológico (Decreto-Lei nº 25/37, Lei nº 3.294/61, Lei nº 7.542/86 e Portarias do IPHAN), por todo o sistema jurídico ambiental, especialmente a Lei de Política nacional de Meio Ambiente e a Lei de Crimes Ambientais, as Resoluções CONAMA (em especial, as Resoluções 001/86 e 237/97) e pelo sistema processual que ampara a defesa dos direitos difusos e coletivos.

A partir da leitura dessas leis, podemos compreender que concepções sobre patrimônio cultural estão presentes nas práticas de órgãos como a FUMDHAM, IPHAN e outros. Por exemplo, a Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos, define, no art. 1º, que ficam sob guarda da União “os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram”; e, ainda, que “a propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas”.⁸⁶

Nessa mesma legislação, o art. 2º considera monumentos arqueológicos ou pré-históricos “as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios”. E, no art. 3º, define que “são proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas (...) e bem assim dos sítios, inscrições (...)”.⁸⁷

⁸⁴ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, 06 dez. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 30 maio 2018.

⁸⁵ SANTOS, 2015.

⁸⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961*. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 30 maio 2018.

⁸⁷ BRASIL. 1961. Online. Acesso em: 30 maio 2018.

Dessa maneira, a referida lei torna-se um marco significativo nas práticas legislativas do patrimônio arqueológico nacional. Ainda hoje, a sua atualidade permite a inclusão de outros bens que a autoridade competente – técnicos do IPHAN – julgar merecedor do acautelamento federal.

Além disso, a Lei 3.924/61 também serviu de base para criação da Fundação Nacional Pró-Memória em 1979, que acarretou a reativação, em 1986, da Coordenadoria de Arqueologia SPHAN/FNPM, estruturada dentro da concepção da política de preservação das atividades de identificação, proteção e valorização dos sítios arqueológicos. A referida legislação é atualmente a principal fonte de regulamentação das pesquisas das ações de preservação do patrimônio arqueológico no país. Muitos dos seus artigos, por exemplo, são considerados relevantes.

Em 1986, com a publicação da Resolução do CONAMA nº 001, o Conselho de Meio Ambiente (IBAMA) estabeleceu as definições necessárias para o estudo de impacto ambiental. No Artigo 6º, Inciso I, Alínea C, incluiu os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação dos empreendimentos (LP, LI, LO).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no art. 216º, o Estado reconhece, como patrimônio cultural brasileiro, todos os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Inclui, através do inciso V, “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.⁸⁸

Outro aporte no âmbito legal consiste na Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 1998, que, ao agregar o elemento cultural, passou a prever punições para os casos de danos ou destruição realizados “em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, com pena de seis meses a um ano de detenção, e multa”.⁸⁹ Além das garantias conferidas pela Constituição Federal, que determina que o patrimônio arqueológico, em todo o território nacional, esteja sob a guarda e a proteção do Poder Público, o IPHAN também faz uso de outro instrumento do arcabouço legal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro – o Tombamento– registro de bens patrimoniais de ordem material.

⁸⁸BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Federal*. 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2018.

⁸⁹BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 fev. 1998, retificado em 17 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 12 maio 2018.

A ação do IPHAN, ao tombare bens de “excepcional valor”, “caracteriza-se como ato administrativo; sendo assim, não se pode classificá-lo como um ato político. Tratando-se de um ato administrativo, é mister que tenha os pressupostos técnicos que constituirão sua motivação”.⁹⁰ De acordo com o diagnóstico realizado pelo IPHAN em 2010, constata-se que “a distribuição tipológica dos bens culturais inscritos nos Livros do Tombo e dos bens indicados pelo Brasil e aceitos pela UNESCO como Patrimônio Mundial, revela, em ambos os casos, que o patrimônio arqueológico brasileiro está pouco representado”.

Essa desproporção no reconhecimento institucional do patrimônio arqueológicos tende a continuar, enquanto não forem revistas às políticas públicas e elaboradas novas estratégias de valoração cultural. Nesse contexto, o tombamento consiste em um o instrumento, cuja aplicabilidade se faz adequada aos bens móveis e imóveis do período histórico, mas não se mostra realmente eficiente quando aplicado ao patrimônio arqueológico.

Essa discussão está presente nas considerações de Regina Coeli (2007), segundo a qual o tombamento, com sua ação voltada unicamente para os bens arqueológicos “excepcionais”, não consegue garantir a preservação de todos os sítios. Logo, verifica-se a improcedência da aplicação desse instrumento pelo Estado para a salvaguarda de todos os bens, quando identificado o interesse arqueológico.

Não obstante, é importante avaliar o potencial que aplicação do instrumento do tombamento pode representar na efetivação de ações de proteção do patrimônio arqueológico, inclusive do ponto de vista de sua aplicabilidade pelos governos estaduais e municipais, os quais, sobretudo, costumam estar afastados desta seara.

Por fim, é preciso considerar outro aspecto levantado pela autora, segundo o qual, embora o país disponha de aparato legal pertinente, “[...] nem todas as atividades voltadas para a preservação arqueológica devem surgir em função de uma imposição legal. Infelizmente, a maioria das intervenções [...] realizadas com esse objetivo necessitam do reforço da legislação federal para que possam realmente ser levadas a efeito”.⁹¹

Como parte constitutiva de uma pesquisa de abrangência maior acerca dos discursos formativos sobre a Educação patrimonial desenvolvida a partir da FUMDHAM com o Parque Nacional Serra da Capivara, e os parâmetros de sua inserção na educação escolar, os registros apresentados são frutos de um processo de reflexão orientado na perspectiva de analisar a

⁹⁰ RABELLO, S. *O Estado na preservação dos bens culturais*: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

⁹¹ SILVA, R. C. P. da. Sobre a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 210-211, 1987. p. 210.

importância da pedagogia resultante da utilização dos espaços que compõem o Parque Nacional Serra da Capivara.

Os processos de seleção, estudo e preservação do patrimônio arqueológico no Estado do Piauí têm sido marcados por continuidades e rupturas, avanços e retrocessos. Esses binômios não estão, obviamente, presentes apenas nesse Estado. Contudo, ao retomar a trajetória das pesquisas arqueológicas realizadas na região de São Raimundo Nonato, assim como seus respectivos processos de patrimonialização, é possível identificar uma tensão constante entre os conceitos de preservação e educação patrimonial, e a população que vive próximo ao parque, especialmente no que se refere às famílias que antes viviam dentro do que hoje corresponde a área preservada Parque Nacional.

Esses conceitos entraram, muitas vezes, em rotas irreconciliáveis, especialmente pela população ter que ser retirada da região em que morava e ser realocada para novas localidades, marcando a realidade de São Raimundo Nonato até os dias atuais. Muito embora as abordagens que versem sobre a importância da educação patrimonial para salvaguarda dos bens materiais venham assumindo uma relevância crescente nas práticas arqueológicas, históricas, sociológicas e, sobretudo educacionais, as relações entre a sociedade do entorno do Parque Nacional e os membros da FUMDHAM permanecem bastante tênues e complexas. Mas essas interações conflituosas não são os únicos empecilhos para tal contexto.

No Brasil, a questão sobre o preparo de professores para atuar na conscientização da preservação do patrimônio cultural ainda é bastante ínfima. A própria educação brasileira, preocupada com a formação de qualidade dos docentes de modo geral, emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular. De acordo com Demerval Saviani,

a partir daí, examinando-se a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos, podemos distinguir os seguintes períodos na história da formação de professores no Brasil:

1. Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).

5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006)⁹²

Une-se, a estes processos, o fato de grande parte dos sítios arqueológicos que já foram descobertos estarem em áreas ocupadas por populações humanas. Quando ocorre nessas condições, os habitantes dos arredores desses locais podem, em alguns casos, ser beneficiados com a preservação ambiental e patrimonial, a partir da geração de empregos em atividades ligadas ao turismo e até com a construção de uma nova identidade cultural.

Entretanto, em outros casos, a presença de sítios pode dificultar obras importantes para os moradores locais, como a construção de moradias ou, ainda, implicar na necessidade de deslocamento da comunidade para outra área, devido a criação de Unidades de Conservação restritivas, como foi o caso do processo de patrimonialização vivido pelos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara.

De maneira geral, a experiência brasileira tem demonstrado que a preservação do patrimônio cultural dos sítios arqueológicos depende do envolvimento das comunidades locais, bem como da sua participação nos benefícios decorrentes de atividades econômicas como, por exemplo, o turismo. Uma mudança legal sobre essa relação entre habitantes e pesquisadores, arqueólogos, historiadores e membros de órgãos de preservação patrimonial, foi a estabelecida na Portaria Nº 230, de 2002, emitida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

De acordo com essa portaria, passou a ser determinante a necessidade de elaboração e execução de um Programa de Educação Patrimonial junto com as pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região de preservação patrimonial. Com isso, os arqueólogos brasileiros passaram a ter responsabilidades que incluem não somente a produção das informações científicas, mas também o envolvimento da comunidade na gestão do patrimônio.

Sendo assim, a partir destas prerrogativas, qualquer empreendimento econômico que vise exploração do patrimônio arqueológico só se sustentará se a comunidade envolvida tiver compreensão do que está sendo exposto, pois ela será seu maior divulgador, bem como a guardiã deste patrimônio.

Para tanto, inúmeras estratégias têm sido utilizadas, nas variadas regiões do país, para levar às comunidades os conhecimentos produzidos nas pesquisas arqueológicas e para promover a exploração turística das áreas por tais comunidades. A grande quantidade de sítios

⁹² SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro In: *Revista Brasileira de Educação* v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009, p. 143-144.

arqueológicos, encontrados em diferentes regiões e contextos, gera uma considerável heterogeneidade de condições sócio-culturais das comunidades envolvidas. Nesse sentido, é imprescindível a adoção de estratégias específicas de modo a conciliar o valor cultural do sítio e o benefício que ele pode trazer à população local. Além disso, faz-se necessário entendermos os primeiros passos da implantação da educação patrimonial no Brasil.

As noções acerca da educação patrimonial ganharam força na década de 1980 a partir das ações que Maria de Lourdes Parreiras Horta desenvolveu no Museu Imperial do Rio de Janeiro⁹³. Desde então, a Metodologia da Educação Patrimonial tornou-se um modo de "alfabetização cultural" que grande parte dos arqueólogos utiliza junto às comunidades locais. Três pontos fundamentais em relação ao patrimônio são estabelecidos por ela: conhecer, observar e reconhecer o patrimônio como parte da vida.

No âmbito do Parque Nacional da Serra da Capivara, embora o decreto de criação do Parque tenha sido assinado em 5 de junho de 1979, somente em 1987/88 foi efetivada, com a indenização e retirada dos moradores do povoado Zabelê, que viviam nas terras há várias gerações. Assim, desde o ano de 1989, o grupo de pesquisas ligado ao FUMDHAM vem buscando atuar na formação da população local de modo a poder ocupar os postos de serviço gerados pela exploração turística dos sítios.

Para tanto, os membros da FUMDHAM já criaram escolas e oferecem diversos cursos para formação de guias, guarda-parques e técnicos que atuam nas diferentes atividades desenvolvidas no museu. De acordo com Niède Guidon⁹⁴, "o objetivo da fundação é fazer com que o turismo traga para região um desenvolvimento econômico e social de modo a diminuir a pressão antrópica no local".

Apesar de inúmeros conflitos por divergências de interesses, o envolvimento da comunidade com os pesquisadores do FUMDHAM tem se mantido estável desde o século XXI, quando alguns moradores passaram a compreender que as pesquisas propiciavam a criação de empregos para parte da população e um maior desenvolvimento para a região.

Além disso, existe hoje o incentivo a pesquisa a partir da criação dos "arqueólogos mirins", adolescentes das escolas da região que durante as férias trabalham com a equipe; técnicos em conservação de pinturas rupestres; mateiros que acompanham botânicos e zoólogos nas pesquisas pela região; e técnicos em diversas tarefas da informática, como tratamento da imagem, alimentação de banco de dados sobre o Parque Nacional e região.

⁹³ HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q., 1999.

⁹⁴ GUIDON, N. *apud* VOGT, C. Envolver a comunidade ajuda a preservar sítios. In: **ComCiência**: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 10 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq05.shtml>. Acesso em 12 maio 2018.

2 EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO, ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE

Os sítios históricos e arqueológicos de uma cidade constituem ferramenta fundamental para a sua compreensão e, conseqüentemente, de sua população, na medida em que se caracterizam como documentos vivos de registro espacial e temporal em que se inserem as formas de fazer, de viver e de socializar de diversas gerações. Por esse motivo, a sua preservação é pauta de discussões que circulam o mundo inteiro.

Como produto dessas discussões, surge a preocupação com a educação patrimonial, conceituada como “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo,”⁹⁵ que busca criar um elo de aproximação entre a população e o seu patrimônio. Neste caminho, ainda nas palavras de Horta, Grunberg e Monteiro, o contato direto com as evidências e manifestações da cultura proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural.

Enquadrando-se numa perspectiva de educação abrangente, envolvendo o trabalho com os fatores sociais e culturais na reflexão sobre o lugar do aluno na sociedade em que vive, a Educação Patrimonial acaba por adquirir significativa relevância no currículo. A LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional indica, em seu artigo 1º, que a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”⁹⁶

Nessa perspectiva, o trabalho com a Educação Patrimonial proporciona, através de um processo de reflexão sobre os bens culturais e sociais, a possibilidade de ações educativas neste campo. A origem dessa expressão é inglesa (*Heritage Education*) e envolve um trabalho de alfabetização cultural, “que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”.⁹⁷

A proposta metodológica, para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais, foi produzida a primeira vez, no Brasil, em termos

⁹⁵ HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. 1999, p. 4.

⁹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 12 maio 2018.

⁹⁷ HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. 1999, p. 4.

conceituais e práticos, a partir do 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis (RJ).

As autoras colocam que, a partir dessa experiência inicial, muitas foram as práticas e experiências desenvolvidas no país, que acabaram por resultar em ações surpreendentes. Nessa perspectiva, torna-se destaque uma nova visão sobre o Patrimônio Cultural brasileiro, que passa a ser compreendido a partir dessa diversidade de manifestações tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas, como fonte de conhecimento e aprendizado, com a possibilidade de inserção nos currículos e nas disciplinas do sistema formal de ensino.

Nos dias atuais, esse tipo de prática educativa demonstra ser importante mecanismo para o desenvolvimento de uma sociedade, na medida em que explora o conhecimento sobre o passado como alternativa concreta para a compreensão do presente, além de preservar os bens históricos das gerações passadas. Esse reconhecimento, no entanto, está voltado mais aos discursos, distanciando-se da prática e da realidade comum dos cidadãos, os quais, pela falta de conhecimento, acabam por ignorar a necessidade de preservar a sua história, frequentemente concebendo como impossível a aliança entre conservar o antigo e caminhar rumo ao novo, ao progresso.

Devido a ideias erroneamente preconcebidas e ainda presentes nas comunidades, nota-se que é preciso reafirmar a importância da educação patrimonial, não só no campo da teoria, mas sobretudo na sua aplicação, desde o ensino básico aos cursos superiores de formação de profissionais, especialmente professores, por serem formadores de conhecimentos básicos para as novas gerações, através de procedimentos que verdadeiramente estabeleçam uma ponte entre o patrimônio e o cotidiano dos indivíduos.

Pensando nisso, foram mapeadas as ações de educação patrimonial que estão sendo desenvolvidas em escolas do município de Coronel José Dias, que faz parte da macrorregião de São Raimundo Nonato, localizado no semiárido do estado do Piauí. Algumas delas foram elaboradas pela Missão Arqueológica Francesa, que atua no município por meio da FUMDHAM com atividades voltadas aos bens arqueológicos, imateriais, materiais e paisagísticos, dedicando uma linha de atuação para as práticas educativas.

Através da FUMDHAM, foram criados Núcleos de Apoio as Comunidades (1989-2001), Cerâmica Artesanal Serra da Capivara (1992-2001), Desenvolvimento da Apicultura Sustentável e Familiar (1993-atual), Pro-Arte FUMDHAM (2002-2012) como uma extensão desse órgão, cujo objetivo é fomentar “[...] a criação de novas práticas de preservação, sobretudo por meio de ações educacionais formais e não formais, em parceria com escolas,

agentes culturais, instituições educativas não formais e demais segmentos sociais e econômicos.”⁹⁸

Dito isto, apresentaremos um breve panorama acerca das origens e transições que marcam o ensino de História no Brasil, para que reflitamos sobre o papel da escola e, conseqüentemente do professor, nas ações da FUMDHAM voltadas à Educação Patrimonial.

2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs: diretrizes conceituais para o ensino de História

Por meio dos Parâmetros Curriculares (PCNs) para o ensino de História na Educação Básica, buscamos suscitar reflexões a respeito de aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, e das relações entre o ensino da disciplina com a produção do conhecimento histórico. Ao revisitar o ensino de História no período da década de 1960 aos dias atuais, entendemos as principais características do currículo da disciplina, suas permanências, mudanças, rupturas e a inserção da produção historiográfica nas práticas escolares, a fim de definir diretrizes que orientem a organização do currículo para o Ensino Fundamental e Médio na rede pública estadual.

Segundo Fagundes⁹⁹, os Parâmetros Curriculares Nacionais seriam mais uma das ações implantadas pelo governo federal com vistas a reestruturar a educação brasileira. Seriam um desdobramento fixado na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tema que brevemente destacamos no capítulo anterior. A introdução aos PCN dos anos finais do Ensino Fundamental possui a seguinte estrutura:

- ✓ Apresentação;
- ✓ 1ª PARTE: Educação e cidadania - uma questão mundial; Educação e cidadania - uma questão brasileira; Alguns dados recentes sobre a educação brasileira; A questão do analfabetismo; Taxas de escolarização; Desempenho de alunos medido pelo SAEB; Professores e sua formação; A escola de oito anos; As transformações necessárias na educação brasileira; Ensino fundamental - uma prioridade; Papel da escola; Acolhimento e socialização

⁹⁸ FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação In: TOLENTINO, Á. B. (org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. p. 36.

⁹⁹ FAGUNDES, J. E. *A História local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim*. 2006. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

dos alunos; Interação escola e comunidade; Culturas locais e patrimônio universal; Relações entre aprendizagem escolar e trabalho.¹⁰⁰

Em relação à seção seguinte, isto é, à 2ª PARTE dos Parâmetros Curriculares Nacionais, destacamos os seguintes eixos:

- ✓ A importância de um referencial curricular nacional para o Ensino Fundamental; Abrangência nacional;
- ✓ Níveis de concretização; Estrutura organizacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais; Objetivos do Ensino Fundamental;
- ✓ A contribuição das diferentes áreas de conhecimento; Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Ciências Naturais; Educação Física; Arte; Língua Estrangeira;
- ✓ A abordagem de questões sociais urgentes: os Temas Transversais - Ética; Saúde; Orientação Sexual; Meio Ambiente; Trabalho e Consumo; Pluralidade Cultural;
- ✓ A constituição de uma referência curricular; Concepção de ensino e de aprendizagem; Objetivos; Conteúdos; Critérios de avaliação; Orientações didáticas.¹⁰¹

A terceira parte do documento se caracteriza da seguinte maneira: Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o projeto educativo da escola; O projeto educativo: concretização dos Parâmetros Curriculares Nacionais na escola; Pontos comuns de trabalho da comunidade escolar; Autonomia; Interação e cooperação; Atenção à diversidade; Disponibilidade para a aprendizagem; Organização do trabalho escolar; Gestão do tempo; Organização do espaço; Seleção de recursos didáticos; Decisões sobre avaliação.¹⁰²

É certo que as práticas escolares não sofrem alterações imediatas com a aprovação de novos preceitos legais, mas surge um conjunto de medidas de implementação que provoca, a médio prazo, impactos significativos na organização do currículo e no ensino propriamente dito. Neste contexto, destacam-se: a formação inicial e continuada dos professores, a elaboração de currículos diretivos e prescritivos, a publicação de manuais e de orientações didático-pedagógicas.

¹⁰⁰ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998, Sumário.

¹⁰¹ BRASIL, 1998, Sumário.

¹⁰² BRASIL, 1998, Sumário.

Na década de 1970, o ensino de História era predominantemente tradicional, fosse pela valorização de alguns personagens como sujeitos da História e de sua atuação em fatos políticos, fosse pela abordagem dos conteúdos históricos de forma factual e linear. A prática do professor era marcada pelas aulas expositivas, a partir das quais cabia aos alunos a memorização e repetição do que era ensinado como verdade. As origens dessas práticas no ensino de História remetiam ao período imperial, quando a disciplina se tornou parte do currículo escolar.

A História como disciplina escolar passou a ser obrigatória, com a criação do Colégio D. Pedro II, em 1837. No mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica. Cabe destacar que os professores desse Colégio, em maioria, faziam parte do IHGB. Esses intelectuais construíram os programas escolares, os manuais didáticos e as orientações dos conteúdos que seriam ensinados.

Essas produções foram elaboradas sob influência da Escola Metódica e do Positivismo, caracterizadas, em linhas gerais, pela História política, orientada pela linearidade dos fatos, pelo uso restrito dos documentos oficiais como fonte e verdade histórica e, por fim, pela valorização dos heróis. A narrativa histórica produzida justificava o modelo de nação brasileira, vista como extensão da História da Europa Ocidental, que propunha uma nacionalidade expressa na síntese das raças branca, índia e negra, com o predomínio da ideologia do branqueamento. Nesse modelo conservador de sociedade, o currículo oficial de História tinha como objetivo contribuir para legitimar os valores aristocráticos, a partir dos quais o processo histórico, conduzido por líderes, excluía a possibilidade de as pessoas comuns serem entendidas como sujeitos históricos.

O modelo de ensino de História foi mantido no início da República (1889) e o Colégio D. Pedro II continuava a ter o papel de referência para a organização educacional brasileira. Em 1901, o corpo docente alterou o currículo do Colégio e propôs que a História do Brasil passasse a compor a cadeira de História Universal. Nessa nova configuração, o conteúdo de História do Brasil ficou relegado a um espaço restrito do currículo, que, devido à sua extensão, dificilmente era tratado pelos professores nas aulas de História.

O retorno do ensino obrigatório da História do Brasil nos currículos escolares se deu apenas no governo de Getúlio Vargas (1882-1954), vinculado ao projeto político nacionalista do Estado Novo, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. Antes disto, caberia às legislações específicas estaduais estabelecer o ensino de conteúdos referentes a história e geografia local nas séries iniciais da educação primária, atualmente equivalente aos

anos iniciais do ensino fundamental. Cabe destacar que o acesso a essa etapa da escolaridade era restrito à elite que se preparava para conduzir o povo, o que contribuía para legitimar o projeto nacionalista. O ensino de História se ocupava em reforçar o caráter moral e cívico dos conteúdos escolares e foi marcado pelos debates teóricos sobre a inclusão dos Estudos Sociais na escola desde o início da década de 1930.

As experiências norte-americanas na organização da disciplina de Estudos Sociais passaram a fazer parte dos debates educacionais por meio da Escola Nova. Para dar viabilidade à sua implementação, Anísio Teixeira (1900-1971), um dos intelectuais desse movimento e à frente da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, publicou uma proposta de Estudos Sociais para a escola elementar, em 1934, denominada *Programa de Ciências Sociais*, com vistas à inserção desta disciplina nos currículos escolares.

Na década de 1950, em continuidade a essas propostas, foi instituído o Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE), resultado do convênio entre os governos federal, de Minas Gerais e norte-americano, para instituir o ensino de Estudos Sociais. A proposta se efetivava com investimentos na formação dos professores da Escola Normal Primária, na produção de materiais didáticos e na publicação dos trabalhos desenvolvidos nas escolas primárias de Minas Gerais. Essas experiências serviram como referência para a posterior instituição dos Estudos Sociais no Ensino de Primeiro Grau, por força da Lei n. 5.692, de 1971.

Durante o regime militar, a partir de 1964, o ensino de História manteve seu caráter estritamente político, pautado no estudo de fontes oficiais e narrado apenas do ponto de vista factual. Mantiveram-se os grandes heróis como sujeitos da História narrada, exemplos a serem seguidos e não contestados pelas novas gerações. Modelo da ordem estabelecida, de uma sociedade hierarquizada e nacionalista, o ensino não tinha espaço para análise crítica e interpretações dos fatos, mas objetivava formar indivíduos que aceitassem e valorizassem a organização da Pátria.

O Estado figurava como o principal sujeito histórico, responsável pelos grandes feitos da nação, exemplificado nas obras dos governantes e das elites condutoras do país. Naquele contexto, o Estado realizou um amplo programa de reorganização educacional, com o propósito de ampliar o controle sobre as instituições escolares, tendo em vista a legitimação dos interesses político-ideológicos do regime e o necessário controle dos espaços e de setores da sociedade que se opunham à ordem estabelecida e/ou representavam alguma forma de resistência.

A partir da Lei n. 5692/71, o Estado organizou o Primeiro Grau de oito anos e o Segundo Grau profissionalizante. O ensino centrou-se numa formação tecnicista, voltada à preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Em decorrência dessa ênfase no currículo, as disciplinas da área de ciências humanas passaram a ser tratadas de modo pragmático, na medida em que assumiam o papel de legitimar, por meio da escola, o modelo de nação vigente junto às novas gerações. No entanto, na configuração curricular definida pelo regime militar, as disciplinas da área de ciências humanas perderam espaço nos currículos.

No Primeiro Grau, as disciplinas de História e Geografia foram condensadas como área de Estudos Sociais, dividindo ainda a carga horária com o ensino de Educação Moral e Cívica (EMC). No Segundo Grau, a carga horária de História foi reduzida e a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSP) passou a compor o currículo. O esvaziamento da disciplina deu-se também devido à proliferação de cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que abreviavam e tornavam polivalente a formação inicial, seguida da simplificação de conteúdos científicos.

Com a adoção dessas medidas, o Estado objetivava exercer maior controle ideológico sobre o corpo docente, porque tentava retirar-lhe o instrumental intelectual politizador e centrava a formação numa prática pedagógica pautada na transmissão de conteúdos selecionados e sedimentada pelos livros e manuais didáticos. O ensino de História tinha como prioridade ajustar o aluno ao cumprimento dos seus deveres patrióticos e privilegiava noções e conceitos básicos para adaptá-lo à realidade.

A História continuava tratada de modo linear, cronológica e harmônica, conduzida pelos heróis em busca de um ideal de progresso de nação. Cabia ao aluno, assim como ao cidadão, deixar-se conduzir nessa corrente inexorável rumo ao futuro. Nesse contexto, o ensino de História distanciou-se da produção historiográfica acadêmica, envolvida em discussões a respeito de objetos, fontes, métodos, concepções e referenciais teóricos da ciência histórica. A aproximação entre a Educação Básica e a Superior seria retomada apenas a partir da década de 1980, com o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização da sociedade.

O ensino de Estudos Sociais foi radicalmente contestado no início dos anos 1980, tanto pela academia quanto pela sociedade organizada, sobretudo pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), que defendia o retorno da disciplina de História como condição para que houvesse maior aproximação entre a investigação histórica e o universo da sala de aula. Posteriormente, na segunda metade da década de 1980 e no início

dos anos 1990, cresceram os debates entorno das reformas democráticas na área educacional, processo que repercutiu nas novas propostas para o ensino de História.

Essa discussão entre educadores e outros setores da sociedade foi resultado da restauração das liberdades individuais e coletivas no país, que levou tanto à produção diferenciada de materiais didáticos e paradidáticos quanto à elaboração de novas propostas curriculares, em vários estados. A produção de livros didáticos e paradidáticos procurou incorporar a nova historiografia e, em alguns casos, chegou a ditar o currículo.

A opção teórica do Currículo Básico, coerente com o contexto de redemocratização política do Brasil, valorizava as ações dos sujeitos em relação às estruturas em mudança que demarcam o processo histórico das sociedades e incluía, entre os conteúdos da 5.^a série, o estudo da produção do conhecimento histórico, das fontes e das temporalidades. A proposta confrontou o esvaziamento de conteúdos até então presentes no ensino de Estudos Sociais no Primeiro Grau, assim como procurou ser contrária, em seus pressupostos teóricos, ao ensino da História tradicional, ou seja, eurocêntrica, factual, heróica, pautada na memorização, na realização de exercícios de fixação e no direcionamento dos livros didáticos.

Não se pode negar que os PCN apresentaram inovações para o ensino de História. No documento do Ensino Fundamental traziam um histórico da disciplina no Brasil, e a historiografia sugerida era atualizada e procurou aproximar o ensino da pesquisa em História de modo a superar o ensino tradicional. Novas temporalidades, novos objetos, novas perspectivas, novas metodologias presentes na discussão acadêmica foram incorporadas ao documento, tais como: tempo, memória, fontes históricas, patrimônio histórico, bem como o incentivo à pesquisa e a diversificação de metodologias de ensino.

Entretanto, com base em conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, a organização dos PCN privilegiou uma abordagem psicológica e sociológica dos conteúdos no Ensino Fundamental, e minimizou a abordagem do objeto de estudos da disciplina de História e do pensamento crítico. Os PCN propuseram uma articulação dos conteúdos aos elementos psicológicos, à historiografia atual e ao contexto vivido pelos alunos.

A complexidade da proposta dificultou uma apropriação mais efetiva pelos professores no ensino de História. Por outro lado, a sua inserção no âmbito escolar foi favorecida pela adoção dos livros didáticos aprovados pelo PNLD, que buscavam adequar-se às orientações dos PCN. No Ensino Médio, a articulação entre os conteúdos propostos e as competências apresentados nos PCN remetiam a uma abordagem funcionalista, pragmática e presentista dos conteúdos de História.

A relação entre o saber e os princípios propostos pela UNESCO, quais sejam: “aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”¹⁰³, ao lado de uma referência cognitivista e psicológica, não se conectava à historiografia proposta como base teórica da História. Além disso, o ensino de História foi contextualizado em função do mercado de trabalho. Esse conjunto de fatores marcou o currículo de História na rede pública estadual, tanto no Ensino Fundamental como Ensino Médio, até o final de 2002. Essa realidade começou a ser discutida em 2003, com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Ensino de História.

A análise histórica da disciplina e as novas demandas sociais para o ensino de História se apresentam como indicativos para as Diretrizes Curriculares porque possibilitam reflexões a respeito dos contextos históricos em que os saberes foram produzidos e repercutiram na organização do currículo da disciplina. Neste documento, a organização do currículo para o ensino de História tem como referência os conteúdos estruturantes, entendidos como saberes que aproximam e organizam os campos da História e seus objetos.

Os conteúdos estruturantes são identificados no processo histórico da constituição da disciplina e no referencial teórico que sustenta a investigação da História política, socioeconômico e cultural, à luz da Nova Esquerda Inglesa e da Nova História Cultural, que insere conceitos relativos à consciência histórica. Na concepção de História explicitada nestas Diretrizes, as verdades prontas e definitivas não têm lugar, porque necessariamente o trabalho pedagógico na disciplina deve dialogar com várias vertentes tanto quanto deve recusar o ensino de História marcado pelo dogmatismo e pela ortodoxia.

Do mesmo modo, recusam-se as produções historiográficas que afirmam não existir objetividade possível em História, e consideram todas as afirmativas igualmente válidas. Destaca-se que os consensos mínimos construídos no debate entre as vertentes teóricas não expressam meras opiniões, mas implicam fundamentos do conhecimento histórico que se tornam referenciais nestas Diretrizes.

O conhecimento histórico escolar guarda certas especificidades em relação à ciência de referência, pois não é uma mera reprodução do conhecimento historiográfico. Ele articula saberes históricos e pedagógicos que sofrem a interferência das concepções de história e de educação dos docentes. Também pode assumir diferentes características de acordo com as experienciais e demandas de cada realidade escolar. Apesar de ser um saber diferente do

¹⁰³ DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2. ed. São Paulo: Cortez / Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

acadêmico, a História escolar mantém (ou deveria manter) íntima relação com a historiografia.

Considerando as contribuições de Bittencourt (2009)¹⁰⁴, compreendemos que a seleção de conteúdos históricos escolares é um exercício complexo e requer dos professores e dos elaboradores de propostas curriculares a consciência de que não se pode estudar toda a História da humanidade e de que o ensino também deve ser coerente às demandas de novas gerações. Por isso, devem ser levadas em consideração as condições das escolas públicas, a carga horária destinada à disciplina e as diversas informações que os alunos recebem dos meios de comunicação e de outros ambientes externos à escola.

Assim, entendemos que História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, de instituir, portanto, de se relacionar social, cultural e politicamente.

As relações humanas determinam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio-históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para escolhas e projetos de futuro. Como objeto de estudo, portanto, deve-se considerar também as relações dos seres humanos com os fenômenos naturais, tais como as condições geográficas, físicas e biológicas de uma determinada época e local, que também se conformam a partir das ações humanas.

No que se refere à educação patrimonial, o desafio dos historiadores é ainda maior, posto que a maior parte dos bens histórico-culturais em geral, preservados no Brasil, significa elementos representativos de uma elite classista-intelectual dominante, associados a um passado brasileiro de preferências e exclusões.

Isto porque, tais bens “são vestígios, marcos, sinais, signos e símbolos que afirmam e confirmam a ótica da dominação. Este é um fato praticamente impossível de ser ocultado”.¹⁰⁵ Por isso, a importância dos educadores dessa área no processo de formação cidadã dos alunos, fazendo com que eles reconheçam o patrimônio de seu entorno, de sua família, seu bairro e da

¹⁰⁴ BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

¹⁰⁵ CHAGAS, M. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. In *Revista Brasileira de Museus e Museologia/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Departamento de Museus e Centros Culturais. vol. 1, p. 137-146. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 144.

sua própria casa. Assim sendo, eles reconhecerão outras histórias e conceitos sobre o Patrimônio, que não seja o político e de heróis nacionais.

2.2 A formação de professores de História para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental no semiárido do Piauí e a educação patrimonial

No Brasil, a questão do preparo de professores emergiu de forma explícita após a independência, em 1822, quando se cogitava a organização da instrução popular. A partir daí, examinando-se a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos, podemos distinguir os seguintes períodos na história da formação de professores no Brasil:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras (1827), que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo (Lancaster), às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.

2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.

3. Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.

4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).

5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).

6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

Atualmente, nas universidades brasileiras, apesar de uma certa influência em nível organizacional do modelo anglo-saxônico pela via dos Estados Unidos, prevalece o modelo napoleônico. Também aí, tradicionalmente, se tem emprestado à escola secundária o papel de distinção de classe.

Entretanto, seja pela influência anglo-saxônica, seja porque as desigualdades extremas obrigam a uma maior sensibilidade para o aspecto educativo, no Brasil o modelo pedagógico didático conseguiu abrir espaços no nível de organização dos currículos formativos, tornando-se, pela via legal e também por iniciativas autônomas de algumas universidades que ampliam os requisitos legais, um componente obrigatório na formação dos professores secundários.

Mas essa obrigatoriedade legal reveste-se, com frequência, de um formalismo que esvazia o sentido real desses componentes formativos. Isso pode ser observado na organização dos cursos de licenciatura, desde o chamado esquema 3+1 das décadas de 1940 e 1950, aos bacharelados complementados pelas disciplinas pedagógicas a cargo dos departamentos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na década de 1960, que passaram, na reforma que entrou em vigor na década de 1970, para a alçada das faculdades de Educação.

A formação profissional dos professores implica, pois, objetivos e competências específicas, requerendo, em consequência, uma estrutura organizacional adequada e diretamente voltada ao cumprimento dessa função. Para essa nova estrutura deverão confluir os elementos, sejam eles das diferentes faculdades ou institutos, sejam da faculdade de educação, atualmente separados pela dualidade – a nosso ver artificial – dos cursos de bacharelado e de licenciatura.

Por outro lado, é forçoso admitir que em boa parte dos cursos de formação de professores persiste a didática prescritiva e instrumental acompanhada de uma pedagogia com conteúdos e métodos tradicionais¹⁰⁶, num contexto em que as questões de ensino-aprendizagem se cercam de complexidade cada vez maior, exigindo revisões, atualizações, relações com outros campos de investigação. Além disso, não está fora de propósito o alerta feito em recentes estudos de que a produção acadêmica na área da educação parece não estar chegando aos professores da educação básica e nem levando a mudanças significativas na formação inicial e continuada, portanto, afetando pouco o campo disciplinar e profissional.

Outra séria questão a atingir o campo disciplinar e investigativo da didática é a dispersão e, frequentemente, o desacordo, entre educadores, legisladores, políticos, técnicos do MEC e Secretarias de Educação, pesquisadores, em relação aos objetivos, funções e formas de funcionamento da escola pública.¹⁰⁷ Essa falta de clareza e de consenso mínimo sobre critérios de qualidade da boa educação para todos se projeta no planejamento de ações do sistema escolar, nos currículos, nos objetivos do ensino, nas formas de organização e funcionamento das escolas, na formação profissional de professores, nas práticas de avaliação.

¹⁰⁶ LIBÂNEO, J. C. O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 229, set.-dez, 2009, p. 562-583.

¹⁰⁷ LIBÂNEO, J. C. Integração entre didática e epistemologia das disciplinas: uma via para a renovação dos conteúdos da didática. In: DALBEN, Ângela et al. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*: didática, formação de professores, trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 81-104.

O trabalho educacional, voltado para a formação e emancipação de sujeitos sociais que buscam a transformação da realidade que os cerca, deve proporcionar, primeiramente, a oportunidade de autoconhecimento e constituição da identidade, na medida em que este processo insere o indivíduo em um grupo social, no contexto cultural e aponta seu papel na comunidade diferenciando o “eu” dos “outros”.¹⁰⁸ Não há como falar de uma educação transformadora sem se questionar qual currículo ofertar, que sujeito se pretende formar, que tipo de conhecimentos se quer construir e como a cultura escolar pode promover a emancipação dos sujeitos.

A escola precisa encontrar novas maneiras de desenvolver o currículo em uma perspectiva que privilegie o estudo de realidades particulares, acolhendo e apreciando a participação das culturas das diversas comunidades. É nesse sentido que a educação patrimonial, juntamente com a educação ambiental, aparece como um eixo entre comunidade e escola, pois, através de atividades socioculturais, pode-se valorizar a história local, bem como levar a comunidade a reconhecer suas referências identitárias tangíveis e intangíveis, além de levar o estudante à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial constitui um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo no qual, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Ao abordar o tema Caatinga, o Programa Globo Repórter da Rede Globo de Televisão apresentou, no dia 16 de março de 2012, uma reportagem onde a exibiu como a mais brasileira de todas as matas.¹⁰⁹ Os repórteres Sergio Chapelin e Francisco José comentaram que este tipo de floresta só existe no Brasil. Eles sobrevoaram de balão áreas da Caatinga em período chuvoso, mostrando-a ainda verdejante. Na ocasião, a viagem apresentou o Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí e abordou a visível transformação da Caatinga, caracterizada como seca e branca, mas que, naquele determinado período, aflorava nos quatro cantos do sertão.

¹⁰⁸ FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1861077/>. Acesso em 12 maio 2018.

Na ocasião da matéria, expôs-se a Caatinga como patrimônio ecológico típico do Semiárido do Brasil, onde se registram 1000 espécies de plantas e 876 espécies de animais. A região equivale a 10% do território nacional, porém 70% deste está ameaçado pela ação do ser humano. Devemos, pois, atentar para a questão da construção de conhecimentos que ensinem a lidar com a região sem danificá-la, que ensinem uma (con)vivência sustentável, principalmente para os que ainda estão distante de incorporar essa visão, pois,

há muito o que se conquistar; afinal, não é tarefa fácil para o educando e o professor transportarem para a sua vida prática os conteúdos trabalhados nos livros, (...) é um grande desafio, considerando, ainda, que os materiais pedagógicos utilizados em sala de aula levam os alunos a conhecerem sua realidade de forma distorcida.¹¹⁰

Em 2003, o Governo do Estado do Piauí, através dos técnicos da Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), institucionalizou o Projeto Cenários Regionais do Piauí, que consiste em uma proposta de regionalização coordenado por esta secretaria, que objetivava implementar um processo de planejamento, visando o desenvolvimento regional sustentável do estado do Piauí.

Desse modo, a partir do cruzamento das variáveis ambientais, sociais, econômicas e político institucional, foram estabelecidos, como base da divisão territorial, aspectos da geografia política e econômica da bacia do Rio Parnaíba, permitindo uma primeira divisão em macrorregiões baseadas nas características físicas, potencialidades de produção e dinâmica de desenvolvimento, configurando-se nas seguintes macrorregiões: Litoral, Meio-Norte, Cerrados e Semiárido¹¹¹.

É preciso considerar, entretanto, a diferença de níveis de desenvolvimento dos municípios que compõem essas regiões, tomando como indicadores o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os aspectos tecnológicos, o acesso à informação e a capacidade de resposta a estímulos vinculados ao desenvolvimento, são aspectos importantes a serem observados. Estas diferenças exigem, portanto, outro nível de divisão territorial que permita aproximar mais municípios com realidade semelhantes.

Diante disso, as 04 macrorregiões foram divididas em Territórios de Desenvolvimento (TD), assumindo como parâmetros as vocações produtivas e dinâmicas de desenvolvimento das regiões, tendo como base a divisão dos municípios. Desta forma, foi possível estabelecer um corte que permitiu a divisão do Estado em 11 territórios de desenvolvimento, ficando

¹¹⁰ SOUZA E SILVA, C. de M.; SILVA, J. P. de O. A relação entre texto e contexto na perspectiva da educação para convivência com o semiárido. In: SOUZA E SILVA, C. de M. de et al. *Semiárido Piauiense: Educação e contexto*. Campina Grande: INSA, 2010. p. 215-228. p. 221.

¹¹¹ PIAUÍ. Cenários Regionais do Piauí. Teresina: SEPLAN, 2003.

configurado da seguinte forma: Planície Litorânea, Cocais, Entre Rios, Carnaubais, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Vale do Sambito, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Vale do Guaribas, Vale do Canindé e Serra da Capivara. Por fim, os 11 territórios de desenvolvimento foram divididos em 26 conjuntos ou aglomerados de municípios¹¹².

Para os nossos estudos, consideraremos a região da Serra da Capivara, especialmente os municípios de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato. Em pesquisa realizada pelo UNICEF, em 2006, para identificação das condições de vida da população infantil em municípios brasileiros em 2004, São Raimundo Nonato foi classificado com Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) correspondente a 0,641, superior ao do Estado do Piauí (0,534) e dos demais municípios da microrregião.

O mesmo levantamento revelou um quadro crítico com relação ao nível de escolaridade de pais e mães de crianças do município; 40,57% dos pais e 29,87% das mães apresentam nível de escolaridade precário, representando menos de quatro anos de estudo.¹¹³ Nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a rede escolar de educação infantil tinha, na época de elaboração do Plano Diretor¹¹⁴ de São Raimundo Nonato, identificou uma população matriculada de 1.200 crianças, das quais 577 eram atendidas pela rede municipal em 30 estabelecimentos e 623 em 6 estabelecimentos particulares.

A relação entre o número de alunos matriculados e os estabelecimentos de ensino era de 103,8 alunos para a rede particular e 19,23 para a municipal. A relação número de alunos matriculados e docentes era de 20 para a rede particular e 15,6 para a rede municipal; ou seja, pode-se considerar igualitária a oferta de ensino público e particular o que denota a deficiência de infraestrutura.

No que se refere ao Ensino Médio, as redes estadual e particular atendiam a 2.258 alunos, com destaque para a estadual, que atendia a 2.062 em três escolas, com 109 professores, com uma média de 687 alunos por escola e 18,9 alunos por professor. Já na rede particular, essas médias eram de 65 alunos por escolas e 5,9 alunos por docente. Portanto, o

¹¹² PIAUÍ, 2003.

¹¹³ MAIOR, P. M. S. *Patrimônio arqueológico, ambiente e inclusão social no plano diretor de São Raimundo Nonato – Piauí: Síntese dos biomas e das sociedades humanas da região do Parque Nacional Serra da Capivara*, v. 3. São Raimundo Nonato, PI : FUMDHAM, 2016. p. 102.

¹¹⁴ Plano Diretor elaborado pelos pesquisadores da FUMDHAM para ajudar no desenvolvimento sustentável do município de São Raimundo e zona de entorno da Serra da Capivara, 2016. As propostas e diretrizes estão contidas no terceiro volume da série de livros publicados pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Ver: MAIOR, P. M. S. *Patrimônio arqueológico, ambiente e inclusão social no plano diretor de São Raimundo Nonato – Piauí: Síntese dos biomas e das sociedades humanas da região do Parque Nacional Serra da Capivara*, v. 3. São Raimundo Nonato, PI : FUMDHAM, 2016.

ensino público médio era responsável por 91% do total de alunos. Apesar da falta absoluta de escolas em vastas áreas rurais, nos últimos anos houve aumento no seu número, embora a formação dos professores seja um tanto inadequada, pois a falta de recursos humanos para as funções de ensino é frequentemente suprida por pessoas que moram nas áreas rurais, que, sem uma adequada formação pedagógica, tentam contornar a deficiência educacional e se limitam a transmitir os rudimentos de alfabetização. Além disso, os professores do município de área rural recebem um salário bastante abaixo do mercado, no valor de 12% do salário-mínimo, o que explica a falta de recursos humanos bem formados.

Entretanto, a má qualidade do ensino diminuiu na última década em decorrência do número maior de professores com formação avançada. Um dos elementos com capacidade para aumentar o nível de instrução do município foi a instalação dos cursos de graduação em Arqueologia e Ciências da Natureza na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Ciências Biológicas, Geografia, História e Pedagogia, ligados a Universidade Estadual do Piauí – UESPI. O perfil dos cursos citados adequou-se à região pelo potencial de trabalho de campo e científico em função do acervo (sítios arqueológicos) e ambiente, e pela carência da formação de professores para os Ensinos Fundamental e Médio (Geografia, História e Pedagogia).

Com a instalação dessas instituições de Ensino Superior, pretendeu-se que São Raimundo Nonato figurasse como uma cidade educadora que proporcionasse o acesso universal da população ao ensino de qualidade, capaz de elevar o seu índice de desenvolvimento social e cultural, com uma política voltada para fortalecer o ensino qualificado, capaz de formar cidadãos que interfiram criticamente na realidade, para transformá-la.

Além disso, buscou-se erradicar o analfabetismo e articular uma política educacional com um conjunto de políticas públicas, em especial a cultural, considerando o indivíduo como um ser integral, com vistas à inclusão social e cultural. Nesse contexto, a prefeitura de São Raimundo Nonato foi convidada a estimular as universidades e outras instituições de pesquisa a desenvolver e aplicar tecnologias inovadoras que propiciassem aos alunos superar as atuais barreiras de reprovação e evasão, bem como mobilizar as instituições que têm se encarregado do Ensino Médio para a revisão de seus conteúdos, particularmente no que se refere às atuais habilitações, adequando a educação para o trabalho às perspectivas de mercado.

Em pesquisas realizadas sobre a valorização da disciplina História nos currículos das escolas situadas no semiárido, Farias, Borges e Silva¹¹⁵ constataram que a valorização da História Local no Ensino Fundamental é o ponto de partida para esse processo de formação do cidadão, do agente histórico, conhecedor de suas tradições culturais. Isto porque, no que se refere à disciplina de História para o Ensino Fundamental, as dimensões da vida humana constituem enfoques significativos para o seu conhecimento.

Assim, os conteúdos estruturantes para este nível de ensino são: a) a dimensão política; b) a dimensão econômico-social; e c) a dimensão cultural. Como afirma Barros, “uma dimensão implica um tipo de enfoque [...] ou algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada”¹¹⁶.

[...] apesar de falarmos freqüentemente em uma “História Econômica”, em uma “História Política”, em uma “História Cultural”, e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de [...] compreender melhor o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.¹¹⁷

É importante ressaltar que tais dimensões visam à busca de grandes sínteses. O aluno não pode ficar a mercê de compreender a História sob recortes com sentido fechado em si, mas deve ser estimulado a compreender fenômenos de amplo efeito sobre diferentes recortes sincrônicos, diacrônicos, permanências e continuidades, a partir de movimentos de interrelações, em que os conteúdos não sejam tomados de forma isolada.

Ao tratarmos das atividades de educação patrimonial centradas nas ações arqueológicas do Parque Nacional Serra da Capivara, é imprescindível que entendamos os projetos que educadores, pesquisadores e outros profissionais se utilizaram e se utilizam para a construção de ferramentas que proporcionassem a consciência cultural, preservacionista dos bens patrimoniais da região. Partindo dessa premissa, cabe investigarmos especificamente as ações que chegaram ao município de Coronel José Dias a partir da atuação de instituições como FUNDHAM e ICMBIO.

A primeira análise se deu nos projetos da Fundação Museu do Homem Americano, com base nas recomendações de seu estatuto e do plano de manejo, ressaltando os Núcleos de

¹¹⁵ FARIAS, J. F.; BORGES, F. R.; SILVA, E. V. Educação Ambiental contextualizada no Semiárido cearense: Subsídios a gestão e preservação dos recursos hídricos. *Rev. Geosaberes*, v. 3, n. 5, p. 30-36, 2012.

¹¹⁶ BARROS, J. D. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 20.

¹¹⁷ BARROS, 2004, p. 15.

Apoio à Comunidade (NACs), que se constituíram como uma iniciativa precursora na região com a implantação do ensino profissionalizante – quatro escolas de ensino regular (1986-2000) –, do Pró-Arte – uma escola de arte-educação (2001-2010) –, bem como de outros projetos alternativos de promoção e sensibilização do patrimônio ambiental/cultural, mas que, por motivos diversos, foram desativados.

O primeiro projeto de abrangência social e educacional de maior amplitude – desenvolvido pela FUMDHAM por meio de um convênio entre a ONG italiana Terra Nuova, o Governo do Piauí e a Telemar – teve início em 1989. Segundo Paulo Martins Souto Maior,

O objetivo geral do projeto era encontrar um mecanismo que permitisse integrar a população local, especificamente das localidades dos sítios de Mocó e Barreirinho (município de Coronel José Dias), Serra Vermelha (município São Raimundo Nonato), Porteirinha e Alegre (município João Costa), numa ação destinada a proteger e preservar o Parque Nacional Serra da Capivara. E, para proteger, era necessário eliminar a miséria na qual vivia e ainda vive parte da população de seu entorno. Para isso, promover a educação dos filhos dos moradores em escolas projetadas para a realidade local era essencial.¹¹⁸

Nos doze anos que durou o convênio, mais de 2.500 crianças receberam instrução de qualidade e cuidados com a alimentação e a saúde. Em 2001, entretanto, o convênio foi encerrado, uma vez que o Governo Estadual não cumpriu com o que havia acordado: que, passados cinco anos das atividades, assumiria o salário dos médicos, dos agentes de saúde, das professoras e dos gestores de cada um dos cinco núcleos de apoio às comunidades.

O projeto de Cerâmica Artesanal Serra da Capivara iniciou em 1992, através de membros da FUMDHAM que começaram a desenvolver oficinas de cerâmica artesanal com as temáticas dos registros rupestres com recursos da ONG Terra Nuova. A Cerâmica foi criada como um dos componentes de desenvolvimento regional planejado para o entorno do Parque, que contava com cinco Núcleos de Apoio à Comunidade na localidade Barreirinho, no município de Coronel José Dias. Cada unidade era composta por uma escola, um posto de saúde e uma atividade econômica.

Em 2001, a Cerâmica foi adquirida por uma empresa particular local, com a condição de que a FUMDHAM recebesse mensalmente 10% do lucro. Atualmente a Cerâmica emprega mais de 40 pessoas da comunidade local e é vendida para todo o Brasil, além de ser exportada para a Itália e para a França. O projeto foi considerado um êxito, especialmente por mostrar a capacidade de elementos arqueológicos de agregar valor a produtos funcionais, como as

¹¹⁸ MAIOR, 2016, p. 54.

louças, e promover a articulação entre a Arqueologia e a melhoria de vida de uma população de baixa renda por meio da criação de empregos.

O Pró-Arte, em linhas gerais, pretendeu proporcionar às crianças e aos adolescentes que participaram do Programa PRO-ARTE FUMDHAM, durante os 10 anos de duração do projeto, entre 2002 e 2012, a oportunidade de refletir, através de expressões e manifestações artísticas e educacionais, seus contextos socioeconômicos associados ao Parque. Durante os cursos, além do conteúdo básico formativo, foram organizadas também oficinas de aperfeiçoamento de nível técnico, aulas de dança, mímica, teatro, música, canto e coral, artesanato, desenho e composição plástica. Centenas de crianças e adolescentes participaram do projeto, e como desdobramento, vários alunos do PRO-ARTE são hoje técnicos que trabalham em diversas áreas, subordinados à manutenção do Parque, ou ingressaram em universidades públicas.¹¹⁹

Depois de feita a análise das ações de cunho educativo nas comunidades do município de Coronel José Dias, limítrofe do Parque, nota-se que tais ações são imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação do patrimônio cultural pela comunidade. Os resultados das análises dos programas são aqui sintetizados:

- FUMDHAM: Embora os projetos educacionais implantados no decorrer dos 24 anos dessa fundação tenham passado por um direcionamento de rupturas, descontinuidades, incompatibilidade de coordenação e não tenham sido direcionados para as pessoas diretamente afetadas pela desapropriação, a FUMDHAM cumpriu as deliberações de seu estatuto de fundação e as recomendações da UNESCO e do Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM/ICOMOS), que estabelecem a necessidade de promover ao público informações acerca de seu patrimônio.

Em Coronel José Dias, as ações educativas contribuíram para que parte de sua comunidade pudesse desenvolver, ao longo desses anos, um entendimento sobre o significado patrimonial e ambiental da reserva. Embora tenha havido esforços, no início, para o desenvolvimento de uma rede comunitária como fonte de renda voltada para o turismo cultural, as iniciativas, entretanto, não foram simétricas com a comunidade local.

Tais dados nos fizeram inferir que o trabalho da FUMDHAM, direcionado para o patrimônio e a sustentabilidade cultural da Serra da Capivara, daqui para frente, deverá trilhar outros caminhos, repensando suas estratégias de sustentabilidade para que a comunidade seja incluída como parceira ativa nas tomadas de decisões e não apenas como mera receptora de

¹¹⁹ MAIOR, 2016, p. 54.

programas assimétricos que, durante décadas, causaram tantos descompassos e desentendimentos.

- Escritório Técnico do IPHAN: Em Coronel José Dias, as ações se concentraram, majoritariamente, nas escolas, de forma esporádica e sem um plano de continuidade. As intenções educacionais são bem elaboradas e executadas, com destaque às visitas monitoradas ao Parque e ao Museu. No entanto, a estratégia de desenvolvimento ainda é descontínua, o que impossibilitou uma avaliação precisa de suas ações.

Nesse sentido, mais uma vez, os trabalhos de pesquisa da autora Marlene dos Santos Costa¹²⁰ são fundamentais. Em suas análises, a autora apresenta uma experiência de pesquisa realizada por adolescentes, organizadores de um grupo de estudo sobre a Arte Rupestre do Piauí (CDAR-PI). Esse grupo foi o responsável pela elaboração e realização de um experimento com algumas escolas públicas do município de São Raimundo Nonato, onde visavam compreender que mecanismos essas instituições utilizavam para atender as perspectivas sociais de sustentabilidade, e como se encontrava o turismo arqueológico e cultural na visão da geração jovem dos municípios circunvizinhos ao Parque Nacional Serra da Capivara, além do fortalecimento e pertencimento das identidades atuante na região.

Dentro da perspectiva da educação patrimonial, os adolescentes foram instigados a estudar o campo da educação patrimonial na Serra da Capivara, por meio de um olhar alfabetizador e sensibilizador para as crianças e adolescentes das escolas públicas nas quais eles participavam. A partir dessas iniciativas, surgiu o Clube dos Defensores da Arte Rupestre do Piauí (CDAR-PI), que teve, como objetivo principal, buscar e incentivar que novos estudantes se sensibilizassem com a diversidade cultural da Serra da Capivara e todo o Piauí.

As ações do grupo foram articuladas através de visitas exploratórias aos sítios arqueológicos, visitas monitoradas, palestras, discussões de textos científicos, e dinâmicas culturais entre os integrantes do clube e os demais, que expandiram para outras escolas públicas do município.

Por outro lado, como já foi dito, no esforço de aproximar a sociedade local do patrimônio que lhes pertence, ações de educação patrimonial pontuais são realizadas; projetos de socialização e difusão dos sítios foram e ainda são elaborados; materiais como cartilhas e folders de difusão do patrimônio arqueológico local foram publicados e entregues as escolas dos municípios ao qual o Parque Nacional Serra da Capivara pertence.

¹²⁰ COSTA, 2011.

Neste quesito, a parceria entre ICMBio, FUMDHAM e IPHAN atua de forma eficiente, dentro das possibilidades e dos recursos que possuem. Essa tríade institucional desenvolve na região trabalhos de preservação, conservação e monitoramento das áreas de potencial arqueológico, inaugurando uma parceria no processo de intervenção em áreas de patrimônio cultural tombado.

A promoção do desenvolvimento local, a partir das potencialidades do patrimônio cultural, quarta diretriz indicada por Porta¹²¹, implica diretamente no desenvolvimento social e econômico local por meio dos usos do patrimônio. O reconhecimento que a Serra da Capivara passou a ter após receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e logo em seguida ser reconhecida como Patrimônio Nacional, implicou em uma visibilidade que foi além do nosso continente.

Mais de setentas pessoas foram capacitadas para guiarem os turistas através do PNSC. Houve melhorias nos quesitos de hospedagem e restaurantes. Por outro lado, instituições de ensino, como Instituto Federal do Piauí - IFPI passaram a oferecer cursos técnicos e profissionalizantes nas áreas de gastronomia e hotelaria. E ainda, com exclusividade, o Parque Nacional Serra da Capivara é o único parque no Brasil que possui sua guarda compartilhada entre duas instâncias federais e um órgão local, fator este primordial para ser considerado um modelo de preservação no Brasil.

Entretanto, apesar da iniciativa particular de grupos de estudantes de escolas públicas do município, e com todos os aspectos ambientais e culturais que serviram como fundamentos para ser nomeado como patrimônio cultural da Humanidade pela UNESCO, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, nos municípios circunvizinhos, há uma ausência de sensibilização local e política, quando o requisito é a preservação, conservação e manutenção do Parque.

De acordo ainda com Marlene dos Santos Costa¹²², isto acontece por vários fatores que, por vezes, não são debatidos diretamente, como, por exemplo, o aspecto econômico, pelo fato de essas ações não gerarem lucros imediatos para investidores no comércio local, posto que a economia gira em torno do comércio, ou mesmo por fatores político sociais, por atividades como estas não gerarem votos a políticos.

¹²¹ Esta quarta diretriz diz respeito às considerações que a autora Paula Porta aborda no livro *Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados*. A obra trata da compilação e da análise da Política Nacional de Patrimônio Cultural e abarca toda a trajetória, sucessos e insucessos de sua implementação entre os anos 2000 a 2010. Nele, Paula Porta (2012, p. 15) indica que as quatro diretrizes básicas da política de preservação, consistem na: Participação social; Reinserção dos bens protegidos na dinâmica social; Qualificação do ambiente em que estão inseridos os bens culturais e Promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural.

¹²² COSTA, 2011.

Por isso, boa parte da população ainda não se sente beneficiada de forma direta com as questões identitárias e de memória abrangidas pelos elementos do Parque. Assim, para boa parte da população do entorno, possíveis benefícios políticos que envolvem o Parque não os atingem diretamente. Nesse contexto, as atividades desenvolvidas para os fins de conservação, preservação e reconhecimento do patrimônio na região ficam a cargo, da FUMDHAM, IPHAN, UNIVASF e ICMBIO, órgãos que atuam juntamente com a Fundação.

A FUNDHAM, desde a sua implantação no Parque na década de 1970, procura desenvolver e fomentar a busca por investimentos junto ao poder público, na sensibilização local quanto à preservação do patrimônio através de eventos culturais, oficinas, palestras, congressos, seminários e afins.

Desde sua criação, em 1979, a instituição enfrenta crises de manutenção e salvaguarda uma vez que os recursos advindos da região, como o turismo, por exemplo, não possibilita a auto-sustentabilidade do Parque Nacional Serra da Capivara, devido ao difícil acesso ao turista, que chega ao parque a partir de dois únicos acessos, ou pelo aeroporto de Petrolina, cidade Pernambucana com vôos regulares distante a 340 km, ou via ônibus pela capital do Estado, Teresina, que fica a 530 km de São Raimundo Nonato.

A infraestrutura do Parque (ver ANEXO) é exemplar, e está entre uma das melhores do mundo, o que gera expectativas no turismo arqueológico cultural como fonte de manutenção do patrimônio da humanidade, e tem capacidade de atender 3 milhões de turista ao ano. Com mais de 1000 sítios arqueológicos catalogados, com áreas não exploradas, o nicho de turistas recebidos ainda não é o suficiente para tal demanda.

Assim, com toda a riqueza do patrimônio cultural e natural existente no Parque Nacional Serra da Capivara, podemos inferir que, para que haja o fomento da consciência, valorização e conservação, é necessário conhecer e reconhecer sua importância no contexto cultural em que o indivíduo está inserido.

Para tanto, para que esse resultado seja alcançado numa sociedade, devemos percorrer o caminho do reconhecimento, aproximação e exploração dos conceitos mais básicos da nossa existência e da existência do patrimônio em questão. Sendo assim, atividades inseridas no âmbito da Educação Patrimonial, em experiências realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara, tornam-se fundamentais para que os indivíduos se conscientizem do seu papel no ato de preservar e conservar o patrimônio cultural da região.

Tomando como base o roteiro de discussões e debates do *Guia de Educação Patrimonial* publicado pelo IPHAN¹²³, que considera que a educação patrimonial define-se como um "instrumento de alfabetização cultural", pode-se afirmar que, para fortalecer esta ideia de formação de uma consciência patrimonial, o dialogo deve ser contínuo, sendo possível a troca de informações, a compreensão e interação do individuo com os diversos segmentos do estudo do patrimônio e da relação humana.

Dessa maneira, as constantes crises aos longos dos anos para a manutenção do Parque Nacional apresentam diversas limitações para a realização de ações de educação patrimonial, pois, por não possuir recursos destinados para esses fins, acaba acarretando e limitando as atividades de manutenção e conservação, bem como a falta de estímulo para a formação de atividades que busquem a consciência cultural das comunidades vizinhas em respeito e cuidado pela área ainda continua forte na região.

Desse modo, torna-se desafiador que a FUMDHAM, e demais instituições que apoiam as práticas desta instituição, dê continuidade a ações que possam provocar a integração desses indivíduos ao processo de gestão integrada e participativa, que oportunize a melhoria da qualidade de vida da população local na construção de uma visão e memória coletiva do Patrimônio da Serra da Capivara.

Tais análises não foram suficientes para compreendermos como a comunidade coronelina se relaciona com o patrimônio da Serra da Capivara, por isso aplicamos questionários para percebermos as relações estabelecidas com o PNSC, sob a ótica da própria comunidade, fazendo uso de questões que envolveram valor, acessibilidade, preservação e fruição social.

¹²³ HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q., 1999.

3. ARQUEOINFORMAÇÃO: ENTRE O DISCURSO DOS PROFESSORES E A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS

Mesmo diante de diversas iniciativas realizadas pela FUMDHAM, o trabalho de reflexão sobre o patrimônio, e o reconhecimento da validade deste tema na formação dos sujeitos, acaba sendo desvalorizado, principalmente no que diz respeito à variedade de possibilidades didáticas. Entende-se, sobretudo, que a organização escolar tem um papel fundamental como mediadora do contato do aluno com o Patrimônio Local.

A escola é um dos espaços mais privilegiados, pois a sala de aula, o pátio, a biblioteca, e os laboratórios estão repletos de evidências culturais, trocas de experiências, expressões, opiniões e, por assim dizer, de multiplicação de ideias, de valorização do que é individual e, principalmente, do que é coletivo. Os professores, como disseminadores destes conhecimentos e conceitos, podem colaborar para um diagnóstico a partir do qual será possível identificar as potencialidades e carências no desenvolvimento do processo de Educação Patrimonial e, por que não dizer, da formação dos educadores.

Neste cenário, a instituição de ensino deve ofertar atividades interessantes que despertem atenção no educando para sua cultura e para as manifestações artísticas locais, e fomentem interesse para preservação e ampliação do acervo patrimonial, pois, desta forma, será possível contribuir para formação da cidadania. Nesse sentido, os museus e centros culturais da comunidade podem contribuir com as escolas, para a presença da cultura e arte na vida dos alunos. A partir dessa aproximação, tem-se o entendimento da relação da produção histórica e artística com sua maneira pessoal de pensar a realidade ao redor

Nesta perspectiva, entende-se o Patrimônio Cultural dentro do contexto local como promovedor da cidadania, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico do educando. O que se espera é que professores e alunos possam ampliar seu universo do saber à medida que consigam entender como eram estabelecidas as relações que os indivíduos tinham com o meio ambiente em tempos passados, evidenciando a possibilidade de uma ação educativa não restrita aos aspectos do meio, mas também no que compete ao reconhecimento da necessidade de preservação do patrimônio cultural.

Os saberes docentes e as práticas pedagógicas, assim, estão intrinsecamente relacionados, pois é durante a ação docente e a partir da ação dinâmica ao ensinar, que os professores mobilizam, constroem e reconstróem seus saberes teóricos ou práticos. No âmbito da educação patrimonial, pensada como um instrumento de desnude e compreensão de identidade(s), do entendimento do que compõe um patrimônio cultural, da valorização da

cultura e da sociedade, esses saberes não devem servir apenas à promoção e difusão de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural, eles vão muito além.¹²⁴

Para interpretar os resultados obtidos com os projetos da FUMDHAM na região do município de Coronel José Dias, propomos como metodologia a aplicação de questionários para docentes e discentes, abordando as atividades voltadas à Educação Patrimonial que são desenvolvidas na região. A utilização desta proposta metodológica revela a mobilização de vários saberes; não se limita apenas ao patrimônio, pois ao incutir a importância da preservação, automaticamente trabalhamos a cidadania, o respeito, o espírito de coletividade, ensinamos a interagir e posicionar-se em defesa da historicidade e memória da comunidade tanto em relação ao passado remoto quanto ao tempo presente, além de congregarmos outros elementos que foram sendo referenciados e tangenciados pelas respostas dos sujeitos respondentes.

3.1 Design da investigação: os caminhos percorridos

A metodologia de recolha de dados partiu da premissa de tentar identificar a percepção da comunidade do município de Coronel José Dias em relação ao PNSC nos quesitos educação patrimonial e preservação dos bens. Iniciamos a amostragem com alunos que estão matriculados do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, com idade de 11 a 18 anos. Sendo assim, partindo das discussões em torno do Tombamento do Parque Nacional Serra da Capivara tombado pela UNESCO e pelo IPHAN, o presente capítulo pretende abordar os conceitos de Patrimônio que estão presentes (ou não) nas práticas e no imaginário dos alunos e professores da escola Cactos do município de Coronel José Dias, localizada a aproximadamente 18,7 km da área correspondente ao PNSC.

Para iniciar o trabalho, propomos a realização de um questionário para verificar o conhecimento prévio dos professores de História e dos alunos sobre o assunto bens culturais. O objetivo desta aplicação foi o de investigar as ações voltadas a educação patrimonial numa escola próxima ao PNSC, e, através da apresentação de dados levantados com os participantes, problematizar as possibilidades de construção de indicadores que permitam medir o impacto dessa ação na efetiva preservação do seu patrimônio cultural, considerando a premissa de que se pretende fomentar o protagonismo na comunidade.

¹²⁴ HORTA, 1999.

Foram elaborados dois tipos de questionários semiestruturados. O primeiro questionário foi direcionado para o docente, e, portanto, contém perguntas sobre o trabalho do educador no que se refere a atividades que promovam a discussão do patrimônio cultural, especialmente voltada ao entendimento, preservação e conservação dos bens que compõem o Parque Nacional Serra da Capivara. O segundo questionário, específico ao cotidiano discente, traz questões objetivas para serem respondidas pelos alunos.

Os dados coletados a partir desses questionários servem para entender quem são os participantes de ações relacionadas a educação patrimonial no município de Coronel José Dias, quais os usos que tais participantes fazem do que é aprendido em sala de aula, apontando ou não um protagonismo que pretendemos alcançar com essa ação. Foram escolhidos, para responder o questionário, professores que ministravam a disciplina PARNA e que relataram ações que estavam realizando na escola. Os resultados dos questionários contabilizados foram muito importantes para as reflexões deste trabalho.

Partiu-se então para a elaboração de questionários, que foram aplicados no dia 30 de setembro de 2019, para um total de 76 alunos, com intenção de apreender a realidade e seu conhecimento sobre o Patrimônio Cultural e a preservação do PNSC. No questionário conceitos como Patrimônio, bem cultural, cultura e memória foram abordados a partir da realidade cultural do aluno, a participação em atividades patrimoniais da escola, e algumas questões sobre os recursos utilizados pelos alunos no seu dia-a-dia. A ênfase restringiu-se aos aspectos da realidade cultural dos estudantes. Com a comparação dos resultados, pôde-se entender um pouco como se situa a questão entre os estudantes e os professores.

As escolas que possuem turmas no Fundamental II no município de Coronel José Dias, localizadas no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, foram: Escola Unidade Cactos, Escola Raimundo F. de Oliveira, Escola Jorge Salustiano de Oliveira, e Escola Zeferino R. de Oliveira. De acordo com os dados do MEC, e da Secretaria de Educação, as referidas instituições de ensino possuem 187, 10, 37, 65 alunos respectivamente. Entretanto, apenas na Escola Unidade Cactos identificamos ações voltadas para a educação, como a inserção de uma disciplina intitulada de PARNA, na grade curricular. Nesses termos, os questionários foram aplicados somente na referida escola.

A Unidade Escolar Cactos está localizada na zona urbana da cidade e oferece, à comunidade, o Ensino fundamental aos anos finais – 6º ao 9º anos. Boa parte dos alunos atendidos nessa unidade escolar residem nas zonas urbana e rural do município, sendo disponibilizado transporte escolar para os que se deslocam todos os dias da zona rural.

A proposta educativa praticada na Unidade Escolar Cactos, Coronel José Dias - PI, que atende o Ensino Fundamental anos finais, pauta-se em, constantemente, cumprir tudo aquilo que propicie alcançar os fins da Educação Nacional, resguardando o que propõe a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.¹²⁵ Segundo ainda o Projeto Político Pedagógico da Escola em análise, atualmente há o seguinte quadro de alunos em um turno, durante os anos de 2017 e 2018:

QUADRO DE ALUNOS

SÉRIE	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
TOTAL	53	42	60	32
TOTAL GERAL 187 ALUNOS				

INDICE DE APROVADOS E REPROVADOS DE 2017

SERIE	TOTAL DE ALUNOS	APROVADOS	REPROVADOS	DESISTENTES
6º Ano	77	62	13	2
7º Ano	44	40	4	0
8º Ano	25	25	0	0
9º Ano	25	25	0	0

TOTAL GERAL: 171

TOTAL DE APROVADOS: 152

TOTAL DE REPROVADOS: 17

DESISTENTES: 2

INDICE DE APROVADOS E REPROVADOS DE 2018

SERIE	TOTAL DE ALUNOS	APROVADOS	REPROVADOS	DESISTENTES
6º Ano	38	31	06	1
7º Ano	70	60	10	0
8º Ano	36	32	04	0
9º Ano	26	25	0	1

TOTAL GERAL: 170

TOTAL DE APROVADOS: 148

TOTAL DE REPROVADOS: 20

DESISTENTES/EVASÃO/TRANSFERIDO: 02

INDICE DE APROVADOS E REPROVADOS DE 2018 (EJA)

SERIE	TOTAL DE ALUNOS	APROVADOS	REPROVADOS	DESISTENTES
V ETAPA	18	8	0	10

¹²⁵ UNIDADE ESCOLAR CATOS. *Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Cactos*. Coronel José Dias – PI: U. E. Cactos, 2019, p. 15.

TOTAL GERAL: 18
 TOTAL DE APROVADOS: 8
 TOTAL DE REPROVADOS: 0
 DESISTENTES/EVASÃO/TRANSFERIDO: 10

No que se refere a alguns dados estruturais e aos componentes da Escola Cactos, observamos, ainda, os apresentados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. (Quadro 2)

Quadro 2 – Complexidade da Gestão Escolar

Matrículas	225
Matrículas em tempo integral	0
Turmas	8
Turmas multi	2
Turnos de funcionamento	2
Salas de aula	3
Docentes	14
Auxiliares/ monitores/ tradutores de Libras	0
Total de funcionários	23
Indicador de Nível Socioeconômico – INSE	Grupo 3
Indicador de Complexidade de gestão	Nível 3
Modalidades/ Etapas oferecidas	Anos Finais do Ensino Fundamental

Fonte: INEP, 2017¹²⁶.

Considerando o Projeto Político Pedagógico da Escola Cactos para o ano de 2019, e seu valor histórico-cultural para o município desde 1993, entendemos que os seus objetivos educacionais buscam representar a vida das pessoas da região. Dentro desta esfera ela é, sem dúvida, um forte elemento da identidade local.

Os projetos desenvolvidos e propostos pela instituição, bem como o acervo de informações, permitem-nos entender que a comunidade é levada a conhecer a história dos seus (nossos) antepassados, visto que o local era habitado, anteriormente, por índios e pré-históricos, presentes no mundialmente conhecido como o berço do homem americano, o Parque Nacional Serra da Capivara.

A partir desses dados, é possível sugerir que a educação da escola vise salientar a importância de valorizar e preservar o Parque Nacional Serra da Capivara, que vem sendo um potencial turístico, a ser explorado diretamente e também pelos turistas do mundo inteiro que aqui vem o visitar. Isto porque, no município de Coronel José Dias, a economia está voltada para as seguintes atividades: o turismo, agricultura familiar de subsistência, apicultura,

¹²⁶ Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/22069704>. Acesso em: 12 maio 2018.

cerâmica ouvinocaprinocultura, comércio e o funcionalismo público. Segundo ainda o Projeto Político Pedagógico,

A estrutura física é composta por 01 (um) prédio escolar, sendo 05 (cinco) salas de aula, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala para professores, 01 (uma) cantina, 01 (um) depósito, 03 (três) banheiros, 01 (um) pátio pequeno e atualmente a escola está funcionando 01 (uma) sala de aula e 02 (dois) banheiros em um anexo da paróquia Imaculada Conceição. O quadro de funcionários conta com 01(uma) diretora, 02 (duas) coordenadoras, 11 (onze) professores, 03 (três) auxiliares administrativos, 01 (um) digitador, 01 (um) vigia, 03 (três) zeladoras/merendeiras.¹²⁷

As políticas públicas são primordiais para que a população entenda o funcionamento das ações governamentais e participem das decisões desse Governo. No que tange às políticas de preservação, entende-se que o que é preservado pode dizer muito a respeito da construção sócio histórica do país e do momento político vivido pela sociedade. Sendo assim, entender o que é desenvolvido em uma escola do entorno do PSNC, a partir dos projetos e dos professores, para que haja a Educação Patrimonial, é primordial.

Nesse contexto, é importante que entendamos que a educação patrimonial, como propõe Horta, Grünberg e Monteiro, se trata de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Somente a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus diferentes aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial levará as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.¹²⁸

Dessa forma, o conhecimento crítico e a apropriação consciente sobre os bens patrimoniais propostos pela Escola Cactos à comunidade de Coronel José Dias, nos levam a inferir que os seus objetivos estão alinhados aos objetivos da Educação Patrimonial. São os fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, que fortalecem a nossa justificativa para tal argumentação.

Muito embora não tenhamos mais informações sobre a disciplina PARNA, ministrada na escola em análise, é possível apreendermos, pelas respostas dadas aos questionários, que

¹²⁷ UNIDADE ESCOLAR CACTOS. *Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Cactos*. Coronel José Dias – PI: U. E. Cactos, 2019, p. 14.

¹²⁸ HORTA; GRÜNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06.

nela a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.¹²⁹

Este processo, de acordo com Horta, Grünberg e Monteiro, leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre os alunos (crianças e jovens) da escola, e os agentes responsáveis pela preservação do PNSC, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desse bem.

Como a metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, buscaremos apresentar, nos próximos tópicos, como as diversidades culturais da escola Cactos contribuem para a formação da identidade do cidadão de Coronel José Dias e municípios do entorno, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele.

3.1.1 Análise Quali/quantitativa dos Questionários Semiestruturados Aplicados aos Professores

Uma das etapas metodológicas mais importantes do estudo do patrimônio é o contato direto dos sujeitos com o objeto. É nesse processo que se dá o desenvolvimento da percepção visual e simbólica, a interpretação das evidências e dos significados, o envolvimento afetivo, a internalização, o julgamento crítico e, por fim, a valorização cultural.

Dentro dessa conjuntura, inseriram-se no QUESTIONÁRIO 1, no qual formulamos questões que visam analisar como os quatro conceitos chaves para compreensão da temática do patrimônio cultural – cultura, memória, identidade e patrimônio cultural – têm sido compreendidos pelos docentes e transformadas em ações de educação patrimonial, as seguintes perguntas:

- 1) Com relação às ações de educação patrimonial, o que você acha melhor? Uma atividade formativa de professores e líderes ou uma atividade de impacto nas escolas?*
- 2) A instituição na qual trabalha desenvolve ou busca desenvolver ações de educação patrimonial? Em caso afirmativo, descreva-as.*

¹²⁹ HORTA; GRÜNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06

3) *Com relação às atividades desenvolvidas, você considera que elas têm proporcionado melhores efeitos na aprendizagem dos alunos no que se refere a assimilação dos conceitos de Patrimônio Cultural, cultura, memória, identidade?*

4) *Você, enquanto educador, tem desenvolvido atividades, oficinas ou mesmo trabalhos escolares que envolva as ações de educação patrimonial?*

5) *O que o motivou a fazê-las ?*

6) *Que disciplina você leciona para esta turma ?*

7) *Que nível de informação/conhecimento você tem sobre este tema?*

8) *Qual a sua expectativa ao estimular seus alunos para participar de atividades educativas sobre questões de educação patrimonial?*

9) *A sua expectativa foi atendida ?*

Sim () Não () Em parte ()

Por quê ?

10) *Seus alunos estavam motivados a participarem dessas atividades?*

Sim () Não () Em parte ()

11) *Qual a razão desta motivação/ desmotivação?*

12) *Eles estavam motivados a desenvolver as atividades propostas ?*

Sim () Não () Em parte ()

Como você observou isto ?

13) *Seus alunos se mostraram participativos durante a atividade ?*

Sim () Não () Em parte ()

14) *A abordagem do tema da atividade estava compatível com o nível de compreensão dos seus alunos?*

Sim () Não ()

Por quê?

15) *Para frequentar a atividade implementada houve dificuldades? Quais?*

16) *Qual seria para você o melhor dia e horário para a realização de oficinas formativas sobre a educação patrimonial?*

17) *Qual seria o melhor canal de comunicação para divulgar uma nova oficina?*

Considerando que há apenas um professor¹³⁰ de História na escola, Hércules de França, e por ser ele o responsável por ministrar a disciplina PARNA, este foi selecionado

¹³⁰ O quadro geral de professores da escola é composto por Ana Oliveira, Ana Paula Oliveira, Ana Oliveira, Dalva Paes Landim, Edivam Assis, Edivan Passos, João Negreiros, Maryland Costa, Neímia Nascimento,

para responder as questões propostas no questionário, presente na grade curricular do Ensino Fundamental II da Escola Cactos. Quando questionado *“Com relação às ações de educação patrimonial, o que você acha melhor? Uma atividade formativa de professores e líderes ou uma atividade de impacto nas escolas?”* o professor Hércules respondeu que o mais ideal seria *“uma atividade de impacto nas escolas, pois alcançaria uma quantidade bem maior de pessoas.”*¹³¹

Por falar em projetos de educação patrimonial articulados à comunidade, o referido professor respondeu à questão 2, *“A instituição na qual trabalha desenvolve ou busca desenvolver ações de educação patrimonial? Em caso afirmativo, descreva-as.”*, bem como as questões 4 e 5, respectivamente, *“Você, enquanto educador, tem desenvolvido atividades, oficinas ou mesmo trabalhos escolares que envolva as ações de educação patrimonial?, “O que o motivou a fazê-las?”*, apresentando detalhes sobre o projeto “Arte na Serra”, que teve a exposição: “DESUSO – A CULTURA MATERIAL DOS POVOS DA SERRA DA CAPIVARA”, desenvolvida no ano final do 2018 pelos alunos da escola Cactos na disciplina PARNA ministrada pelo próprio professor Hércules de França, pela Dra. Marrian, parceria do Instituto Olho D’água, e que contou, também, com o apoio da Prefeitura Municipal de Coronel José Dias.

Segundo o docente, atividades como esse projeto, exposição e relatos, objetos expostos que retratam a realidade dos primeiros moradores da cidade de Coronel José Dias, são comuns na escola em que trabalha, especialmente através da disciplina PARNA, que tem como finalidade apresentar os bens presentes no Parque Nacional Serra da Capivara e a importância de preservá-los. Nas suas palavras, *“Sim, organizamos uma exposição sobre educação patrimonial para que todos os alunos se apropriem de nosso patrimônio”*.¹³²

Além disso, nas questões em que foi perguntado sobre as suas motivações em realizar esses projetos e os resultados alcançados, o professor foi bastante enfático ao colocar a importância de se estimular os alunos a entenderem o meio que lhes cercam e, por isso, preservá-lo. Segundo o mesmo, a sua expectativa é atendida (questão 9) porque eles abraçam a causa.¹³³

O professor Hércules coloca, ainda, que os projetos representam um espaço de incentivo, de pontapé inicial, que o permitem, inclusive, pensar em como agir, contribuindo

Raimunda Costa, Sandra Soares, Hércules de França, Waldir Junior, Vanda de Santana. Fonte: Projeto UNIDADE ESCOLAR CACTOS, 2019.

¹³¹ Questionário 1 respondido pelo professor Hércules de França.

¹³² *Ibid.*

¹³³ Resposta do Professor Hércules de França à questão 9 do questionário 1.

assim para aumentar a autoestima da importância do professor e para que ele possa se ver como agente transformador da realidade que vive. Para o educador, a principal razão da sua motivação “é o encantamento pelas histórias e pela importância do tema para nós que moramos tão perto de um grande patrimônio”. E continua:

Percebo o quanto a gente pode trabalhar em sala de aula, com tudo aquilo que usamos, reforçando tudo aquilo que vocês passaram para a gente [...] professor é um eterno pesquisador, sendo assim ele tem que ir em busca.¹³⁴

Além disso, a produção cultural de eventos que a escola promove, com o apoio e divulgação da prefeitura na cidade, também foi apontada como positiva pelo professor, na construção de uma relação mais próxima com a comunidade, e principalmente, a forma como ações estão colaborando para transformar a realidade da comunidade. Muito embora tenha destacado a falta de apoio por parte dos colegas na hora de trabalhar com a temática do patrimônio cultural, o que o desmotiva a realizar certas ações dentro da escola.

Sendo assim, entendemos que os dados das respostas do professor Hércules de França, aqui apresentados, podem contribuir para mostrar a importância das ações educativas para uma efetiva política de preservação do patrimônio cultural. Como colocamos anteriormente, o processo educativo é dependente de inúmeros fatores, mas a ação do educador é, sem dúvida, um dos mais importantes. Ao planejar as aulas, esses profissionais podem ser incluídos nos assuntos culturais e históricos que envolvam o ambiente em que a escola está inserida.

Nesses termos, os hábitos culturais e o conhecimento, por parte dos professores, são fundamentais, pois deles vai depender, em grande parte, o conhecimento e a sensibilidade dos educandos em relação aos temas relacionados à cultura. Horta, Grünberg e Monteiro também partilham desta opinião quando afirmam que participar e conhecer a realidade local é indispensável no momento de definir os objetivos e resultados esperados da educação patrimonial.

Levando em consideração este conceito, e muito embora possa soar redundante, destacamos que o conhecimento dos docentes não difere da maioria dos cidadãos comuns. Todavia, não pesquisamos numericamente a opinião pública leiga, mas conhecemos esta realidade por convivência e inserção social no meio. Embora os PCNs contemplem as questões culturais e a valorização sobre os aspectos locais, na prática, nem sempre encontramos, inseridos na estrutura do sistema de ensino, a preocupação com a preservação do patrimônio cultural local e, ao contrário do que se pensa, o indivíduo que valoriza e

¹³⁴ Resposta do Professor Hércules de França à questão 8 do questionário 1.

preserva é o que tem acesso à educação, e não necessariamente o que pertence a uma elite econômica.

A escola é um espaço frequentado pela família, pela comunidade em geral; logo, torna-se um ambiente formador de ideias, opiniões e disseminador dos valores ali reproduzidos. Neste sentido, procuramos entender de que forma a escola, e como seu principal expoente, o professor, contribui para a produção deste conhecimento. Era nosso interesse saber, também, se o professor tinha apoio da escola quanto às iniciativas culturais. Esse foi o nosso objetivo neste tópico. Para tanto, é imprescindível que entendamos como os alunos apreendem essas ações e como refletem sobre a preservação patrimonial no dia a dia.

3.1.2 Análise Quali/quantitativa dos Questionários Semiestruturados Aplicados aos Alunos

A inserção da educação patrimonial na educação formal contribuiu para a preservação e ampliação do patrimônio cultural, arqueológico e ambiental do PNSC no período de 1960 a 2019, demonstrando a importância das ações de educação patrimonial gerar números, expor situações, mostrar, de forma afirmativa, que essas ações mudam a sociedade e colaboram para o sucesso de políticas públicas da área da educação e cultura.

Os dados levantados, a partir do professor Hércules de França, oferecem à reflexão e indicam caminhos, ajudam a pensar, considerar que estes dados são de fato uma parte da realidade que alimenta o processo de conhecimento. Alguns dados ajudaram a criar indicadores que são propostos, todavia, a partir do que os alunos responderam, e que geraram um volume de dados extenso.

A avaliação do efeito das aulas na disciplina PARNA, e dos projetos desenvolvidos com o Professor Hércules e demais docentes da Escola, é algo que demandará ainda mais pesquisas, pesquisas que apurem resultados a longo prazo ou que evidenciem, após um certo tempo, se a comunidade, e não só os alunos, é receptível às propostas que foram feitas. Avaliando pelos números e pelos relatos, podemos dizer que temos informações e evidências suficientes para afirmar que as atividades e ações de educação patrimonial desenvolvidas no espaço escolar:

- ✓ Contribuem para que o professor e os alunos participantes demonstrassem a aquisição de uma noção de patrimônio cultural que desejassem partilhar na escola;

- ✓ Enquanto na comunidade, passam a *incentivar ao desenvolvimento de ações de fomentos que tendem a torná-las* protagonistas em ações de preservação do patrimônio cultural.

Dito isto, apresentaremos agora os resultados encontrados a partir da aplicação do QUESTIONÁRIO 2 no qual formulamos questões que visam analisar como os quatro conceitos chaves para compreensão da temática do patrimônio cultural – cultura, memória, identidade e patrimônio cultural – têm sido compreendidos pelos alunos. Nele estavam as seguintes perguntas:

- 1) *Qual o seu nome?*
- 2) *Qual a sua idade?*
- 3) *Você sabe o que são bens patrimoniais? Sim () Não ()*
- 4) *Você acha que precisa preservar as construções históricas da sua cidade? Sim () Não ()*
- 5) *Você conhece alguma comida que ainda hoje é feita na sua família, que foi passada pelos seus antepassados? Sim () Não ()*
- 6) *Você participa de algum grupo folclórico ou faz alguma atividade artística da sua cidade? Sim () Não ()*
- 7) *Você conhece o museu da sua cidade ou algum artista local? Sim () Não ()*
- 8) *Você, alguma vez, já parou para observar as construções e prédios históricos da sua cidade? Conheceu sua história? Sim () Não ()*
- 9) *Você, alguma vez, já parou para observar as pinturas rupestres presentes na sua cidade? Conheceu sua história? Sim () Não ()*
- 10) *Na sua escola há atividades sobre educação patrimonial? Sim () Não ()*
- 11) *Em caso afirmativo, que sentimentos elas provocam em você?*
- 12) *Das atividades desenvolvidas, em qual você acha que aprendeu mais sobre patrimônio cultural?*
- 13) *Deixe aqui sua(s) sugestão(ões) para o que se pode fazer para que os bens históricos da sua cidade sejam preservados:*

Abaixo temos o perfil dos alunos que responderam o questionário acima.

IDADE DOS ALUNOS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO

TOTAL DE ALUNOS	IDADE	Nº DE ALUNOS
75*	11 anos	1 aluno
	12 anos	11 alunos
	13 anos	6 alunos
	14 anos	26 alunos
	15 anos	17 alunos
	16 anos	6 alunos
	17 anos	5 alunos
	18 anos	3 alunos

*Ao todo foram 76 alunos na amostra, mas um aluno não respondeu a idade que possui.

De maneira geral, averiguamos que, dos 76 alunos que responderam ao questionário, cerca de 63% deles conhecem e se interessam pelas ações educativas relacionadas ao patrimônio cultural, contra 26% que dizem não ter ido a algum museu da região. Muito embora o perfil de questões tenha sido objetiva, por orientação dos representantes da Secretaria Municipal de Educação, conseguimos identificar que o perfil da grande maioria dos que responderam ao questionário é de alunos do próprio município, onde são incentivados a fazerem pesquisas e atuarem em projetos e atividades para a realização de atividades voltadas a preservação do próprio meio em que vivem, propostas pelos seus docentes.

A partir das respostas dos alunos, percebemos a importância da promoção de uma ação pedagógica que direcione aos estudantes estes conceitos de Patrimônio e sua importância. É conhecendo a identidade cultural, de quem eles são, de onde vivem, e porque existe um Parque Nacional em conjunto com Unidade de Conservação na sua região, que eles passam a valorizar e preservar aquilo que reconhecem como seu. Sobre esse ponto, 100% dos estudantes afirmaram haver projetos na sua escola voltados ao conhecimento da sua história e a preservação dos bens patrimoniais presentes na sua cidade. Boa parte dos alunos respondeu à questão 12 – *Das atividades desenvolvidas em qual você acha que aprendeu mais sobre patrimônio cultural?* – simplesmente “PARNA” ou “com a disciplina PARNA”. Dos 76, cerca de 10% não responderam ou responderam algo diferente da relação com a disciplina.

Porém, os mesmos alunos que participam e dizem gostar das atividades realizadas na escola sobre a preservação de bens patrimoniais, responderam que não “pararam para observar as construções e prédios históricos da sua cidade, ou tem conhecimento sobre a história da sua cidade”. Cerca de 55% deles afirmaram que não participam de algum grupo folclórico, ou fazem alguma atividade artística, e não param para observar os bens patrimoniais e históricos da sua cidade.

Assim, entendemos que antes de uma ação pedagógica com os estudantes, deve-se inserir os professores nesta prática, para que repassem o real significado de um bem que é um patrimônio, trabalhando os principais conceitos relativos ao tema, num processo interdisciplinar e transversal. Em suma, a Educação Patrimonial pode e deve ser incluída nos currículos escolares e levado à comunidade.

Os membros da Unidade Escolar Cactos estão iniciando sua participação neste processo de apropriação, através de visitas (guiadas ou não) a museus, parques nacionais, e os sítios arqueológicos do município de Coronel José Dias, pois como propõe Horta, Grünberg e Monteiro:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. O estudo dos remanescentes do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções que encontraram para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, etc.). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, um exercício de consciência crítica e de cidadania.¹³⁵

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica¹³⁶ salientam que cabe às escolas desempenhar um papel socioeducativo, artístico, cultural e ambiental, tudo isso fundamentado no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica, as respostas dos alunos indicam que ainda há muito o que ser realizado na Unidade Escolar Cactos.

Nos processos educacionais, que tenham como base o patrimônio cultural, deve-se procurar integrar as ações educativas às demais dimensões de vida dos sujeitos, ou seja, os bens culturais devem ser percebidos como parte das práticas cotidianas das coletividades. Conforme ressalta Pinheiro¹³⁷, as ações educativas para o patrimônio não devem se resumir

¹³⁵ HORTA; GRÜNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 3.

¹³⁶ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

¹³⁷ PINHEIRO, A. R. S. Introdução. In: PINHEIRO, A. R. S. (org.). *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: IPHAN, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: 24 ago. 2015.

em “capacitar” para a preservação, empregando conceitos jurídicos, acadêmicos ou políticos, mas precisam se pautar no pressuposto de que as pessoas são protagonistas desse processo de valorização e reconhecimento dos bens culturais.

Não obstante o professor Hércules de França tenha respondido à questão 12 do QUESTIONÁRIO 1 – *Eles estavam motivados a desenvolver as atividades propostas? Como você observou isto?* – afirmando “porque as atividades foram desenvolvidas por eles, apenas com orientações de professor”, os resultados das respostas dos alunos demonstram que muitos ainda não desenvolveram a percepção de como preservar e cuidar de um bem patrimonial; ou, mesmo, do que se trata um bem patrimonial.

Cabe dizer, no entanto, que as disposições que compreendem a cultura como agente nos processos educacionais, contidas na LDB 9394/96, tem como base a reformulação da noção de patrimônio cultural originária do Decreto Federal n. 3551 de 4 de agosto de 2000 que, por sua vez, regulamentava as disposições da Constituição Federal de 1988. Na referida constituição, especialmente no artigo 216, aparece a denominação “patrimônio cultural”, explicitando que constituem patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”¹³⁸.

O citado artigo inclui, entre os bens patrimoniais:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

O que fica evidente, na Constituição Brasileira de 1988, portanto, é uma nova conceituação sobre os bens que deveriam compor o patrimônio nacional, visto que o termo “patrimônio cultural” é utilizado no lugar de expressões como patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico ou arquivístico, denominações que até então figuravam nos textos constituintes e nas legislações federais, estaduais ou municipais. Assim, a constituinte buscava incluir os mais diferentes bens, fossem eles culturais ou naturais, tangíveis ou

¹³⁸ BRASIL. *Constituição Federal*. 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2018.

intangíveis, como parte do patrimônio cultural do país, com a ressalva de que fossem significativos e contemplassem os elementos étnico-culturais formadores da nação.

Desse modo, a partir da promulgação da Constituição de 1988, a proteção ao patrimônio cultural se constituiu em um direito e um dever constitucional. Cabe ressaltar que, no parágrafo primeiro do referido artigo, fica estabelecido que a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, seja ele tangível ou intangível, deverá ser efetuado pelo poder público em colaboração com a comunidade e que essas ações podem ser efetivadas por intermédio de meios variados. Seguindo esses pressupostos constitucionais, o decreto 3551/00, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, busca reformular as tradicionais políticas de preservação do patrimônio cultural vigentes até então, centradas na noção de salvaguarda de monumentos históricos e objetos de valor artístico.

Assim, observa-se que tanto a Constituição Federal de 1988 como o Decreto federal n. 3551/00 propõem a participação dos diferentes grupos sociais em torno de uma agenda patrimonial, fazendo com que as questões relacionadas ao patrimônio deixem de ser uma ação restrita de apenas algumas camadas da sociedade, conferindo responsabilidades tanto ao poder público como à comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Essas legislações permitem que as questões relativas ao patrimônio possam ser compreendidas por todos os cidadãos, e que estes sejam capazes de participar ativamente, tanto na proposição do registro de bens quanto na proteção e salvaguarda do patrimônio, seja ele formado por bens tangíveis ou intangíveis.

Nesse sentido, os alunos, educadores e demais profissionais envolvidos e inseridos no contexto escolar da instituição pesquisada tornam-se agentes diretos na promoção da preservação dos bens patrimoniais do Parque Nacional Serra da Capivara, bem como a formação de uma consciência sensível à importância da Educação Patrimonial.

Para a produção deste trabalho, a aceitação dos alunos foi essencial. Neste viés, os objetivos propostos foram alcançados. Acreditamos, assim, que a educação patrimonial proporciona, a esses alunos, uma visão diferenciada dos seus lugares de ensino. Compreendendo a importância do ensino de História em uma didática diferenciada, é fundamental o entendimento do aluno como sujeito histórico, tornando o estudo da história mais próximo do seu cotidiano, compreendendo a disciplina como parte fundamental de suas próprias histórias.

3.2 Criando um Sentimento: identidade local e regional para a valorização do Patrimônio Cultural

Os dados nos mostram que os educandos possuem um entendimento sobre a importância da valorização e da preservação do PNSC, e a preservação patrimonial, especialmente por terem uma disciplina específica sobre o PARNA. Entretanto, muitos demonstram não saber exatamente do que se trata um bem patrimonial, além de não saberem a história dos bens que lhe circundam, como é o caso das pinturas rupestres e a sua importância.

Diante desse cenário, a hipótese de que as atividades escolares auxiliam nas práticas de preservação e conservação patrimonial, é possível. Mais que isso, parece-nos que mesmo em meio a problemática de terem sido retirados do território, ou seja, aquilo que era patrimônio de valor familiar passou a ser patrimônio da humanidade – uma inversão do público/privado – as crianças e jovens de Coronel José Dias possuem sentimento de pertencimento e reconhecimento em relação aos bens patrimoniais culturais e às práticas de preservação e difusão de bens patrimoniais.

Os mais jovens não manifestaram esse ressentimento, pois não habitaram o espaço do Parque Nacional da Serra da Capivara antes do processo de desapropriação das famílias para instalação oficial da Unidade Proteção e Conservação Ambiental e Arqueológica, na década de 1970, por não terem vivenciado o sentimento de perda de propriedade. Eles, por sua vez, acreditam nas mudanças que podem ocorrer no município por intermédio do turismo sustentável e histórico.

Entende-se, porém, que muitos apontam nos questionários que não conhecem o Parque Nacional de Serra da Capivara. A verdade é que os direitos na sociedade são conflitantes. Em linhas gerais, os dados apresentados nos questionários sintetizam uma série de questionamentos que devem ser observados e solucionados para que a comunidade de Coronel José Dias possa, a cada dia, ter mais acesso ao PNSC, valorizá-lo, preservá-lo, usá-lo de forma consciente e usufruí-lo economicamente por meio do turismo cultural.

Quanto à análise dos programas educativos desenvolvidos pela FUMDHAM e pelo IPHAN, entende-se que ambos tiveram sua contribuição dentro da ótica pela qual foram propostos; uns obtiveram bons resultados, outros nem tanto, mas tais resultados podem ser revistos, revitalizados, recomeçados a partir de outro viés: o da gestão partilhada simétrica e da revalorização local. No delinear das análises, foram surgindo mais questionamentos que

soluções, chegando-se à conclusão de que não existem fórmulas, sobretudo quando se sabe que os anseios individuais são, muitas vezes, latentes.

Acredita-se que devem surgir novas propostas educacionais centradas no patrimônio arqueológico do PNSC, agregando outros elementos: mostrar o potencial do Parque Nacional de Serra da Capivara como fonte de desenvolvimento sustentável, partindo de iniciativas da própria comunidade; estimular e desenvolver espaços educacionais e de memória para o fortalecimento das identidades culturais dos povos; fomentar o fortalecimento da cultura das comunidades tradicionais em todas as suas manifestações regionais, especialmente seus conhecimentos tradicionais, entre outros.

Entende-se, portanto, que o maior contributo que a educação centrada no patrimônio cultural pode oferecer à população é dar autonomia para que os próprios sujeitos possam construir seus próprios entendimentos e projetos comunitários. Dentro das recomendações recebidas, a comunidade fortaleceu a vontade de tratar das questões relacionadas à memória do território, à preservação, ao registro da tradição local e, sobretudo, destacaram a insatisfação por nunca terem participado ativamente das tomadas de decisões em relação aos diversos projetos de desenvolvimento sustentável implantados na comunidade e devido à violação dos seus direitos à memória do território tradicional, com a proibição de voltar aos seus lugares tradicionais, lugares de referências culturais, e outros, além da falta de diálogo horizontal entre gestores do Parque Nacional de Serra da Capivara e comunidade, e, por fim, o distanciamento afetivo com a Unidade de Conservação (PARNA) e as descontinuidades nos projetos que foram resultado, em grande parte, desses imperativos. Esses resultados suscitaram a preocupação de não deixar que tais anseios ficassem apenas escritos em um trabalho acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças sociais que, naturalmente ocorrem ao longo do tempo, influenciam o caminhar de diversas profissões, dentre elas, a do profissional professor. Pensa-se que esse profissional deva mediar à informação e promover o ambiente no qual se torne possível o desenvolvimento da cidadania. Por isso, agindo como um fio condutor entre a população e os espaços destinados à conversação e representação do passado, pode ser inserido no âmbito das políticas públicas, pois, inicialmente, a preocupação de escolha dos elementos e patrimônio cultural não estavam atrelados aos interesses da população.

Como conclusão desta pesquisa, acredita-se que o papel do professor no âmbito da Educação Patrimonial, além dos mencionados acima, é subsidiar a informação necessária à população em diversos seguimentos, lutar por políticas públicas de reconhecimento da categoria, seja enquanto agentes atuantes nas políticas de preservação do patrimônio cultural ou mediadores da informação; e, também, no que tange à compreensão dos aspectos políticos dos lugares tidos como patrimônio histórico-cultural de determinada região.

Essa conscientização é importante, tanto para o desenvolvimento local quanto para o modo como a população olha para o seu passado e escolhe aquilo que de fato os representem; bem como para a conscientização da importância das ações que irão construir caminhos para que o passado seja de fato “um palco de acontecimentos sociais e culturais” e não apenas de elementos desconexos com a memória coletiva.

Entretanto, o maior desafio neste campo se mostra na necessidade de a Escola se configurar não apenas como um espaço de ensino de conteúdos propedêuticos¹³⁹ mas principalmente de que as instituições assumam seu dever na formação de cidadãos críticos, conscientes da pluralidade que permeia o espaço em que vivem, bem como do mundo que os rodeia, conscientizando-os acerca de seus deveres, bem como da valorização e promoção do respeito e bem-estar com os espaços, as construções e as demais manifestações que marcam as vivências de seu tempo.

Nesse sentido, um trabalho significativo com a Educação Patrimonial pode ser efetivado a partir de um olhar sobre o espaço urbano, sobre as construções, os modos de vida e a representação que se mostram em nosso cotidiano. A Educação Patrimonial faz-se ainda

¹³⁹ De acordo com Duarte (1986, p. 175): “Ensino que serve de introdução e que prepara alguém para receber, mais tarde, ensino de nível mais alto. Conjunto de estudos que, como estágio preparatório, antecede os cursos superiores.”

muito desconhecida, tanto no âmbito escolar quanto no da sociedade em geral, talvez por se acreditar que ela esteja somente ligada à disciplina de História.

No entanto, mais do que envolver conteúdos dessa área do conhecimento, trabalhar com o Patrimônio Cultural na escola envolve pensar o processo educativo em sua amplitude, envolve o contato com a comunidade na qual se insere, com as vivências e produções dos alunos, com a percepção da cidade e do espaço que os cercam, mas não em aspectos fragmentados, a partir de atividades isoladas.

A Educação Patrimonial se torna permeável através da interdisciplinaridade. As várias formas de mediação da Educação Patrimonial possibilitam um conhecimento maior, por parte tanto dos educadores quanto dos alunos, sobre os bens culturais, contribuindo para a incorporação do senso de respeito e responsabilidade na valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como para o conhecimento da diversidade cultural que se faz presente na constituição dos elementos que o compõem.

O processo de se conhecer o patrimônio envolve a participação dos sentidos e, principalmente, a manifestação de um sentimento de reconhecimento diante do bem cultural, seja ele material ou imaterial. Nesse caminho, a incorporação de temas deste campo nos currículos escolares envolve uma postura de compromisso da educação com a reflexão sobre o espaço onde se vive, sobre as culturas que o constituem, bem como os processos que o configuram tal como se mostra em um determinado momento. Tais temas tomam forma, garantindo sua significação na educação, a partir das diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo.

Neste quesito, a parceria entre ICMBio, FUMDHAM e IPHAN tem demonstrado, de forma eficiente, dentro das possibilidades e dos recursos que possuem, que é possível desenvolver na região trabalhos de preservação, conservação e monitoramento das áreas de potencial arqueológico, inaugurando uma parceria no processo de intervenção em áreas de patrimônio cultural tombado.

A promoção do desenvolvimento local, a partir das potencialidades do patrimônio cultural, implica diretamente no desenvolvimento social e econômico local por meio dos usos do patrimônio. Assim, o reconhecimento que a Serra da Capivara passou a ter após receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e, logo em seguida, ser reconhecida como Patrimônio Nacional, implicou em uma visibilidade que foi além do nosso continente.

Além disso, os trabalhos da Doutora Niede Guidon, nas comunidades que vivem no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, que deve ser guia e operário das equipes de escavação, demonstram os benefícios que ações voltadas para o Patrimônio Cultural exercem

na preservação dos bens e no desenvolvimento da própria comunidade. Nesses termos, mulheres já foram empregadas na recepção e controle de acesso de turistas ao parque; jovens receberam aulas de como produzir artesanato se valendo de materiais rústicos da região; foi fomentada a produção de peças cerâmicas decoradas com motivos rupestres que alcançaram alto nível de qualidade e, hoje, são enviadas para lojas de todo o Brasil e mesmo do exterior; pousadas, restaurantes e lojas de souvenirs começaram a surgir e a aprimorar seus serviços para bem receber os turistas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2015.

BARROS, J. D. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: *Le champ scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Federal*. 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 6, de 20 set. 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE_CEB-06_2012.pdf. Acesso em: 10 out. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto 5.154 de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 12 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998, Sumário.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961*. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, 06 dez. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 fev. 1998, retificado em 17 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>; Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. *Nova Delimitação do Semiárido*. Brasília: MI, 2005. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1604/nova_delimitacao_jose_pereira.pdf?sequence=3. Acesso em: 20 out. 2019.

CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAGAS, M. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. In: *Revista Brasileira de Museus e Museologia / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Departamento de Museus e Centros Culturais. v. 1. p. 137-146. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

COSTA, M. dos S. *Educação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí*. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, 2011.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2. ed. São Paulo: Cortez / Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DUARTE, S. G. *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Edições Antares / Nobel, 1986.

FAGUNDES, J. E. *A História local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim*. 2006. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

FARIAS, J. F.; BORGES, F. R.; SILVA, E. V. Educação Ambiental contextualizada no Semiárido cearense: Subsídios a gestão e preservação dos recursos hídricos. *Rev. Geosaberes*, v. 3, n. 5, p. 30-36, 2012.

FIGUEIREDO, S. L. Turismo, visitação e uso público do patrimônio natural e cultural. In: FIGUEIREDO, S. L. (org.). *Turismo e gestão do patrimônio arqueológico*. Belém: IPHAN, 2012.

FLORENCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação In: TOLENTINO, Á. B. (org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN, 1997.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, N. C. F. et al. *Mapeamento e Análise Espectro-Temporal das Unidades de Conservação de Proteção Integral da Administração Federal no Bioma Caatinga*. Parque Nacional Serra da Capivara. Relatório Parcial da Pesquisa. Recife: FUNDAJ, 2017.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO – FUNDHAM. Disponível em: <http://www.fumdham.org.br/historico.html/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GRIGOLETO, M. C. *Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013.

GUIDON, N.; PESSIS, A.; MARTIN, G. Pesquisas arqueológicas na região do Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno (Piauí – 1998 – 2008). *Fumdamentos*, vol. VIII, São Raimundo Nonato-PI, FUMDHAM, 2009.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

LAGE, M. C. S. M.; BORGES, J. F.; ROCHA JÚNIOR, S. Sítios de registros rupestres: monitoramento e conservação. In: *Mneme – Rev. Humanidades*, v. 6, n. 13, p. 1-24, 2004/2005.

LIBÂNEO, José C. O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 229, set.-dez, 2009, p. 562-583.

LIBÂNEO, José C. Integração entre didática e epistemologia das disciplinas: uma via para a renovação dos conteúdos da didática. In: DALBEN, Ângela et al. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores, trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 81-104.

LOPES, M. M.; MURRIELLO, S. E. Ciências e educação em museus no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 13-30, 2005.

LUCHIARI, M. T. D. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *Revista Geosp – espaço e tempo*, n. 17, p. 95-105, 2005.

MAIOR, P. M. S. *Patrimônio arqueológico, ambiente e inclusão social no plano diretor de São Raimundo Nonato – Piauí: Síntese dos biomas e das sociedades humanas da região do Parque Nacional Serra da Capivara*, v. 3. São Raimundo Nonato, PI : FUMDHAM, 2016.

NOGUEIRA, A. G. R. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

PARDI, M. L. F. *Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação*. 2002. 289 f. Dissertação (Mestrado) – IGPA, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESSIS, A. M. *Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/IBAMA/FUMDHAM, 1991.

PEYRE, E., GRANAT, J., GUIDON, N. Dentes e crânios humanos fósseis do Garrincho (Brasil) e o povoamento antigo da América. *FUMDHAMentos*, vol. VIII, São Raimundo Nonato-PI, FUMDHAM, 2009.

PINHEIRO, M. L. B. *A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural*. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006.

PIVETTA, M. Niède Guidon. In: *Pesquisa FAPESP: suplemento especial Revolução Genômica*, abr. 2008. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2014/01/073-077-niede-guidon.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PORTA, P. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010*. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2012.

PRATS, L. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

RABELLO, S. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RODRIGUES, M. H. da S. G. *Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade: Educação, Preservação e Fruição Social: Um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí-Brasil*. 2011. Dissertação. (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) – Departamento de Geologia da UTAD – Departamento de Território, Arqueologia e Patrimônio do IPT, Universidade Trás os Montes e Alto Douro e IPT- Portugal, 2011.

SANTOS, G. A. X. de J. *Patrimônio na pedra: gestão e preservação dos sítios de arte rupestre da zona arqueológica de Taperuaba, Sobral – CE*. 2015. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro In: *Revista Brasileira de Educação* v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SILVA, R. C. P. da. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 33, p. 58-73, 2007.

SILVA, R. C. P. da. Sobre a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 210-211, 1987.

SOUZA E SILVA, C. de M.; SILVA, J. P. de O. A relação entre texto e contexto na perspectiva da educação para convivência com o semiárido. In: SOUZA E SILVA, C. de M. de et al. *Semiárido Piauiense: Educação e contexto*. Campina Grande: INSA, 2010. p. 215-228.

TORELLY, L. P. Notas sobre a evolução do conceito de Patrimônio Cultural. *Fórum Patrimônio*, v. 5, n. 2, 2012a.

TORELLY, L. P. Patrimônio cultural: notas sobre a evolução do conceito. *Revista Vitruvius*. ano 13, p. 1-15, out. 2012b.

TORELLY, L. P. (org.) *Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: IPHAN, 2012c.

UNIDADE ESCOLAR CACTOS. *Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Cactos*. Coronel José Dias – PI: U. E. Cactos, 2019

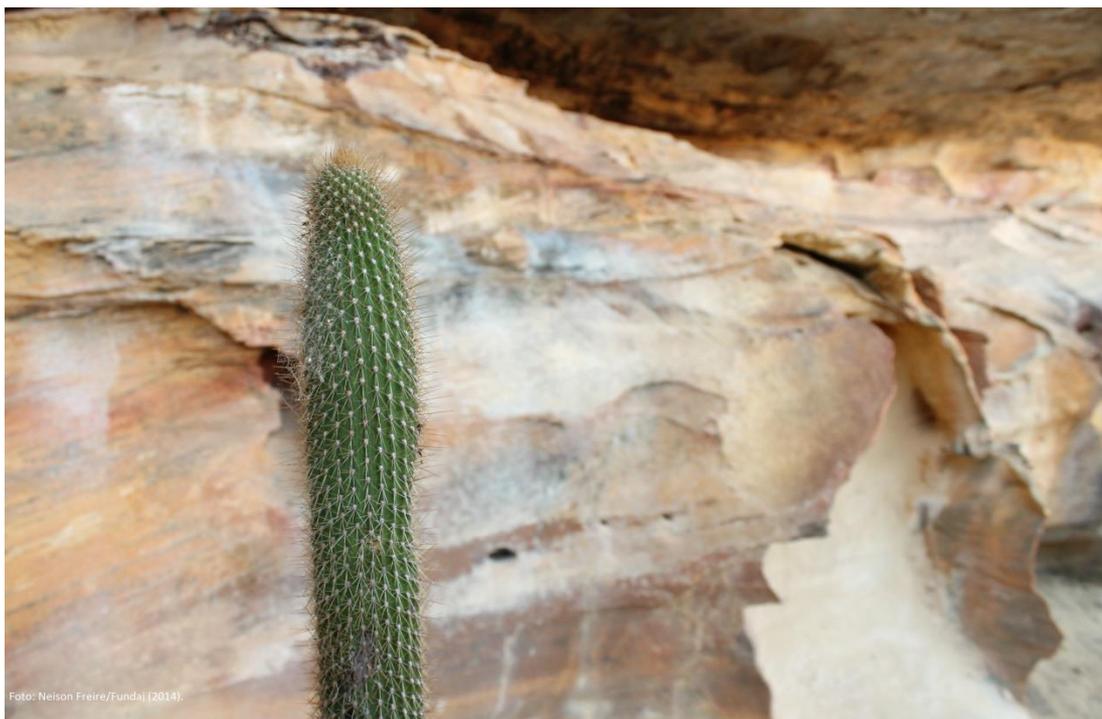
VOGT, C. Envolver a comunidade ajuda a preservar sítios. In: *ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. 10 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq05.shtml>. Acesso em 12 maio 2018.

ANEXOS

Fotos do Parque Nacional da Serra da Capivara



Monumento Geológico “Arco do Triunfo da Pedra Furada”, localizado no sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada. Na Toca do Boqueirão, registros apontam população na região a pelo menos 20 mil anos antes do tempo presente, assim como no Vale da Pedra Furada. Fonte: Neison Freire / Fundaj 2014.



Patrimônio Biológico da Caatinga. Fonte: Neison Freire / Fundaj 2014

Nos sítios arqueológicos são encontradas espécies como *Arrojadoa rhodantha* (rabinho-de-onça); *Cereus albicaulis* (chichá); *Cereus jamacaru* (mandacaru); *Facheiroa squamosa* (rabo-de-raposa); *Melocactus zehntneri* (coroa-de-frade); *Pilosocereus flavipulvinatus*; *Pilosocereus gounellei gounellei*ssp (xique-xique); *Pilosocereus piauhyensis* (facheiro); *Tacinga inamoema* (quipá); *Tacinga palmadora* (palmatória, ou quipá de espinho).



Fotos do Parque Nacional Serra da Capivara no período mais seco, paisagem bem preservada, com baixa pressão por intervenções antrópicas e forte aparato de fiscalização. Fonte: Neison Freire / Fundaj 2014



Fotos dos calcários que formam áreas de relevo cárstico de dimensões com inúmeras cavidades que abrigam fósseis de rica megafauna pleistocênica, bem como indicadores paleoclimáticos e artefatos líticos e ossos do homem paleolítico. O caráter excepcional do patrimônio geológico dessa região associado aos aspectos ambiental, biológico, turístico, cultural e histórico, conferem à região um potencial ímpar para a criação do Parque. Fonte: Neison Freire / Fundaj 2014.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Carta de apresentação do pesquisador

Teresina - PI, 12 de julho de 2018.

Senhora Secretaria de Educação,

Por meio desta apresentamos a doutoranda Ana Maria da Mata Almeida, regularmente matriculada no Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, que está realizando a pesquisa intitulada “**OLHARES, PERCEPÇÕES E PATRIMÔNIO CULTURAL: A EDUCAÇÃO ESCOLAR & PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PIAUÍ**”. O objetivo do estudo é:

- **Conhecer e identificar no patrimônio arqueológico e cultural do Parque Nacional da Serra da Capivara, os elementos primordiais na formação crítica dos indivíduos;**
- **Despertar o interesse por atitudes de preservação e respeito ao patrimônio cultural e arqueológico;**
- **Perceber a Educação Patrimonial como um instrumento fundamental para a formação de uma atitude cidadã, que visa a preservação dos vestígios históricos e culturais;**
- **Discutir a importância da valorização do patrimônio cultural e da educação patrimonial na formação de uma memória e uma identidade local e regional.**

Na oportunidade, solicitamos autorização para que realize a pesquisa através da coleta de dados (questionário/entrevista/observação), com professores e alunos da rede municipal de ensino.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento da pesquisadora em possibilitar, aos participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelo participante. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta futura doutora. Em caso de dúvida ou qualquer informação, estamos a disposição pelos telefones: (86) 99981-0618 ou 98118-6055 ou pelo e-mail: anamariadalmeida@hotmail.com

Atenciosamente:

Jairo Henrique Rogge

Professor Orientador.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ portador do RG. Nº _____, CPF: _____ aceito participar da pesquisa intitulada **“OLHARES, PERCEPÇÕES E PATRIMÔNIO CULTURAL: A EDUCAÇÃO ESCOLAR & PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PIAUÍ”**. Desenvolvida pela doutoranda Ana Maria da Mata Almeida, regularmente matriculada no Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e permito que obtenha fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos e na tese. Porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e gravações de voz ficarão sob a propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Teresina - PI, 12 de julho de 2018.

Nome completo do pesquisado

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, FILMAGEM E GRAVAÇÕES DE VOZ

Eu _____, portador do RG.
Nº _____, CPF: _____ permito que o pesquisador abaixo
relacionados obtenham fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de
pesquisa, científico e educacional.

Concordo que o material e informações obtidas relacionadas possam ser publicados em aulas,
seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos e tese. Porém, não deve ser
identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e gravações de voz ficarão sob a propriedade do pesquisador
pertinente ao estudo e, sob a guarda do mesmo.

ASSINATURA

Acadêmico/Pesquisador: _____

Professor Orientador: _____

Data e Local onde será realizada a pesquisa

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANA MARIA DA MATA ALMEIDA

Propostas de Questionários

- Questionário 1 Para ser aplicado aos Professores
- Questionário 2 Para ser aplicado ao Alunos

- No **questionário 1** formulamos questões que visam analisar como os quatro conceitos chaves para compreensão da temática do patrimônio cultural: cultura, memória, identidade e patrimônio cultural têm sido compreendidos pelos docentes e transformadas em ações de educação patrimonial.

- No **questionário 2** formulamos questões que visam entender como as ações de educação patrimonial são apreendidas pelos alunos e convertidas em práticas de preservação e conservação do patrimônio cultural da memória e da história no contexto em que vivem. Além disso, objetivamos averiguar como essas ações podem auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem dos mesmos, bem como a sua relação com as questões de identidade.

QUESTIONÁRIO 1

1) Com relação às ações de educação patrimonial, o que você acha melhor? Uma atividade formativa de professores e líderes ou uma atividade de impacto nas escolas?

2) A instituição na qual trabalha desenvolve ou busca desenvolver ações de educação patrimonial? Em caso afirmativo, descreva-as.

3) Com relação às atividades desenvolvidas, você considera que as mesmas têm proporcionado melhores efeitos na aprendizagem dos alunos no que se refere a assimilação dos conceitos de Patrimônio Cultural, cultura, memória, identidade?

4) Você, enquanto educador, tem desenvolvido atividades, oficinas ou mesmo trabalhos escolares que envolva as ações de educação patrimonial?

5) O que o motivou a fazê-las ?

6) Que disciplina você leciona para esta turma ?

7) Que nível de informação/conhecimento você tem sobre este tema?

8) Qual a sua expectativa ao estimular seus alunos para participar de atividades educativas sobre questões de educação patrimonial?

9) A sua expectativa foi atendida ?

Sim () Não () Em parte ()

Por quê ?

10) Seus alunos estavam motivados a participarem dessas atividades?

Sim () Não () Em parte ()

11) Qual a razão desta motivação/ desmotivação?

12) Eles estavam motivados a desenvolver as atividades propostas ?

Sim () Não () Em parte ()

Como você observou isto ?

13) Seus alunos se mostraram participativos durante a atividade ?

Sim () Não () Em parte ()

14) A abordagem do tema da atividade estava compatível com o nível de compreensão dos seus alunos?

Sim () Não ()

Por quê? _____

15) Para frequentar a atividade implementada houve dificuldades? Quais?

16) Qual seria para você o melhor dia e horário para a realização de oficinas formativas sobre a educação patrimonial?

17) Qual seria o melhor canal de comunicação para divulgar uma nova oficina?

Sugestões

QUESTIONÁRIO 2

1) Qual o seu nome?

2) Qual a sua idade?

3) Você sabe o que são bens patrimoniais?

Sim () Não ()

4) Você acha que precisa preservar as construções históricas da sua cidade?

Sim () Não ()

5) Você conhece alguma comida que ainda hoje é feita na sua família, que foi passada pelos seus antepassados?

Sim () Não ()

6) Você participa de algum grupo folclórico ou faz alguma atividade artística da sua cidade?

Sim () Não ()

7) Você conhece o museu da sua cidade ou algum artista local?

Sim () Não ()

8) Você, alguma vez, já parou para observar as construções e prédios históricos da sua cidade? Conheceu sua história?

Sim () Não ()

9) Você, alguma vez, já parou para observar as pinturas rupestres presentes na sua cidade? Conheceu sua história?

Sim () Não ()

10) Na sua escola há atividades sobre educação patrimonial?

Sim () Não ()

11) Em caso afirmativo, que sentimentos elas provocam em você?

12) Das atividades desenvolvidas em qual você acha que aprendeu mais sobre patrimônio cultural?

13) Deixe aqui sua(s) sugestão(ões) para o que se pode fazer para que os bens históricos da sua cidade sejam preservados:
